



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM MEIO AMBIENTE
E DESENVOLVIMENTO



NÍVEL MESTRADO

Marina Franca Lelis Bezerra

OS CONFLITOS QUE ENVOLVEM AS COMUNIDADES
TRADICIONAIS DE BARRA DOS COQUEIROS: A DINÂMICA DAS
CATADORAS DE MANGABA

São Cristóvão-Sergipe
2015

MARINA FRANCA LELIS BEZERRA

**OS CONFLITOS QUE ENVOLVEM AS COMUNIDADES
TRADICIONAIS DE BARRA DOS COQUEIROS: A DINÂMICA DAS
CATADORAS DE MANGABA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente da Universidade Federal de Sergipe, como parte dos requisitos exigidos para obtenção do Título de Mestre em Desenvolvimento e Meio Ambiente.

Orientador: Profº Dr. Cristiano Wellington Noberto Ramalho

São Cristóvão - Sergipe
2015

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE

B574a Bezerra, Marina Franca Lelis
Os conflitos que envolvem as comunidades tradicionais de Barra dos Coqueiros: a dinâmica das catadoras de mangaba. / Marina Franca Lelis Bezerra ; orientador Cristiano Wellington Noberto Ramalho. – São Cristóvão, 2015.
116 f. : il.

Dissertação (mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente)
– Universidade Federal de Sergipe, 2015.

1. Meio ambiente. 2. Conflito social. 3. Mulheres. 4. Desenvolvimento imobiliário. 5. Frutas tropicais. I. Ramalho, Cristiano Wellington Noberto, orient. II. Título.

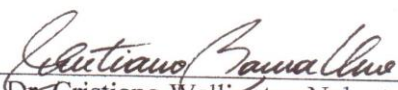
CDU 502:338.43

MARINA FRANCA LELIS BEZERRA


**OS CONFLITOS QUE ENVOLVEM AS COMUNIDADES
TRADICIONAIS DE BARRA DOS COQUEIROS: A DINÂMICA DAS
CATADORAS DE MANGABA**

Dissertação apresentada como requisito parcial para a
obtenção do título de Mestre, no Programa de Pós-
Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente da
Universidade Federal de Sergipe.

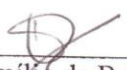
Aprovada pela Banca Examinadora em 26 de maio de 2015



Dr. Cristiano Wellington Noberto Ramalho (orientador)
UFPE/UFS/PRODEMA



Dr. Adauto de Souza Ribeiro
UFS/PRODEMA



Dr. Emílio de Britto Negreiros
UFPE/UFS/PRODEMA

São Cristóvão - Sergipe
2015

Este exemplar corresponde à versão final da dissertação de Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente, concluído no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente - PRODEMA da Universidade Federal de Sergipe - UFS.

Marina Franca Lelis Bezerra
PRODEMA/UFS



Profº Dr. Cristiano Wellington Noberto Ramalho
Orientador

É concedido ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente - PRODEMA, da Universidade Federal de Sergipe - UFS, responsável pelo mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente, permissão para disponibilizar, reproduzir essa dissertação e emprestar ou vender cópias.

Marina Franca Lelis Bezerra
PRODEMA/UFS



Profº Dr. Cristiano Wellington Noberto Ramalho
Orientador

*As catadoras de mangaba de Barra dos Coqueiros e a todos os demais povos e
comunidades tradicionais excluídos do modelo predatório de “desenvolvimento”
capitalista*

AGRADECIMENTO

Agradeço aos meus pais Silva e Hugo, e as minhas irmãs pelo incentivo mesmo diante das discordâncias, por tanto empenho e amor.

Aos meus amigos (as), principalmente Patrícia (incentivadora do meu ingresso no PRODEMA), Simone e Bananinha (Emanuele), pela atenção e tenções compartilhadas e pela paciência com meus vôos.

Agradeço as mulheres da Associação das Catadoras e Catadores de Mangaba de Barra dos Coqueiros pela confiança, acolhida, companheirismo, resistência, bem como a todos os entrevistados nas comunidades.

Aos parceiros de hoje e de ontem, companheiros de militância em tantos campos que mostraram que sobre tudo temos que nos movimentar para sentir as tantas correntes que nos prendem.

A Tiago pelo carinho e paciência nos momentos conclusivos dessa etapa de pesquisa

Ao professor Cristiano Ramalho e a professora Sônia Meire pelas orientações, caminhos, debates e ideias.

Enfim agradeço a todos que nesses caminhos me deram esperanças para continuar.

*“O desenvolvimento é uma viagem
com mais náufragos do que navegantes.”*

Eduardo Galeano

Resumo

O município de Barra Coqueiros situado no litoral norte do estado de Sergipe, vem passando por processos de transformações significativas após a edificação da ponte Construtor João Alves em 2006. O capital imobiliário e grandes empreendimentos alimentam a especulação imobiliária que tem cada vez mais como área de interesse as regiões de cultura, trabalho e vida das comunidades tradicionais da região, pescadores, catadoras de mangaba e pequenos agricultores. As catadoras de mangaba possuem particularidades que entrelaçam uma atividade hegemônica por mulheres, com grande significado econômico e simbólico para a população. A pesquisa avalia assim o cenário de conflito e seus três atores centrais: as comunidades tradicionais, sobre a ótica das catadoras de mangaba, o capital imobiliário e o estado. O método de pesquisa lançou mão de princípios e ferramentas da pesquisa ação, como rodas de conversa, entrevista com lideranças, oficina de teatro do oprimido, observação participante, pesquisa documental e bibliográfica. Atividades que tiveram como alvo os três povoados de maior concentração das comunidades tradicionais: Capoã, Olhos D'Água e Jatobá. Os resultados obtidos apontam para a percepção e discussão clara da situação de crescente restrição do meio de vida por parte das comunidades, que não levaram sua problemática ao ponto de enfrentamento orgânico do conflito territorial, porém compreendem a necessidade conservação e conquista de áreas para o extrativismo. De modo que o poder estatal não apenas se omite das necessidades e demandas reivindicadas pelas catadoras de mangaba e demais extrativistas, ainda que de forma incipiente e isolada, bem como cria condições para ao avanço e estruturação predatória do capital imobiliário, através de alterações da legislação municipal sem transparência e participação popular. Concluímos assim que há uma necessidade de fortalecer as organizações das comunidades tradicionais e promover a apropriação dos povos de seus direitos e seu processo histórico de segregação do acesso à terra e ao território, para que assim haja participação conscientes e ativa em defesa do modo de vida das catadoras de mangaba e conservação das áreas nativas.

Palavras-chave: conflito, catadoras de mangaba, extrativismo, capital imobiliário, estado.

Sumário

Introdução	12
Capítulo 1- O desenvolvimento dos conflitos em meio aos conflitos do “desenvolvimento”	15
1.1-Dicomtoia entre desenvolvimento e meio ambiente.....	15
1.2-A natureza dos conflitos	25
1.3-Atores do conflito	30
Capítulo 2- Comunidades tradicionais: conceitos e muitas lutas.....	37
2.1-Comunidades tradicionais: o caso dos povos extrativistas e o seu lugar em uma sociedade voltada para urbano e os ditames do mercado.....	37
2.2-Catadoras de mangaba-da tipificação ao reconhecimento	42
2.3-Ecossistema de restinga- quem são os donos dessas terra?	50
2.4-Legislação e a justiça para os povos extrativistas.....	56
Capítulo 3- Metodologia.....	66
3.1- Área da pesquisa	66
3.2-O embasamento na pesquisa ação.....	67
3.3-O processo de pesquisa e suas ferramentas	72
3.3.1-Descrição dos caminhos e descaminhos da pesquisa-O processo	72
3.3.2-A pluralidade das ferramentas	78
Capítulo 4- Algumas resposta e novas perguntas –resultados diante de um Conflito que não se encerra	82
4.1-Desvendando o assentamento sem assentamento	82
4.2-A noção de conflito existe?.....	91
4.3-Município: da omissão a má fé.....	97
4.4-A Mangabeiras, pescadores e uma reação	100
Conclusão	106
Referências bibliográficas.....	108
Anexos.....	114

INTRODUÇÃO

O presente trabalho surge da necessidade de compreendermos o atual cenário de existência das comunidades tradicionais do município de Barra dos Coqueiros, em Sergipe, com ênfase nas catadoras de mangaba, principalmente após a vertiginosa inserção do capital imobiliário na região que ganhou condições mais favoráveis com a inauguração da ponte Construtor João Alves, em 2006, que possibilitou, dentre outras coisas, a ligação da Capital (Aracaju) com a localidade.

Enquanto causa e consequência disso, uma gama de investimentos do setor público e privado vem se consolidando ao longo dos últimos sete anos, tornando, assim, o cenário local repleto de transformações no que concerne a variados aspectos sócio-ambientais, o que tem implicado no aparecimento de diversos conflitos por acesso às áreas tradicionais de uso comunitário.

No caso das comunidades tradicionais, podemos mencionar que o conflito pode vir a ser considerado uma forma de interação entre indivíduos, grupos, organizações e coletividades que implica choques para o acesso e a distribuição de recursos escassos (BOBBIO, MATTEUCCI, PASQUINO, 1992). Ainda, a segundo Bobbio et.al (1992), os conflitos possuem fatores diferentes, os quais devem ser considerados, a saber, os mesmos devem ser considerados nos seguintes aspectos: (a) dimensões: quanto ao número de atores sociais envolvidos; (b) intensidade: no que se refere ao grau de envolvimento dos indivíduos; e (c) o objetivo (grifos próprios) dos conflitos, que, por meio deste fator, pode-se observar como conflitos que objetivam mudanças no sistema, e conflitos que objetivam mudanças do sistema, de modo que estes objetivos podem interpolar-se. Nesse sentido, quando são mudanças obtidas ao alterar questões dentro do sistema, podem contribuir para a transformação deste, da mesma forma que a busca da transformação do sistema pode acabar reforçando o sistema a que se almeja transformar.

Esta definição de conflito é importante para este escrito. Concomitante a ela, o de comunidade tradicional também é valioso, pois os sujeitos foco de nossa pesquisa dissertativa, as comunidades tradicionais, é definida pelo pesquisador Antônio Carlos Diegues, como:

Dentro da perspectiva marxista (especialmente dos antropólogos neomarxistas), as culturas tradicionais estão associadas a modos de produção pré-capitalistas, próprios de sociedades em que o trabalho ainda não se tornou mercadoria, onde há grande dependência dos recursos naturais e dos ciclos da natureza, em que a dependência do mercado já existe mas não é total. (DIEGUES,2002, p.261).

Ao nosso ver, as catadoras de mangaba incluem-se na definição acima, visto que elas são um grupo de grande peculiaridade para o estado de Sergipe, pois se constituem em comunidade tradicional extrativista, hegemônica por mulheres que também são pescadoras, em sua grande maioria, e ocupam as baixadas litorâneas e áreas de restinga do estado, áreas de ocorrência natural da *Hancornia speciosa gomes*, mangabeira, árvore símbolo de Sergipe, por meio do decreto nº 12.723 de janeiro de 1992.

Nunca é demais frisar que Sergipe é o maior produtor nacional da mangaba, fruto da mangabeira, segundo o último mapa do extrativismo do IBGE (2010). Tal índice se deve a atividade do extrativismo praticado pelas mulheres, pois a produção agrícola do fruto é incipiente. A pesquisadora Dalva Motta, da Embrapa, desenvolveu um trabalho de identificar essa comunidade, trazendo-as a luz da ciência, particularmente a importância das catadoras de mangaba enquanto comunidade tradicional, de modo que ela afirma:

Paradoxalmente ao aumento da produção e a notada importância da mangabeira para o estado, atualmente esta cultura se encontra ameaçada de extinção. Tal realidade, já foi demonstrada em alguns estudos que apontaram ainda as áreas de mangabeiras como áreas sujeitas à apropriação por monoculturas, viveiros de camarão, exploração turística e imobiliária. (MOTA et al,2005,p.30).

Dessa forma, as catadoras de mangaba de Barra dos Coqueiros, bem como os pescadores e pequenos agricultores do município, vêm observando e sentindo a progressiva restrição de uso e acesso as áreas de mangue e da mangaba, em detrimento de obras imobiliárias de grande porte e a alta valorização de terrenos que margeiam manguezais e áreas de restinga.

Diante desse contexto, a pesquisa objetiva compreender em conjunto com as comunidades tradicionais, em específico com as catadoras de mangaba, as nuances dos conflitos socioambientais desse modelo de desenvolvimento, que está sendo implementado. Com isso, temos, ademais, o intuito de contribuir, com esta dissertação, para sermos, em alguma medida, aliados da luta das catadoras de mangaba e, assim, dar voz às comunidades e permitir um processo favorável a preservação da cultura

tradicional consonante a toda a diversidade ambiental e cultural desses povos e dessa localidade.

A pesquisa teve um enfoque qualitativo e lançou mão de elementos da pesquisa ação para direcionar a coleta e avaliação dos dados, bem como o direcionamento as etapas dos trabalhos. Os trabalhos de campo tiveram início em dezembro de 2013, por meio de diálogos com a Associação das Catadoras e Catadores de Mangaba de Barra dos Coqueiros, perdurando durante o ano de 2014 onde foram realizadas cerca de seis entrevistas com sujeitos-chaves dentro da temática (lideranças e pessoas experientes na comunidade), foram ainda realizadas 8 mobilizações porta a porta nos três povoados, culminando em 3 rodas de conversa com a participação em números gerais 27 extrativistas, atividades que tiveram sua conclusão em março de 2015.

Cabe no contexto da pesquisa explicitar a opção pelos elementos da pesquisa – ação, que se devem essencialmente ao enfoque do método pelo trabalho participativo que culmina em interferências visando alterar realidades, situações e contextos, um método que está direcionado ao trabalho com os movimentos sociais tanto pelo seu histórico de surgimento, junto as comunidades eclesiais de base, pastorais e sindicatos, quanto pelo seu consequente instrumental (reuniões com entes para tomada de decisões em grupo que dão o norte dos trabalhos, com linguagem acessível, dinâmicas inclusivas), assumindo com isso a impossibilidade metodológica da neutralidade a considerar que é tomado por base um elemento complicador que parte da análise coletiva de um grupo social a que se quer colaborar, resguardando no entanto a objetividade científica.

Para tanto a pesquisa ação dentre outras ferramentas qualitativas (história da vida, caderno de campo, observação participante, pesquisa documental) correspondem a demanda de avaliação dos conflitos que atingem as comunidades de Barra dos Coqueiros

CAPÍTULO 1 - O DESENVOLVIMENTO DOS CONFLITOS EM MEIO AOS CONFLITOS DO “DESENVOLVIMENTO”

1.1- Dicotomia e contradições entre desenvolvimento e meio ambiente

Ao abordarmos questões ambientais é importante situar a espécie humana frente às relações com o meio-ambiente do qual é parte constituinte e meio circundante. Assim, os escritos de Foladori são referências importantes para o nosso debate. Para o autor,

Os seres humanos, como organismos biológicos e sociedades equipadas com determinadas bagagens culturais, possuem um comportamento e um instrumental para transformar o meio ambiente de forma qualitativamente diferente daquela usada pelo restante dos seres vivos. (FOLADORI, 2001, p.61).

Sociedades construídas por transformações da natureza com o advento da técnica e do trabalho, que se refletiu em complexidades e contradições dos seres humanos devido a objetivação de seu trabalho através da produção de coisas que adquirem um poder autônomo de mercadoria, especialmente no capitalismo, geraram processos de alienação. Tais processos, que para Meszáros (1972) apud Foladori (2001), possuem como categorias-chave “divisão social do trabalho” a “propriedade privada” e o “intercambio de mercadorias”. Alienações essas presentes na contemporaneidade da organização social, nas interações humanas. Para Foladori, historicamente, as sociedades podem caracterizar-se da seguinte maneira:

(...) nas sociedades da caça, pesca e coleta expulsou os congêneres excedentes; nas sociedades escravistas, tratou-os, na prática, como se fossem de outra espécie; nas sociedades despóticas, tributárias e servis, submeteu-os pela força, na sociedade capitalista, submeteu-os pelo mercado. (FOLADORI, 2001, p.61)

Na realidade, na sociedade de mercado transforma-se não apenas os indivíduos, mas o meio- ambiente como um todo em mercadoria. Luz (2004) explicita que o projeto de desenvolvimento iluminista, que incorpora a noção de progresso ilimitado e contínuo alicerçado na dominação da natureza, o que permitiu, dentre outros aspectos, a trajetória

da acumulação capitalista justificada enquanto direito incomensurável do uso dos recursos naturais. (LUZ, 2004, p.5).

A dicotomia entre desenvolvimento e preservação ambiental é, além de um conflito permanente, uma questão que está abrigada também no embate ideológico da sociedade capitalista, que busca produzir consensos e legitimidades para seu projeto civilizatório. Por isso, torna-se essencial recorremos a discussão de Meszáros sobre o conceito de ideologia:

Na verdade, a ideologia não é ilusão nem superstição religiosa de indivíduos mal orientados, mas uma forma específica de consciência social, materialmente ancorada e sustentada. Como tal, não pode ser superada nas sociedades de classe. (MESZÁROS, 2007, p.65).

É marca da sociedade contemporânea e seu modo de produção capitalista globalizado a permanente transformação econômica, cultural, social, com profundos, negativos e, em muitos contextos, irreversíveis impactos ao meio ambiente. Diante desse cenário, a partir das décadas de sessenta/setenta, do século passado, surgiram grupos que passaram a questionar a forma predatória como estavam sendo utilizados os recursos naturais do planeta, tendo como um dos fóruns privilegiados a primeira conferência da ONU, onde apresentaram como resposta ao relatório do clube de Roma, que visava indicar limites para extração dos recursos naturais por parte das indústrias. Décadas depois, houve a conferência da biodiversidade realizada no Rio de Janeiro em 1992, a qual ficou conhecida como Eco-92, onde mais de uma centena de países concordaram que um novo modelo de desenvolvimento deveria ser construído a partir do tripé economia-ecologia-equidade social. (ZHOURI, et al, 2010, p. 12).

Inseridos nos debates ambientalistas emerge um conjunto de grupos, com visões e encaminhamentos diversos para os problemas da sustentabilidade no mundo. Martinez Alier (2011) vai destacar a atuação de um tipo de ambientalismo denominado de culto ao silvestre (grifo próprio), salientando que o “culto ao silvestre” não ataca o crescimento econômico enquanto tal, pois até mesmo admite sua derrota na maior parte do mundo industrializado. Porém, adiciona à sua visão de mundo a discussão de uma “ação de retaguarda” (MARTÍNEZ ALIER, p.22, 2011), ou seja, essa corrente de ambientalismo visa proteger áreas naturais intactas da presença humana, mantendo

preservada a natureza original ainda não incorporada pelo mercado, trazendo consigo o conceito da natureza intocada.

Alier apresenta outros dois tipos de ambientalismo, a saber, o evangelho da ecoeficiência e o ecologismo dos pobres. Este primeiro possui um enfoque especial no desenvolvimento econômico em consonância com o equilíbrio ambiental e inaugura conceitos como “capital natural” e “bio-indicadores”, objetivando o uso eficiente dos recursos naturais. No que concerne ao ecologismo dos pobres, traduz-se no olhar da natureza como parte integrante da vida, e está diretamente ligada à justiça ambiental, compreende assim desde a garantia das áreas de florestas na Amazônia para comunidades tradicionais, até a luta contra a instalação de indústrias poluentes e a destinação de resíduos em áreas residenciais periféricas nos Estados Unidos. Com isso Alier define que:

(...) o eixo principal desta terceira corrente não é uma reverência sagrada à natureza, mas antes, um interesse material pelo meio ambiente como fonte de condições para a subsistência; não em razão de uma preocupação relacionada com os direitos das demais espécies e das futuras gerações de humanos, mas, sim pelos humanos pobres de hoje. (ALIER, 2011, p.34).

As correntes descritas por Alier, em dados momentos históricos, dialogam e divergem entre si nos diversos debates ambientais, no entanto, o ecologismo dos pobres exerce um papel central em meio as diversas organizações que se caracterizam por ambientalistas, pois evidenciam, através da luta popular, as necessidades de povos ignorados em seus direitos fundamentais e explorados pelos valores da sociedade capitalistas. Portanto essa terceira corrente está crescendo a nível mundial pelos inevitáveis conflitos ecológicos distributivos. À medida que se expande a escala da economia capitalista, mais resíduos são gerados e mais sistemas naturais são comprometidos (ALIER, 2011, p. 36). O mesmo autor faz ainda inferências sobre a amplitude cronológica dos conflitos posto ao ecologismo dos pobres, que também pode ser chamado de nardonismo ecológico. Eles começaram a ser assim identificados posteriormente a década de oitenta, mas trazem no seu bojo conceitual tanto lutas seculares como contemporâneas.

Zhour et. al (2010) afirma, na mesma perspectiva, que o antagonismo entre desenvolvimento e meio ambiente foi marcado pelo questionamento dos grupos ambientalistas aos governos e instituições financeiras, figurando a crítica, de maneira proeminente, frente ao Banco Mundial, que é estudado Mendes (2010) durante a gestão marcante de MacNamara. Afirma, portanto, que este representou a política de expansão desenvolvimentista do capitalismo das décadas de setenta e oitenta, do século XX, adotando um projeto de injeção de capital por meio de empréstimo, a exemplo do ¹CPP. Cabe salientar que os projetos surgiram ancoradas no princípio teórico de que, segundo MacNamara (1968) apud Mendes (2010), “a pobreza e a injustiça social podem pôr em risco a estabilidade de qualquer país tanto quanto qualquer ameaça militar”. De modo que MacNamara tinha em mente não apenas a situação sociopolítica dos países da periferia, mas também dos EUA.

Seguiram, assim, segundo a abordagem de Mendes (2010), investimentos no “assalto a pobreza”, primeiramente com o foco na agricultura, onde tais investimentos tinham por base acabar com a miséria rural, no entanto, o aporte alocado dava acesso a uma camada menos pobre perante os pobres, as política não contemplaram trabalhadores sem terras, meeiros, passando a atender aos detentores de áreas, os menos pobres dentre os pobres, resultando em um insucesso estatístico admitido pela própria instituição.

Posto isso é notada uma política de combate à pobreza urbana, que logra insucesso similar a questão rural, de maneira que evidencia a falta de parâmetro técnicos e urbanísticos bem como a cobrança escandalosa aos supostos beneficiários. Em outra incursão a educação e a saúde passaram a ser o foco dos investimentos que obtiveram respostas similares a das já fracassadas políticas sociais adotadas pelo banco, de modo que tais ações em um panorama geral resultaram em endividamento progressivo, corrupção e ainda mais desigualdade, sendo possível estabelecermos um paralelo com a Abordagem de Mészáros (2011) sobre a reprodução metabólica do capital que se devem, sobretudo, a “produtividade dos pobres”, operando sobre três conceitos: apaga o caráter desigual e combinado das formas de exploração a funcionalidade da pobreza para o capitalismo; segundo aspecto trata a pobreza como um fenômeno isolado das

¹ Uma das inovações ainda em 1968, do Country Program Paper (CPP). O documento orientava a carteira de empréstimos para cada cliente, fixando metas para o período de cinco anos (MENDES, pag 188, 2010).

relações sociais como se fosse um fenômeno em si, e o terceiro explica a pobreza como exclusão do desenvolvimento e não como resultado dele.

A geração de conflitos que teve em suas raízes a política expansionista do capital, que resvalou em pobreza também se refletiu em devastação ambiental, como aborda Zhouiri (2010). Com isso, a insurgência e os conflitos são a força motriz para a compatibilização dessa injustiça, no caso do banco mundial, o financiamento para madeiras e grandes projetos foram suspensos e mesmo que de forma superficial passaram a exigir avaliações de impactos ambientais e sociais.

Medidas que se entrelaçam com a conceituação do cada vez mais em voga do contraditório Desenvolvimento Sustentável, conceito este que dá abrigo a diversos processos de expansionismo predatório do capital, seja no campo ou na cidade, anulando o papel do estado ou contando com sua anuência. Para Fernandes (2002), o conceito de desenvolvimento sustentável está ancorado em categorias abstratas como humanidade, gerações futuras e qualidade de vida, de maneira a não fazer inferência de forma contextualizada nas questões de equidade social, tendo uma abordagem demasiado abrangente que mais contribui para o fortalecimento das abordagens generalistas e desconsideram as gritantes diferenças sociais da contemporaneidade.

Nesse sentido em vez de considerar a possibilidade de questionamento do modelo de expropriação da natureza implícito no Capitalismo, o que os defensores do modelo do Desenvolvimento Sustentável Frequentemente fazem é, aludindo as ideias de unanimidade planetária, que implica a secundarização das diferenças existentes no mundo real, propor “alianças entre todos os grupos e estratos sociais”, como se os problemas ambientais afetassem todos por igual. (FERNANDES, ,2002, p. 5).

Nesse conceito não há correspondência com a realidade concreta dos povos marginalizados dos centros urbanos e das zonas rurais, como demonstra Acsegrad, Ao tratar do processo de desenvolvimento econômico e distribuição fundiária do Brasil, a concepção industrial de progresso destrutura as condições materiais de existência de grupos socioculturais que construíram suas formas de vida com base em lógicas de produção não capitalistas (Acsegrad, ,2009, p. 123). Segundo Furtado (1981, p. 15):

A rigor, a ideia de desenvolvimento possui pelo menos três dimensões: a do incremento da eficácia do sistema social de produção, a da satisfação de necessidades elementares da

população e a da consecução de objetivos a que almejam grupos dominantes de uma sociedade e que competem na utilização de recursos escassos

No caso de nossa pesquisa, compreendemos que a definição dos conflitos ambientais problematizados pelo ecologismo dos pobres e ignorado corriqueiramente pelos conceitos de desenvolvimento sustentável em voga é fundamental para problematizarmos a realidade de Barra dos Coqueiros, pois os avanços dos grupos dominantes na aludida localidade traduzem-se na apropriação e reorganização geográfica e política dos espaços e territórios de moradia e trabalho das comunidades tradicionais. A considerar que os espaços rurais são o seio de biodiversidade, de concentração de povos e comunidades tradicionais, se apresenta como uma fronteira constante a ser vencida e incorporada ao “desenvolvimento” capitalista. A construção do espaço rural – mesmo em Barra dos Coqueiros – expressa uma dinâmica nacional com suas repercussões histórica, em larga medida.

O processo de distribuição fundiária no Brasil, como fator basal da atual configuração dos espaços urbanos e rurais, de forma que Bauinain (2003), dentre outros fatores, discute que encontramos no país uma agravante concentração fundiária com raízes históricas que remontam desde a divisão do território nacional em 12 capitanias hereditárias cedidas a pessoas de confiança da coroa portuguesa, perpassando pela Lei de Terras 1850, que excluiu totalmente a possibilidade dos imigrantes, ex-escravizados e indígenas de terem acesso à terra, pois a lei determinava o pagamento de altas quantias em dinheiro para a concessão das áreas. Enquanto parte essencial dessa questão, a legislação colaborou para fortalecer e legitimar o caráter da propriedade privada, favorecendo a elite agrária no Brasil, fato distinto do que aconteceu em países como a França, Estados Unidos e Inglaterra, que, em certa medida, promoveram um processo de reforma agrária, possibilitando maior expansão da agricultura familiar, inclusive por uma estratégia econômica do capitalismo a fim de aumentar mercados consumidores. Reflexos da alta concentração fundiária e empobrecimento rural, o processo de modernização da agricultura brasileira intensificada a partir da década de 1960, aprofundou desigualdades e excluiu, em grande monta, parcela considerável da força de trabalho rural (camponeses, meeiros, moradores de condição, etc.) ao expulsá-los do campo para as periferias da cidade e/ou transformá-los em bóias frias.

A posse da terra condicionou o acesso aos meios de produção e financiamentos, reforçando o papel da terra como reserva de valor e fonte de poder econômico. Os incentivos à utilização de tecnologias poupadoras de mão-de-obra e as políticas de crédito seletivas em favor das grandes produtores reforçaram a concentração da propriedade da terra e o crescimento econômico excludente. (BAUINAIN, 2003, p. 6).

O rural brasileiro, onde encontramos as reservas de biodiversidade e comunidades tradicionais, é, por conseguinte, o resultado de um a concentração secular de terras e renda, atualmente apresenta de forma mais efetiva regiões configuram-se como fronteira para ser superada por meio do desenvolvimento capitalista. Assim existem as questionáveis zonas de transição que apresentam novos dilemas para um rural em constante transformações e fragilidades.

Na medida em que a urbanização se expande e assume uma forma cada vez mais espraiada, as áreas de transição rural-urbana tornam-se objeto de interesses diversos e de conflitos cada vez maiores, porque concentram um grande estoque de terras, mananciais, matas, a produção rural e o transbordamento dos conflitos urbanos expressos, principalmente, na produção da moradia. Nessa perspectiva, as áreas de transição rural-urbana, além de serem áreas de reserva da expansão urbana, se tornam, mais que antes, objeto de disputas e, portanto, ganham importância enquanto objeto do planejamento. (MIRANDA, 2009, p. 25).

Trazendo para esse debate o município de Barra dos Coqueiros, a área de estudo da presente pesquisa onde está explícita uma intensa reconfiguração territorial, desencadeada com o advento da ponte construtor João Alves em 2006, que faz uma ligação direta da cidade com a região metropolitana de Aracaju, introduzindo novas perspectivas de crescimento regional. Santos (2008) enfatiza que a implantação por parte do poder público de grandes aparatos industriais e de infra-estrutura, como o porto de Sergipe e o pólo cloro químico nos idos da década de 1980, não desempenharam um papel significativo para a contribuição do desenvolvimento do município que ainda se configura enquanto cidade dormitório.

Contudo, a configuração da localidade em cidade dormitório apontada por Santos, em 2008, vem dando lugar a duas perspectivas distintas de desenvolvimento local, a saber, o primeiro de zona urbana, com residenciais para classe média e classe média alta, que estão situados nos núcleos urbanos, bem como as zonas de características rurais como os povoados de Olhos D'água e Capão; já o segundo tem a

ver com o pólo fabril-energético. Quanto a este último se faz inferência a inauguração do parque eólico em 2013, cuja matéria publicada no jornal Cinform de 26/08 de 2013, edição 1585, informa que o mesmo é um complexo de 34,5 megawatts de potência instalada, o suficiente para abastecer 120 mil habitantes, energia que, no entanto, não estava sendo distribuída por falta de licenças ambientais nas redes de transmissão, segundo declarações da Chesf (Companhia Hidrelétrica do São Francisco). Tais declarações, que na época, conflitavam com a da empresa geradora, a Energen, que alegou enquanto limite a distribuição feita pela rede local gerida pela Energiza, empresa responsável pela maior parte distribuição de energia no estado. Outra fragilidade é ausência de informações sobre a tributação da atividade, como aponta a matéria, bem como o relato da comunidade do Jatobá, de acordo com as pesquisas de campo, que não identificaram apresentação dos estudos e relatório de impacto ambiental à comunidade, bem como não é identificada a existência de medidas mitigadoras e compensatórias dos possíveis impactos locais.

Citamos ainda a eminente instalação de indústria automobilística nas cercanias da usina eólica, e como apontado em matéria do portal de notícias Infonet em 27/06/2013, o Protocolo assinado prevê investimentos por parte da Amsia no montante aproximado de R\$ 1 bilhão. A produção de veículos automotores híbridos e elétricos, vai gerar cerca de 4.000 empregos diretos.

Portanto, entendemos que grandes projetos em uma zona rural desconsideram as populações locais, inexistindo planejamento claro e participativo, - que considera a demanda local acerca dos possíveis impactos que afetarão suas vidas. Esse negligenciamento é definido conforme os interesses ideológicos da classe dominante, como tratado por Meszáros (idem), tendo relação com o modelo de desenvolvimento macroeconômico que compete por recursos naturais, levando em consideração que a comunidade é formada historicamente por extrativistas (catadores de mangaba e pescadores) que vivem dos recursos emanantes do ecossistema local.

Dentro dessa perspectiva se apresenta também o negligenciamento de formas de políticas econômicas e sociais que incluam o rural, particularmente suas populações tradicionais, tendo em vista as consecutivas restrições e descaracterizações da região por parte do poder público, como demonstrado pelo projeto de Lei 008/2014 que altera o plano diretor sem as devidas medidas de divulgação e debate, tendo ocorrido apenas uma

audiência pública no povoado Jatobá. Com isso o projeto de lei aprovado e sancionado pela câmara de vereadores de Barra dos Coqueiros traz a total incorporação do povoado Capoã zona urbana, como tratado no Art.2º desta Lei, que faz inferências a alteração no disposto no Plano Diretor Sustentável Participativo de Barra dos Coqueiros.

Cabe, com isso, esclarecer que um dos mecanismos cruciais para aprovação de alterações no plano diretor Plano Diretor Sustentável Participativo de Barra dos Coqueiros bem como para a aprovação de empreendimentos² que demandam da apresentação de RIV-Relatórios de Impacto de Vizinhança é aprovação dos projetos pelo conselho cidadão um organismo misto, compreendido por representantes da sociedade civil e por representantes do poder público municipal cuja as atribuições estão descritas no Artigo 53º, do qual enfatizamos os primeiros parágrafos.

Art. 53 º. O Conselho Cidadão tem como atribuição permanente:

- I. manifestar-se sobre as políticas, diretrizes e estratégias de zoneamento, produção, ocupação e uso do solo da cidade;
- II. pronunciar-se sobre as propostas e iniciativas voltadas ou que repercutam no desenvolvimento do Município, originárias do setor público ou privado, notadamente as que exerçam impacto sobre o espaço urbano;
- III. propor dispositivos e instrumentos de fiscalização e controle das normas de uso e ocupação do solo;
- IV. acompanhar a implementação do Plano Diretor e a execução dos planos, programas e projetos de interesse para o desenvolvimento urbano e rural do Município;
- V. acompanhar a aplicação do Fundo Municipal de Desenvolvimento Sustentável Urbano e Rural;
- VI. zelar pela aplicação da legislação municipal relativa ao planejamento e desenvolvimento urbano ambiental, propor e opinar sobre a atualização, complementação, ajustes e alterações do PDSP;

² Os empreendimentos que demandam a apresentação de RIV-Relatórios de Impacto de vizinhança estão descritos no Art.134 do PDSP:

Art. 134 º. Serão sempre considerados empreendimentos de impacto aqueles:

- I. sujeitos à apresentação de EIA - Estudo de Impacto Ambiental / RIMA - Relatório de Impacto Ambiental, nos termos da legislação pertinente;
- II. que ocupem mais de duas quadras ou quarteirão urbano;
- III. com fins residenciais, cujo número de unidades ultrapasse 40 habitações;
- IV. de qualquer uso, cuja área coberta ou descoberta, destinada a estacionamento, seja igual ou maior do que 2.000 m²;
- V. para fins não residenciais, exceto industriais, com área construída igual ou maior a 2.000m² (dois mil metros quadrados).

Com isso, o conselho cidadão é porta de entrada para diversos projetos que representam mudanças no ordenamento territorial em Barra dos Coqueiros e que representam impactos para o local, porém, de forma prática, não mantém, de maneira clara e acessível, a socialização das informações³, bem como o cumprimento de seus objetivos.

Assim, retomando a descaracterização do Povoado Capão como zona rural está presente na anuência do conselho cidadão, do executivo e do legislativo municipal, evidencia-se a existência de uma área com características rurais: povoamento disperso, atividades econômicas ligadas a atividades agrícolas e extrativistas, como bem caracteriza o próprio plano diretor em seu Artigo 98º.

Art. 98 º. Considera-se Zona Rural, para fins de aplicação desta Lei, aquela situada fora da linha limítrofe definida pela lei de perímetro urbano, onde há ocupação rarefeita, atividades de produção da agricultura e preservação da biodiversidade nativa, favorecendo a manutenção do ambiente natural. (PDSP, p.26,2008).

De tal forma a classificação como zona urbana foi antecipada por vias burocráticas, executada por meio do poder público de modo a dar vazão a crescente demanda imobiliária da cidade, presente nos anúncios comerciais, no surgimento de novas cercas e loteamentos e presente na fala dos moradores. Entretanto, esse “desenvolvimento” e os ajustes legislativos de modo a acomodar as mudanças em curso, beneficiam e incluem as catadoras de mangaba, pescadores e agricultores? Incluem a vegetação de restinga suas espécies nativas e manguezais?

A resposta encontrada nos debates em campo e pautada no dia-dia das comunidades é claramente o exemplo de exclusão do processo e temor por um futuro em que o ecossistema de restinga em sua biodiversidade e as comunidades tradicionais não façam mais parte do território, evidenciando desta maneira um conflito territorial com diversos atores e particularidades.

³ Um exemplo disso foi a solicitação da presente pesquisa, como pode ser avistado no anexo 1, de informação sobre a relação dos condomínios aprovados nos últimos cinco anos no município. Tal solicitação feita ao conselho cidadão, atualmente presidido pelo chefe do gabinete municipal, Ariston Porto, no dia 24 de setembro de 2014, que se mantém sem nenhuma resposta, apesar de ter seguido as instancias protocolares e o devido acompanhamento.

1.2-A natureza dos conflitos

Podemos dizer que os conflitos ambientais surgem das distintas práticas de apropriação técnica, social e cultural do mundo material (ZHOURI,et.al, 2010, p.17), e podem ser classificados de três maneiras: de Conflitos Ambientais Distributivos, Conflitos Ambientais Espaciais e Conflitos Ambientais Territoriais.

Como **conflitos ambientais distributivos** (grifo próprio), l questiona-se a desigualdade na substituição e no acesso aos recursos. A utilização de recursos são subsidiados de forma abstrata por estudos como a mensuração da pegada ecológica, espaço ambiente, disputas de acesso a recurso, e um dos exemplos disso é a disputa pelo acesso água do rio Colorado entre México e Estados Unidos, foco de explorar a irrigação na Califórnia. A disputa entre norte sul, de forma concreta, é uma disputa que ocorre em torno das desigualdades de acesso, que algumas chamam atenção para o fato de que o sistema capitalista e suas contradições seria o responsável pela desigualdade na distribuição dos recursos e sua concentração nas mãos de alguns poucos. (ZHOURI,et.al,,2010, p.20.).

Sobre os Conflitos ambientais espaciais, eles adquirem escala internacional, superando o limite do território, por conseguinte envolvem diversos agentes, a exemplo de catástrofe nuclear de Chernobyl e o acidente na indústria química da Union Caribe India Limited, resultando em 3.800 vítimas fatais na Índia Tal corrente mantém uma íntima ligação com abordagem da justiça ambiental, motivando portanto, a consolidação de novos atores políticos e de movimentos sociais com abordado por Zhouri (2010) que define um terceiro tipo os conflitos ambientais territoriais. Estes são determinados pela sobreposição de reivindicações de grupos com identidades culturais também distintas sobre um mesmo recorte espacial de maneira que a condição básica para essa dinâmica territorial, empresarial é a transformação do espaço em propriedade privadas que possam ser comercializado como mercadorias avaliada pelo seu valor de troca cada vez mais do que pelo seu valor de uso. (ZHOURI,et.al, 2010, p.24).

Já Martinez Alier (idem) situa os conflitos ambientais como conflitos de valoração, que dialeticamente impõem questões fundamentais, como em que lugar eclode o conflito entre habitantes dos mangues e camaroneiros. Acerca disso, podemos indagar qual o valor do camarão comprado com valor do sustento humano e do meio

ambiente perdidos? E em quais escalas esse valor deve ser mensurado? (MARTÍNEZ ALIER, 2011, p.336)

Se colocam portanto, diversos exemplos da apropriação de recursos naturais, que vão desde a mercantilização de recursos como os EUA que chegaram a patentear a variedades de feijão amarelo cultivado por agricultores mexicanos, até a destruição de reservas florestais para a implantação de pólos industriais, contudo ao mesmo tempo que ocorreram essas apropriações a resistência popular apresenta reações, como a dos empates de Chico Mendes em defesa dos seringais, os movimentos camponeses indianos em defesa da agricultura contra a transgenia e os conglomerados, os ambientalistas em luta com o replantio de espécies; ações essas que atingiram dimensões internacionais, resultando em perseguições e morte das lideranças, que não foram em vão, pois resultam da luta de povos locais contra o “desenvolvimento” culminando em novas formas de mediação como a Resex (Reservas Extrativistas), e alguns exemplos de valoração.

De tal forma que resistência popular, ante a degradação ambiental, frequentemente gera propostas alternativas, e, assim sendo, uma indagação faz-se necessário a: como são avaliadas tais propostas nos termos de indicadores ou índices de sustentabilidade? (MARTÍNEZ ALIER, pag.208, 2011). Contudo mensuração dos economistas tem esbarrado no descontentamento do povo com tais índices para os quais a sua própria saúde e subsistência tem valores de custos muito baixo. Como relata Alier (2011)

Com isso delimitados os pontos concomitantes dos conflitos ambientais, a valoração, e suas formas de reprodução, a forma que é construída e atribuída, de maneira que a abrangência é redimensionada, a partir dos tipos de conflitos e grupos envolvidos. Sendo assim, um fato se apresenta nas últimas décadas como determinante, que é a globalização, a padronização da vida por meio do mercado, que estreita as relações entre países, recriando uma “pangeia” econômico-social, porem com muitas distinções em seu cenário ambiental, pois a ressignificação das fronteiras dadas pelo capitalismo não é capaz apagar ou invisibilizar a destruição ambiental no curso de sua história. Zhouiri (2007) aborda a questão mundialização em meio aos conflitos gerados pelo construção de duas barragens no interior de Minas Gerais a fim de integrar o

projeto da hidrelétrica da Candoga, que necessariamente prescinde da desapropriação da comunidade ribeirinha, sendo assim ela relaciona que:

No Brasil, os efeitos das transformações acarretadas pelo processo de mundialização manifestam-se, sobretudo, a partir da adoção de uma política conservadora de ajuste econômico que tem reconduzido meio ambiente e justiça social ao estatuto de “entraves ao desenvolvimento”, colocando em risco as fundamentais conquistas ambientais das últimas três décadas (ZHOURI, et.al, 2007, p.24).

Tal assertiva apresentada acima corroborando, assim, com a ideia posta por Altvater, que demonstra a ligação das crises cíclicas do sistema capitalista com crise ambiental contemporânea e a sua escala intencionalmente pós-fronteiras. Assim crises financeiras têm um alcance global, porque os mercados estão liberalizados e desregulados, propagando-se de um lugar a outro (ALTAVATER,2006,p.336), fato expresso na já citada política do banco mundial, ao passo que é construída uma relação paradoxal entre a homogeneização permissiva do mundo globalizado, que tende a favorecer o acesso e exploração do meio ambiente por parte, principalmente, das grandes potências do norte. Estas por sua vez tendem a silenciar a dívida ecológica para com os países do sul.

Contradições exemplificadas na abordagem de Silva et al(2012) ao problematizar a contradição vivida no Mato Grosso, região de abundante biodiversidade, composta por um mosaico de biomas nos quais se encontra diversas comunidades que tem sofrido graves restrições devido a grandes áreas de exploração pecuária, hidrelétricas, portanto afirma:

Diante do exposto podemos perceber que os conflitos socioambientais no Brasil e em MT não são uma exclusividade dos tempos atuais. São um dos espólios do desenvolvimento e do processo histórico de ocupação do país e do Estado. Seguramente, a história de ocupação dos territórios mato-grossenses é abalizada por estes conflitos, mas também é uma história de resistência, de revolta, de protesto, de insubordinação, de sonho e de esperança. (SILVA,et al,p.7,2012).

Com isso, a essência dos conflitos sociais mostra-se umbilicalmente ligada aos conflitos ambientais em uma ampla escala territorial e temporal, sem eliminar, no

entanto, as particularidades do tempo presente, mas mantendo a essência basilar da luta de classe, pois:

Os pobres são relegados à satisfação das necessidades básicas, enquanto os ricos acumularam tantas reclamações sobre a natureza que podem se expandir ambiciosamente sobre o “meio ambiente” e excluir os outros de seu uso ordenado, por isso desenvolvem práticas destrutivas de uso excessivo dos recursos que estão ao seu dispor. O “rastro ecológico” dos ricos é muito maior que o dos pobres (ALTVATER, 2006, p.336).

Com isso, podemos qualificar os conflitos que permeiam as comunidades tradicionais do município de Barra dos Coqueiros, a partir da experiência das catadoras de mangaba, como um conflito territorial, em que se encontram, de um lado, as comunidades tradicionais (catadoras de mangaba), que de acordo com relatos das rodas de discussão de campo, em sua maioria habitam a região desde seu nascimento, cujas famílias já se encontravam no local há décadas. Por exemplo, a catadora e moradora do Povoado Jatobá há mais de 12 anos afirma ter nascido e se criado na Capoa, cujo pai “é gente da Barra mesmo”.

Fala interessante, por expressar dinâmicas de usos territoriais, é a da catadora D, que vive em terreno compartilhado com seus familiares e que vem repartindo a terra de modo a construir casas para suas filhas, . Esta catadora realiza a coleta em um sítio nas cercanias de seu terreno no próprio povoado de olhos D’agua, assim a grande maioria das mulheres extrativistas não detém posse de extensões de terra que possibilitem o cultivo e o extrativismo da mangaba, possuem apenas áreas que comportam a moradia, de modo que em outro oposto estão as construtoras, incorporadoras e grandes grupos do setor imobiliário.

Desta forma, o território alvo do conflito de interesses, nesse estudo, os povoados de Olhos D’agua, Capua e Jatobá, possuem claramente valor de uso para as comunidades locais, pois elas vivem dos recursos ali disponíveis conservados há anos, especialmente os frutos da restinga (mangaba, murici, cambuí, caju..), mariscos extraídos do mangue(siri, caranguejo, sururu..) o pescado do mar, além de ser um espaço de sociabilidade, vida troca de conhecimentos e identidade, porém no caso das empresas do setor imobiliário as terras possuem o valor de troca, uma mercadoria em constante valorização devido seus atrativos cênico, a proximidade com a praia e o rio e

ao mesmo tempo com o centro comercial da capital. Já o Estado, como gestor do território em questão age segundo os ditames do mercado quando não socializa informações da maneira acessível, como ocorre nas apresentações dos relatórios de impacto de vizinhança que apresenta metodologia, linguajar distante da realidade local bem como informações demasiado resumidas e superficiais, quando não apresenta critérios para de organização territorial, quando se omite para a efetivação de medidas protetivas de ecossistemas e comunidades, e ainda mais agravante quando atua como agente facilitador descaracterizando burocraticamente à zona rural, através da alteração do plano diretor via macrozoneamento. Assim definimos similaridade com a comunidades de Tatajuba no Ceará, que apresenta diversos conflitos com a especulação imobiliária motivada pela indústria do turismo:

Difícil situação enfrentada, no Brasil, por populações que se enquadram no rol das denominadas populações tradicionais e que, no entanto, encontram muita dificuldade para garantir seus direitos com relação à propriedade da terra, quando essas terras, que habitam há décadas, se tornam de interesse do grande capital imobiliário ou se encontram na rota de projetos de desenvolvimento. (RODRIGUES, 2012, p.69)

Vê-se, assim, de forma dialógica, que os conflitos territoriais e a valoração distinta das áreas ocorrem na região, sendo que a especulação imobiliária representa os aspectos absolutos do avanço do capital, contudo de forma aparentemente localizada, com uma ressignificação do meio ambiente de modo a servir seus objetivos comerciais. Fatores que são muitas vezes obscurecidos e não entendidos pelas comunidades tradicionais.

No caso do povoado Capoã, citamos dois empreendimentos de alto padrão: o Thai e o Maikai, que juntos a loteamentos menores vêm alterando, dentre outros fatores, o acesso às áreas de mar/pesca e caminhos tradicionais e passagem, dificultando a realização das atividades extrativistas da comunidade citada. Problemática que tem ainda o debate restrito aos membros da associação das catadoras de mangaba, sendo o mesmo negligenciada pelo conselho cidadão e consequentemente pela prefeitura no momento da aprovação dos projetos dos condomínios citados.

Desta forma fica exposta a fragilidade dos organismos de planejamento territorial como o conselho cidadão e sua contraditória exclusão da voz ativa das comunidades, sendo um demonstrativo que república democrática não suprime o

antagonismo entre as classes. Pelo contrário, ela apenas fornece o terreno em que essa oposição vai ser decidida pela luta. (ENGELS, 1884, p.95)

1.3- Atores do e em conflito

O conflito ambiental territorial, que permeia as comunidades tradicionais de Barra dos Coqueiros, apresenta de forma central três atores: (1) as comunidades tradicionais, que são as catadoras de mangaba, que acumulam também a atividade da pesca os pescadores artesanais; e, em menor número, os agricultores; (2) as construtoras e todo o aparato comercial e privado, que têm determinado a reorganização das atividades no território; e (3) O Poder Público, que, neste caso, aparece com mais ênfase aparece na forma do governo municipal, incluído de forma tangente as esferas estaduais e federais.

No que diz respeito às populações tradicionais, elas foram, historicamente, alijadas dos núcleos dinâmicos da economia nacional, e adotaram o modelo de cultura rústica, refugiando-se nos espaços menos povoados, onde a terra e os recursos naturais ainda eram abundantes e Não privatizados, o que possibilitou suas sobrevivências e a reprodução desse modelo sociocultural de ocupação do espaço e exploração dos recursos naturais, com inúmeras variantes locais determinadas pela especificidade ambiental e histórica das comunidades que nele persistem (DIEGUES; ARRUDA, p.27,2001).

Essas comunidades– no caso das comunidades tradicionais -, apresentam um modelo de ocupação do espaço e uso dos recursos naturais voltado principalmente para a subsistência e seus mecanismos de apropriação da natureza baseiam-se em tecnologias simples, trabalho familiar e comunitário, tradição oral de construção de saberes e fazeres e numa simbiose entre dinâmicas sociais e dinâmicas ecológicas. Possui ainda, fraca articulação com o mercado, uso intensivo de mão de obra familiar, tecnologias de baixo impacto derivado de conhecimentos patrimoniais, e via de regra, de base sustentável (ARRUDA, p.31, 1999).

Estas sociedades trazem conhecimento aprofundado da natureza e de seus ciclos, que se refletem na elaboração de estratégias de uso e de manejo dos seus recursos naturais sazonais. Esse conhecimento é transferido por oralidade de geração em geração. Este grupo específico traduz-se ainda pela reduzida acumulação de capital,

pela importância dada à unidade familiar, doméstica ou comunal e às relações de parentesco ou compadrio para o exercício das atividades econômicas, sociais e culturais. Somam a estes indicadores, a importância das simbologias, mitos e rituais associados à caça, à pesca e a atividades extrativistas (DIEGUES, Idem).

São também características dessas comunidades, uma reduzida divisão técnica e social do trabalho, sobressaindo o artesanal, cujo produtor (e sua família) domina todo o trabalho da produção agrícola até o produto final. Outro fator importante a ser observado refere-se ao fraco poder político, que em geral, reside nos grupos de poder dos centros urbanos e pela auto-identificação ou identificação pelos outros de se pertencer a uma cultura distinta, como é colocado por Diegues (2000).

Vale frisar que as comunidades tradicionais de Barra dos Coqueiros se caracterizam, sobretudo, por serem comunidades extrativistas, em sua maioria pescadoras e pescadores, povos que deram origem a povoação do município; quanto a atividade agrícola, o município possui um forte histórico no que tange a monocultura do coqueiro, atividade que empregou no seu ápices a mão de obra dos povos locais que praticavam agricultura de subsistência em pequenos lotes, e em outros casos, apresentavam o cultivo do maxixe e do quiabo, porém atualmente a agricultura é a atividade mais fragilizada por uma série de fatores dentre os quais estão a falta do acesso à terra e ausência de suporte econômico e técnico, já no caso das catadoras de mangaba que acumulam também a atividade da pesca e em alguns casos menos recorrentes o da agricultura se destaca correspondência para com as definições de Diegues e Arruda, no tocante ao conhecimentos particulares sobre o funcionamento da natureza que se dá através da caracterização das safras de verão e inverno, nas técnicas de capotamento dos frutos (indução ao amadurecimento), no reconhecimento e transplante dos brotos de mangabeira que germinam a semente das copas de árvores maiores como é conhecido na pesquisa de Bezerra (2011), sobretudo cabe destacar quanto as catadoras de mangaba de Barra dos Coqueiros no que se refere a ocupação dos espaços públicos por parte das mulheres que passam a tomar todas etapas do processo de extrativismo da mangaba, que vão desde a cata no ambiente privado a comercialização nos espaços públicos (feiras, mercado e margem da rodovia) como concluiu Santos (2007).

A fragilidade de articulação política descrita por Diegues, também é um ponto a ser problematizado quando nos referimos as comunidades tradicionais de Barra dos Coqueiros. Existem instituições representativas orgânicas na área da pesquisa, tais como a colônia de pesca Z13, a associação das catadoras e catadores de mangaba de Barra dos Coqueiros e o sindicato de trabalhadores rurais. Esta primeira possui uma atuação majoritariamente cartorial e que de acordo com as palavras da presidenta da colônia, funcionam como um sindicato e hoje tem como maiores tarefas questões relacionadas a aposentadoria, seguro Defeso, auxílio doença e atividades do gênero; já em relação a associação de catadores catadoras de mangaba de barra dos coqueiros se encontra no seu segundo mandato, cuja data de fundação foi em 2010 e possui hoje 25 associados que congregam seus núcleos familiares, vive um processo de estruturação burocrática, possui um sede em vias de conclusão cujo processo e o terreno são frutos de benefícios de projetos de outras organizações, possui reuniões mensais de diretoria que debatem temas politicamente relevantes a atividade extrativista ;quanto ao sindicato dos trabalhadores rurais pouco se vê em atuação, contudo suas atividades se restringem as questões burocráticas no que tangem a benefícios e aposentadorias.

As organizações supracitadas não possuem um fórum de atuação em comum ou qualquer organismo similar que possibilite uma articulação, tão pouco uma alguma ação de aglutinação que tenha sido motiva por um dos três entes, contribuindo portanto com pouca representatividade e atuação política das comunidades tradicionais de Barra dos Coqueiros.

Outra dificuldade percebida em campo junto as catadoras de mangaba é a dificuldade de renovação na atividade tendo em vista a dificuldades enfrentadas pelos extrativistas leva os jovens a criação de novas identidades que não mais as locais, de modo que de forma particular muitos jovens trabalham e colaboram com as atividades, contudo não vislumbram a atividade extrativista como atividade para futuro de suas vidas o que dificulta ainda mais o fortalecimento destes grupos .Em meio a uma roda de conversa com homens jovens de 16 a 30 anos que tem sua renda também vinculada à cata da mangaba o catador A, de 17 anos, relata que eles são esquecidos por todos lá e que não vê futuro na cata da mangaba, vê a possibilidade de trabalhar nos condomínios ao passo que é interpelado pelo catador B ,de 16 anos ,de que afirma a inexistência de trabalho pra eles em Sergipe e fecha sua fala dizendo que esse ano ainda irá para o Rio de Janeiro e levará o seu irmão.

De modo que o conflito se desenha ao entrelaçar seus entes muitas vezes de maneira contraditória como na fala dos jovens da mangaba que esperam empregos no condomínios, condomínios estes que figuram como segundo ente do conflito, como agentes da especulação imobiliária, de modo que Campos Filho (2001, p. 48) define especulação imobiliária, em termos gerais, como:[...] uma forma pela qual os proprietários de terra recebem uma renda transferida dos outros setores produtivos da economia, especialmente através de investimentos públicos na infraestrutura e serviços urbanos [...].

Com isso podemos dizer que a especulação imobiliária seria a distribuição coletiva dos custo das supostas melhorias locais, combinada com a apropriação privada dos lucros pelos detentores terrenos e imóveis. Os membros desse processo são de forma concreta as incorporadoras, construtoras, demais entes da construção civil que agem de forma ativa na modificação dos espaços gerando segregações. Sobre seus mecanismos de ação Smolka (1987) descreve:

- Alteração no preço do terreno entre aquele referente à sua aquisição original e o preço pelo qual este foi negociado;
- Valorização realizada pelo incorporador ao alterar os atributos do terreno em questão, isto é, ao reequipá-lo;
- Variações no preço referentes a modificações na estrutura espacial do ambiente construído onde se insere o terreno

De tal maneira Bernal(2009) explica que a geração de segregações social do espaço urbano nos movimentos do capital imobiliário se dá pela mudança da função de uso do solo.

Isto significa que o vigor do capital incorporador depende exatamente da sua capacidade de exacerbar as diferenças na ocupação urbana, já que a habitação constitui-se em mercadoria dotada de certas singularidades por estar vinculada à terra. Isto sugere que, ao se adquirir uma habitação, na mesma transação, se adquire também uma série de atributos associados ao cotidiano da vida urbana: meio de interação social, facilidades de acesso a outras atividades urbanas, como o lazer e o comércio em geral. (Bernal, p.4,2009).

Em matéria publicada em um site de notícias do estado de Sergipe é possível observar os critérios de valoração de tais empreendimentos, bem como o incremento luxuosos e sua infraestrutura destoante dos aparelhos urbano públicos. Desta forma a

respeito do mercado imobiliário Sergipano o site Sergipe notícias afirmou em Setembro de 2013 que:

(...)Em relação à capital, os preços desses empreendimentos não são muito diferentes e dependem, na maioria dos casos, da estrutura do condomínio e do tamanho da casa ou lote. Um condomínio na Barra dos Coqueiros, por exemplo, oferece, entre os seus itens de lazer, quatro quadras de tênis e quatro lagos. Os valores, segundo o corretor Emanuel Fernandes, variam bastante, mas são, em média, acima de R\$ 200.000,00, podendo chegar a R\$ 1.700.000,00.

No povoado Capoã, tornamos a citar dois grandes empreendimentos da construtora Laredo Thai e o Maikai, estes apresentam como atributos, urbanísticos quadras de tênis, piscinas, dentre outros equipamentos de uso comum aos moradores dos condomínios fechados que não figuram como aparelhos públicos do povoado que tem sua rua principal ainda sem asfalto, apenas uma escola de ensino fundamental e um posto de saúde com atendimento em apenas um dia na semana. Trazendo à tona assim imensa contradição vivida para além dos muros, onde a vida passa a ter valores muito distintos, realidades das comunidades extrativistas residentes na região apartadas de plenitude de serviços básicos, vivem o hiato de alternativas conservacionistas de seus meios de vida com a simultaneidade dos pontos finais da descaracterização de sua região.

Em meio a tomada de espaços e caracterização de atores vemos que o estado figura como o terceiro agente dos processos de conflito aqui estudado, portanto ao abordarmos “estado” se faz inferência a definição de trazidas por Montão e Duriguetto sobre o seu papel e funcionamento dinâmico.

O Estado mantém e organiza a ordem social produzida pelo desenvolvimento histórico, tal como se manifesta no nível da sociedade civil, e configura-se como esfera superior da sociedade, que determina e contrapõe a finalidade coletiva ao interesse individual, o bem público ao bem-estar particular. (MONTÃO e DURIGUETTO, 2001, p.32).

Desta forma sobre a mediação de interesses e finalidades promovidas pelo estado tomamos por base a leitura marxista interpretada pelos aurores supracitados em que:

O estado é a instância que diz representar interesse o universal, mas representa o de uma classe. Ele cumpre a universalidade reproduzindo o interesse da classe dominante. Assim o estado tem a aparência de universalidade, mas a sua realidade efetiva é

particular, na medida em que garante a organização das condições gerais de um sistema social (ou organização da produção) no qual e pelo qual a burguesia existe como classe dominante. (MONTÃO e DURIGUETTO, 2001, p.36).

De tal maneira que o estado em questão na presente pesquisa está materializado na figura da Prefeitura Municipal de Barra dos Coqueiros de forma direta, e de forma indireta aparecem o governo do estado de Sergipe e governo federal. Nas três esferas é visível o discurso da universalidade, de prosperidade e progresso constantemente propalado em seus slogans governamentais a exemplo da Prefeitura de Barra dos Coqueiros: “A nova e Bela Barra dos Coqueiros”. É frase utilizada como lema da gestão municipal 2012-2016 que tem como líder o prefeito Airton Sampaio Martins do PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro), que exerce atualmente o seu segundo mandato não consecutivo a frente do município, de maneira que a frase está cheia de sentido no que se refere ao incremento de mudanças na configuração básica que se apresentava na cidade posteriormente a construção da ponte, bem como ao aporte de investimento nos setor imobiliário, sobretudo traz de maneira indutiva aos interlocutores as propostas de transformações capitaneadas pela gestão municipal a dar vazão as demandas do “novo tempo “ vivido na cidade.

Cabe com isso, observar a afirmação da catadora A, moradora do povoado Olhos D’água, que em meio a roda de conversa provocada pela pesquisa fala das possíveis compensações apresentadas no relatório de impacto de vizinhança para a aprovação de um condomínio no povoado. “Teve uma reunião com o pessoal da cidade e que falaram da construção do condomínio e que iam construir uma quadra, mas para que nós queremos uma quadra”(CATADORA A) e ao fim do roda de conversa a catadora C complementa ao se referir as possíveis soluções para a melhoria das atividades extrativistas na sua localidade: “...se comprem essa área plantam mangaba ao invés da quadra”. Com isso fica demonstrado o ausência do estado no que tange aos padrões da universalidade, visto negligencia mento das demandas da comunidade em detrimento da aprovação de mais um empreendimento para a cidade, que oferece como compensação um elemento alheio as prioridades dos moradores que porém contribui para a valorização mercadológica da área, portanto bem público a serviço da iniciativa privada com a anuência do estado.

De maneira que a situação vista no povoado Olhos D'água estabelece um paralelo com a descrição de Bernal ao descrever o paralelo existente entre o papel do estado e o capital imobiliário no nordeste:

Assim, a configuração das metrópoles nordestinas aponta para um quadro caótico diante dos interesses sempre em conflito que resvalam pela lógica da especulação fundiária. As gestões dos Estados e Municípios têm primado por investimentos em obras viárias e grandes espetáculos em equipamentos urbanos, visando o embelezamento das cidades para atração de turistas. Assim, as políticas públicas ao invés de amenizarem os conflitos das cidades nordestinas, vêm contribuindo para alimentar a especulação imobiliária e agravar ainda mais as desigualdades sócio espaciais (BERNAL, p.2,2009).

CAPÍTULO 2-COMUNIDADES TRADICIONAIS: CONCEITOS E MUITAS LUTAS

2.1-Comunidades tradicionais: o caso dos povos extrativistas e o seu lugar em uma sociedade voltada para urbano e os ditames do mercado.

Desde os idos do final da década de sessenta e setenta, o surgimento do ecologismo anunciava a falência de uma sociedade que aposta na claustrofobia, logística, econômica e social das cidades, uma opção que traz intrínseca separação dos seres humanos de suas relações com a natureza da qual é parte. Diegues (1994) traz uma assimilação de Simonnet (1971) sobre uma realidade que iniciou a ser questionada e que se perpetua em diversas dimensões no momento atual.

A sociedade de consumo foi atacada pela miséria da vida quotidiana; urbanismo concentrador, reinado do quantitativo em detrimento do qualitativo, alienação crescente do indivíduo pelos valores econômicos, comunicação mediatizada, solidão na multidão, individualismo pequeno burguês. Já em 68, essa juventude advertia: consoma mais, você viverá menos, antecipando as críticas econômicas do ecologismo. (Simonnet apud Diegues, p.33,1994)

Considerando assim que a sociedade capitalista impossibilita a cada dia a vida nas cidades, os ambientes rurais tem sido procurados pelas classes mais abastadas como refúgio dos problemas cotidianos criados pelo “desenvolvimento”, um processo que culmina na tendência de marginalização, o total descaso com das comunidades tradicionais, invisíveis no espaço de expansão, e quando observadas tem seu meios de reprodução social sobre argumentos da baixa eficácia econômica. Assim Matos(2005) conclui que:

Já houve um tempo em que boa parte dos excluídos do campo se integrava às economias urbanas e a mobilidade geográfica resultava em mobilidade social ascendente. Nos tempos duros da globalização, tais possibilidades tornaram-se mais remotas e o futuro dos novos migrantes pobres e de seus filhos tornou-se sombrio. Ao que tudo indica, nas periferias distantes das duas últimas décadas, a pobreza se reproduz sob novas formas. Um amplo conjunto de pessoas, migrante ou não-migrante, estaria constituindo uma geração de pobres cujos

filhos estariam igualmente condenados à pobreza, abandonados nos confins da cidade grande. (MATOS, p.102,2005)

Com isso os processos de migração em curso, classe média com destino as zonas que margeiam as cidades culminado na expulsão dos habitantes destas localidades, e sua consequente marginalização no ceio dos núcleos urbanos, desconsidera as características dos povos tradicionais e suas possibilidades de desenvolvimento qualitativo. Posto isso evocamos os estudos de Diegues para consolidar a caracterização desses povos quanto a seu território:

Um aspecto relevante na definição de “culturas tradicionais” é a existência de um sistema de manejo dos recursos naturais marcados pelo respeito aos ciclos naturais, a sua exploração dentro da sua capacidade de recuperação das espécies de animais e plantas utilizadas. Esses sistemas tradicionais de manejo não são somente formas de exploração econômica dos recursos naturais mas revelam a existência de um complexo de conhecimentos adquiridos pela tradição herdada dos mais velhos, mitos e símbolos que levam a manutenção e ao uso sustentado desses ecossistemas naturais. (DIEGUES, p.76,1994)

Assim o mesmo autor enfatiza a necessidade de estabelecer uma demarcação da relação entre as populações tradicionais e a natureza no que diz em respeito a noção de” território “ que pode ser definido como uma porção da natureza espaços sobre o qual uma sociedade determinada reivindica e garante a todos, ou a uma parte de seus membros, direitos estáveis de acesso, controle ou uso sobre a totalidade ou parte dos recursos naturais aí existentes que ela deseja ou é capaz de “utilizar”(Godelier,1984 apud Diegues 1964).

Assim se faz necessário relatar que em incursões a campo no povoado Jatobá visando, mobilizar os moradores da localidade para roda de conversa acerca da temática da pesquisa, surgiram ricos questionamentos e depoimentos que explicitam tanto os fatores ligados aos conhecimentos endógenos e a relevância socioeconômica dos recursos naturais do território, presentes no depoimento do catador E, de 35 anos de idade, que residiu durante toda sua vida no povoado Capoã e está de mudança para o povoado Jatobá.“To conseguindo terminar minha casa com a ajuda das mangabas, porque quando não tem mangaba tem que se virar”(Catador E),faz ainda com isso referência as atividades temporárias de trabalho na entressafra como o trabalho na construção civil, nos sítios de coco; quando questionado sobre a necessidade de manejo da mangabeira com técnicas de poda e adubação ausentes na área de maior atividades

extrativistas como no sítio em que ele realiza a atividade, a fazenda São José do Arrebancado na Capuã, ele esclarece” Poda judia de mais, mangabeira é caatinga não precisa de muito, é como se fosse um pé de planta nosso, daqui mesmo”

O depoimento supramencionado do catador E se repete nos debates dos demais povoados demais, o que de fato não é bastante no atual cenário municipal para garantir a permanência e a valorização da atividade, sendo assim em entrevista com a presidenta da colônia de pesca, a mesma afirma sobre as restrições aos meios de vida e territórios tradicionais:” Nós não temos apoio porque não rendemos, quem rende são esses grandes condomínios, que paga imposto que nós não temos condição de pagar” (presidenta da colônia de pesca Z13) .

De maneira que se considerarmos os dados orçamentário do município de Barra dos Coqueiros apresentados no portal de transparência do tribunal de contas da união, encontramos a seguinte progressão:

Tabela 1:Demosntrativo básico total da receita arrecada e das despesas pagas do município de Barra dos coqueiros referentes ao últimos três anos, correspondes a gestão municipal em vigor.

EXERCÍCIO	RECEITA TOTAL ARRECADADA	DESPESA PAGA	RELAÇÃO DESPESA/RECEITA
2012	43.272.004,52	31.977.701,35	73%
2013	48.014.714,76	34.119.600,02	71%
2014	65.681.934,86	42.925.744,82	65%

Fonte :Portal de transparência do Tribunal de Contas da União 2015.

Os dados poderiam confirmar a afirmação da pescadora e presidente da colônia de pesca Z13 no que se refere aos rendimentos quantitativos da receita municipal que apresenta um aumento em termos percentuais e absolutos, um aumento que corrobora com o visível crescimento de investimentos expressos na intensa ocupação do território, contudo em termos qualitativos de rendimento caberia uma análise tributaria mais apurada das remessas por setor, o que de fato não representa o cerne da questão se considerarmos que apenas rendimento quantitativo de arrecadação não representou melhorias para as comunidades extrativistas em foco, tão pouco apresenta alternativas de conservação que representem os anseios da comunidade. Investimentos que não estão

expressos nos orçamentos declarados, tão pouco compreendem os projetos gestores do município, a que retomo aqui o plano diretor a fim de exemplificar o fato.

O TÍTULO VI – DO MEIO AMBIENTE, apresenta os objetivos e princípios, o Capítulo 1 que trata das Áreas de Preservação Permanente, o Capítulo 2 que trata das áreas de proteção descritas, em sua Seção 1 aborda os Parques Ecológicos, estabelecendo assim:

Seção I – Dos Parques Ecológicos

Art. 151 °. Consideram-se Parques Ecológicos os espaços antropizados, encravados em Área de Preservação Permanente a serem utilizados como área voltada ao lazer, turismo e educação ambiental, conforme mapa em anexo desta Lei.

§ 1º. O Parque classificado como AP 1, encravado na APP de manguezal deverá ser destinado ao lazer e turismo ecológicos, programas de educação ambiental e proteção da biodiversidade, inclusive através da implantação de programas de proteção aos animais selváticos, domésticos ou domesticados.

§ 2º. O Parque classificado como AP 2, encravado na APP de campo eólico deverá ser destinado ao lazer e desenvolvimento do turismo de praia.

Assim podemos ver que nem uma delas compreende o uso sustentado dos recursos por parte de catadoras de mangaba, pescadores e agricultores de barra dos coqueiros, o dispositivo demonstra que não há lugar para as comunidades tradicionais na questão ambiental local, reforça ainda uma ideia ultrapassada e contraditória de preservação ambiental que tem base na perspectiva de proteção de uma natureza intocada e reforça a argumentações como de Homma (1993) que conceitua a atividade extrativista como a coleta de produtos existentes na natureza com produtividade baixa ou declinante, expondo desta feita a teoria de que o extrativismo estaria fadado à extinção, teoria que pode ser fundamentada nos conceitos de Hardin (1968); sua obra a “tragédia dos bens comuns” pauta-se na hipótese de que o livre acesso as áreas naturais levaria a inevitável degradação. Hipótese tal que vem sendo apoiada por alguns aspectos da lei científica atual (FENNY et al, 2000,p.108).

De maneira que tais argumentos podem ser refutados com a reformulação do conceito de extrativismo trazida por Rêgo, que enfatiza:

Assim, o bioextrativismo das populações tradicionais pode ser definido como a intervenção, na biota dos ecossistemas naturais, pelo homem (componente da biota), baseada na racionalidade da

reprodução familiar/comunitária e sobredeterminada por seu universo cultural, fundado na simbiose prática e simbólica com a natureza. Tal intervenção visa produzir biomassa útil e é regulada por sistemas de manejo imediato, associados à introdução e exploração de plantas e animais em níveis pouco intensos, que não alteram substancialmente a comunidade biótica do ecossistema. (RÊGO,1999, p.2)

Desta maneira cabe compreender sobre as égides de um outro desenvolvimento, um desenvolvimento em um viés qualitativo e igualitária, a relevância sócio-econômica das comunidades tradicionais de Barra dos Coqueiros. Povos extrativistas que possuem com isso uma centralidade na defesa das citadas áreas de preservação e proteção, manguezais áreas de restinga e tabuleiros costeiros de forma geral, não devendo assim ser negligenciado da pauta pública, a nível de destinação de recursos e dispositivos legais, e ações que reconheçam e fortaleçam o potencial do neoextrativismo, que Rêgo define da seguinte forma:

O neoextrativismo abrange todo uso econômico dos recursos naturais não conflitante com o modo de vida e a cultura extrativistas. No sentido econômico, neoextrativismo é a combinação de atividades estritamente extrativas com técnicas de cultivo, criação e beneficiamento imersas no ambiente social dominado por essa cultura singular. Portanto, cultivo, criação, artesanato e agroindústria são extrativistas desde que se harmonizem com valores, crenças e costumes da população extrativista e com as características do seu ambiente natural. Entre outros atributos, tais atividades devem: 1) basear-se na exploração de espécies animais e vegetais da floresta; 2) integrar o sistema de valores do trabalhador extrativista; 3) inserir-se na organização do espaço existente no extrativismo; 4) incluir sistema de manejo apoiado em saberes, práticas e 6 tradições do trabalhador extrativista; e 5) harmonizar-se com os hábitos dos processos de trabalho extrativistas. (RÊGO,1999, p.6)

Neste sentido convém dizer que a situação atual das comunidades tradicionais da Barra dos Coqueiros em meio a seu território de vida não apresenta o modelo neoextrativista consolidado, porém vemos demonstrativos de seu progresso, a exemplo dos beneficiamento da mangaba através da produção de doces, bem como da comercialização e tratamento dos pescados, porém carece de um aparato, como fica claro na explanação de Motta (2006)

Não se pretende aqui defender a estagnação sócio-econômica das regiões e comunidades extrativistas, nem afirmar serem boas as condições de vida das populações tradicionais, porém, defende-se que a transformação das suas realidades ocorra levando-se em conta suas necessidades, valores culturais e lógicas econômicas, pontos de partida para uma mudança que, de fato lhes seja favorável, em um ambiente econômico e

institucional que lhes é desfavorável. (PEREIRA, MOTTA, 2006, p.8)

2.2-Catadoras de mangaba-da tipificação ao reconhecimento

Para Santos (2007) o extrativismo da mangaba tem envolvido de forma significativa as mulheres como força de trabalho organizadora da atividade com um importante destaque na constituição da renda familiar. Por essa razão, analisar a categoria de gênero no contexto das comunidades rurais, também necessita da emergência da complexidade da cultura que a envolve e como os saberes e práticas sociais se organizam diferentemente da lógica da cidade. Primeiro para compreender a importância da compreensão de gênero na construção da identidade das mulheres como sujeita de um processo de luta pelo direito a ser extrativista e catadora, segundo, para entender a complexidade das relações na produção da justiça social, nas diferentes estratégias de luta, inclusive a luta pelo reconhecimento dos seus saberes (JESUS, 2010, p.21).

Assim é de grande pertinência citar a luta das quebradeiras de coco babaçu cujo a construção da identidade está marcada pelo significado do uso do território e por formas particulares de organização desse grupo camponês(REGÔ, 2006, p.1), estabelece assim uma relação semelhança com a história das catadoras de mangaba, que em Sergipe, mulheres predominantemente negras, praticam atividades diversas(extrativismo, animal, vegetal, agricultura, pesca, artesanato, assalariamento no turismo, dentre outras), habitam as áreas de tabuleiros costeiros e de restinga do estado e mantêm diferentes tipos de relação com o mercado. Não obstante a diferença social existente em Sergipe elas optaram por uma única denominação para a interlocução num contexto permeado por relações de conflito pelo acesso a planta nos últimos anos. Nesta situação, as catadoras precisavam de uma identificação enquanto grupo para serem reconhecidas como responsáveis pela preservação da mangabeira e portanto merecedoras de acesso à terra. (ESTERCI, 2002 apud MOTA et al, 2011, p.110).

No curso das semelhanças entre as lutas das catadoras de mangaba e as quebradeiras de coco babaçu, é pertinente abordar que estas últimas também estabeleceram opções indenitárias como relata Cordeiro:

Faz-se importante considerar duas indicações de pesquisa que auxiliam a pensar o delineamento de um espaço relativamente autônomo em que questões referidas as quebradeiras de coco puderam

circular e tornar-se pública; bem como o investimento e o trabalho social de dotar um nome, quebradeiras de coco, em designativo de um sujeito coletivo, capaz de produzir a crença da existência coesa harmônica de uma identidade, seja de classe, categoria, gênero ou movimento. (CORDEIRO, p.56,2008).

Nesse contexto o relatório do primeiro encontro das Catadoras de Mangaba de Sergipe, que data de novembro de 2007, apresenta o início de um processo que visava retirar as catadoras de mangaba da invisibilidade, proporcionar um espaço para o reconhecimento entre as próprias catadoras; de maneira que a pesquisadora Dalva Maria Mota ao abordar a tipificação destaca:

Mesmo que as catadoras tenham muitas semelhanças, acumulem amplo conhecimento sobre recursos naturais ocorrentes em seus territórios e partilhem um modo de vida intimamente relacionado aos ciclos naturais, nas suas relações com o extrativismo elas se diferenciam tanto pelas formas de acesso aos recursos como pela composição das diferentes atividades que desenvolvem, dentre outros aspectos. Seis diferentes tipos se evidenciam:

Catadora e dona de casa;

Catadora, dona de casa e agricultora;

Catadora, dona de casa e marisqueira;

Catadora, dona de casa e artesã;

Catadora, dona de casa e comerciante

Catadora, dona de casa, marisqueira e artesã. (MOTA,2007, p.8)

Assim a pesquisadora evidencia a divisão social do trabalho, que está na responsabilização da mulher com os cuidados da casa, dos filhos e a própria atividade extrativista como um trabalho desenvolvido e destinado as mulheres, traço já presente na nomenclatura adotada que as particulariza como catadoras de mangaba. No município de Barra dos Coqueiros, nas localidades pesquisadas se apresentam com maior significância as catadoras dos tipos 3 e 6, de tal maneira que as mulheres que possuem conhecimentos relacionados a agricultura como presente no tipo 2, não possuem áreas para a prática da agricultura, tendo em vista não possuírem parcelas de terra e por não existir no município nem um processo relacionado a distribuição fundiária por meio de assentamentos de reforma agrária ou qualquer outro meio, assim ainda sobre a tipificação das catadoras de mangaba de Barra dos Coqueiros e o recorte de gênero presente na atividade, a pesquisa apontou um fato atípico que é a presença de jovens homens como catadores de mangaba, além da presença a cada vez mais

marcante dos maridos, fato que segundo as catadoras e dos próprios homens, se dá pelo alto preço do produto, valorizando a comercialização devido a escassez, e a sazonalidade dos postos de emprego oferecidos na construção civil, a crescente dificuldade de trabalhos nos sítios (tiradores de coco, trato dos animais, roçado), a queda no estoque do pescado e os baixos preços dos mesmos. Apresentando assim um contraponto aos trabalhos de Santos (2007) na mesma área de pesquisa, de modo que Santos afirma que no município de Barra dos Coqueiros as mulheres dominam todo o processo produtivo que vai desde a cata à comercialização, com participação pontual dos homens, de fato essa realidade se mantém porém a participação dos homens se dá cada vez mais presente frente às restrições financeiras da zona rural, de modo que ela é particular, pois como afirmam os jovens catadores “é uma coisa mais de mulher”, contudo como eles “roubam”, mangaba em suas próprias palavras, o que requer pular cercas, correr tendo uma maior grau de risco, essas são atividades mais masculinas, e afirmam assim que cada vez existem mais homens catando.

Apesar das particularidades do cata da mangaba feita por homens ser crescente no município de Barra dos Coqueiros, ela se dá muito relacionada às redefinições de atividade no território, que vem alterando as dinâmicas populacionais e ambientais, contudo a atividade é ainda reconhecidamente característica das mulheres no município e no estado como um todo, nos possibilitando fazer inferências à relação divisão sexual do trabalho extrativista e sua compatibilidade com as teorias ecofeministas.

Desta maneira em uma análise do contexto das localidades pesquisadas e da tipificação apresentada anteriormente, fica explícito que essas mulheres extrativistas acumulam o trabalho doméstico que se associa a uma atividade laboral privada, o cata da mangaba, se considerarmos o trabalho é realizado em ambientes naturais mantendo-se contatos restritos com o público, atividade que a princípio prescinde de características “femininas”, com o cuidado com frutos de tamanho relativamente pequenos e a relativa necessidade de menos esforços físicos perante outras atividades laborais, um discurso levado a cabo pelo imaginário do senso comum, mas que deve ser questionado com base na descrição da rotina das catadoras. Tomamos assim a Catadora F, 38 anos de idade, moradora do povoado Capuã, relata acordar às 4 horas da manhã a fim de realizar o cata do fruto, algumas vezes conta com a ajuda de sua filha, caminha alguns quilômetros que não sabe ao certo, gasta cerca de 25 minutos, até uma área de cata coletiva, em seu retorno por volta das 8 horas se dedica aos cuidados com o almoço da

família, no início da tarde cuida da limpeza do terreiro e parte dos afazeres da louça e das roupas, segue depois para a venda do fruto as margens da rodovia SE -100, no final da tarde recolhe a barraquinha vai cuidar da janta e do restante dos afazeres da casa concluído suas tarefas por volta das 20h, quanto ao seu marido, segundo ela as vezes faz alguma coisinha pra ajudar.

No caso da catadora F, podemos notar uma jornada extenuante, a presença no espaço público de comercialização e a busca de uma autoafirmação no tocante adquirir uma renda advinda de seu trabalho para o sustento de sua família, contudo está presente na vida da mulher extrativista o acúmulo de tarefas que a sobrecarrega e limitam e em muitos casos a impossibilita de atuar em outros campos e atividades, sejam culturais políticas e laborais, assim a mulher e a natureza são fontes de constante exploração em uma leitura direta com relação com o ecofeminismo, de maneira que da opressão sofrida pelas mulheres que tem sua vida vocacionada a reprodução social, o meio em que vivem é visto pelas forças hegemônicas e propagados pelo senso comum como fonte de exploração, ao passo que se a fonte de vida, de saber dominada por elas, as mangabeiras, passam por um processo de destruição, essas mulheres tendem a ser ainda mais oprimidas. Assim é importante estabelecer a seguinte relação:

O ecofeminismo contando com distintas significações, compõe uma idéia fundamental, que é a existência de uma interconexão entre a dominação da natureza pelos seres humanos e a sujeição feminina aos homens, expressando a predominância de formas patriarcais na estruturação ocidental, que remete o papel da mulher apenas à reprodução social. (SOUZA, 2002, p.6)

Portanto mesmo em meio as contradições da sujeição e ausência da divisão de tarefas, a prática diária não pode desprezar que ao degradarmos a natureza, degradamos além das condições adequadas de vida a todos os seres humanos, as mulheres pobres, extrativistas, agricultoras, são ainda mais afetadas nos seus contextos de vida e trabalho.

Fundamento da dominação das mulheres e da natureza é o empobrecimento, o empobrecimento da maioria do povo, particularmente das mulheres e crianças, e o empobrecimento da terra. Essa conexão entre as mulheres e a natureza no empobrecimento está presente nas realidades concretas do dia-a-dia. O desmatamento significa que as mulheres precisam percorrer uma distância duas ou três vezes maior a cada dia para juntar lenha; significa seca, que, por sua vez, significa que as mulheres precisam percorrer uma distância duas ou três vezes maior a cada dia para achar e levar água para suas modestas casas. (REUTHER, 2013, p.135).

As catadoras de mangaba não tratam do termo ecofeminismo, inclusive o desconhecem, sendo assim não se auto denominam ecofeminista, porém é inegável a conciliação dos contextos teóricos e práticos em que estão a exploração da natureza e das mulheres extrativistas, de tal forma que também apresentam entre elas outra coincidência, que muito nos fala das características comuns a uma e outra forma de dominação em nosso mundo. Ambas compartilham da mesma invisibilidade e da mesma gratuidade do seu trabalho (RODRIGUEZ,2015, p.13).

Assim, nessas análises econômicas e na visão de mundo que se cria junto da mencionada perspectiva do progresso a partir da instauração da Modernidade, da mesma forma em que não se incorpora a riqueza produzida pelas mulheres no seu cotidiano trabalho doméstico, tampouco será levado em consideração o valor das forças e bens da Natureza, e em particular sua existência finita. (RODRIGUEZ,2015, p.8).

Considerando que as mulheres catadoras de mangaba, personificam as demandas e contextos postos e em constante formulação do ecofeminismo, é latente a correspondência com as afirmações de Reuther (2013) sobre as mulheres agricultoras visto que elas querem combinar pragmaticamente alguns dos antigos costumes de cuidado da água, das plantas e dos animais com compreensões modernas de conservação e do direito legal das mulheres de possuírem terra e terem igual acesso ao crédito agrícola (REUTHER,2013, p.136).

Alguns momentos, diante desse contexto, são marcos na história desse grupo de mulheres e são ainda demonstrativos claros de seu contributo para a sociedade e sua imprescindível organização, assim citamos a carta aberta das catadoras de mangaba de Sergipe, elaborada durante o primeiro encontro das catadoras de mangaba de Sergipe em novembro de 2007, que descreve uma realidade que continua tão atual quanto a necessidades apontadas na ocasião, que assim foi posto:

Diante das ameaças as quais estão submetidas, destacam-se:

A construção de viveiros de camarão.

Expansão dos cultivos de coco e cana-de-açúcar.

Corte das mangabeiras para impedir que as catadoras entrem nas propriedades particulares.

Expansão das construções e loteamentos nas áreas de mangabeiras.

Como resultado do profundo do profundo debateem relação a esses problemas as catadoras reivindicam:

Garantia de Livre acesso as áreas de mangabeira (compra de áreas nativas pelo governo e direito das catadoras catarem mangaba onde sempre cataram)

Proibição do corte e queima das mangabeiras.

Participação das catadoras nas discussões sobre comercialização (“as catadoras querem ser ouvidas”)

Formação de um grupo de representantes das catadoras.

Garantia de salário na entressafra da mangaba.

Políticas para conservação da natureza (mangaba, murici, ouricuri, cajueiros, manguezais).

Estimular as catadoras que já têm terra a plantarem mais mangabeiras.

Nós, catadoras de mangaba, queremos reforçar nesse Encontro importância do nosso reconhecimento como população tradicional responsável pela conservação das áreas remanescentes de mangabeiras de onde tiramos nosso sustento diário. (Carta aprovada no 1º encontro das catadoras de mangaba de Sergipe)

O citado encontro foi ainda o espaço para a constituição do Movimento das Catadoras de Mangaba que desde então passou por mais três encontros, e no último mês, abril de 2015, passou pela reformulação de seu estatuto. Cabe debater mais adiante neste trabalho as inúmeras dificuldades de aglutinação e mobilização das mulheres, tendo em vista que o primeiro encontro contou com o suporte institucional da Embrapa, conseguindo aglutinar 82 catadoras e catadores de mangaba, instituição que ainda mantém pesquisas sobre a temática porém possui limitações políticas e burocráticas para que a impedem de dar sustentáculo a um movimento social, assim as catadoras tem buscado autonomia o que apresenta resultados positivos, como os encontros de lideranças realizados na diversas localidades do estado a cada dois meses no ano de 2013, contar o povoado Capoã, que obteve como resultado a redivisão do movimento em coordenadorias(coordenadoria geral, de formação política, financeira comunicação, produção) a determinação de política financeira básica, porem a concretização do acordado se mostra um tarefa complexa como visto nos último dois encontros realizados em novembro de 2013 e abril de 2015, que contou com um número muito menor de mulheres,cerca de 20 mulheres das diversas localidades do estado .

Fatores que em momento algum podem ser analisados por meio da perspectiva de fracasso do projeto de reconhecimento das mulheres, mas sim como um

demonstrativos dos reflexos dos entraves impostos a organização, entraves que começam nos espaços privados e se expandem nos espaços público, com isso a de se enfatizar que mesmo assim as mulheres tem dado continuidade a organização enquanto movimento social sinalizando para um alinhamento com as lutas ecofeministas de distintos grupos no país.

Olhando para as lutas empreendidas pelas mulheres na defesa do cotidiano da vida em âmbito local e nos territórios afetados pela lógica predatória do capital e das grandes corporações, precisamos somar as lutas em defesa dos chamados “bens comuns” que as mulheres têm sabido impulsionar. Os bens comuns (ou commons, do inglês) não são só bens, mas práticas sociais em comum, e as mulheres têm estado na frente de tais práticas e de enfrentamentos em espaços rurais e urbanos, buscando garantir o uso comum de tais bens, como por exemplo a água, a biodiversidade, o ar, mas também de bens comuns imateriais como os conhecimentos e saberes populares e tradicionais, a defesa das sementes crioulas, do cultivo das ervas medicinais, a manutenção e o livre acesso aos babaçuais e aos bosques de castanheiras, dentre outros(RODRIGUEZ,2015, p.16)

Parte do processo de reconhecimento das mulheres catadoras de mangaba passa além de sua organização enquanto movimento social, por suas organizações econômicas locais, de modo que Jesus (2010) relata a formação da primeira associação burocraticamente constituída, de modo que a Associação de Pontal em Indiaroba, foi a primeira associação de catadoras de mangaba a ser registrada no estado de Sergipe, quanto ao processo⁴ que antecedeu a formalização da associação Jesus (2010) relata:

A partir da iniciativa das mulheres, da coragem e crença de que necessitam estar unidas para avançar como extrativistas, pois as suas vidas dependem diretamente deste trabalho e da sua força organizativa. As pesquisadora coletivamente foi estruturando com as mulheres, o diálogo entre os saberes e suas práticas com os conhecimentos de uma organização. Iniciou-se pela compreensão do fazer: fazer dos doces; fazer da tecnologia, como comercializam, os problemas que enfrentam da falta de infraestrutura, de saber quanto gasta e quanto ganha. A partir de então, se desenvolveram oficinas para discutir uma melhor forma de organização e, a priorizada foi a forma associativa. Todas desejavam criar uma associação. O grupo trabalhou nas oficinas a partir dos princípios da economia solidária tal possibilidade. (JESUS et al.,2010,p.50-51).

⁴ O processo que culminou na organização da Associação de Catadoras de Mangaba de Indiaroba-ASCAMAI, se deu em meio a pesquisa iniciada entre 2007 e 2008 o grupo contou com o apoio da Secretaria de Estado da Inclusão e Desenvolvimento Social – SEIDES. Quando o projeto, Projeto Produção de saberes e práticas de trabalho das mulheres catadoras de mangaba de Sergipe, é aprovado pelo CNPq, o grupo retoma os contatos e inicia um processo de planejamento coletivo com três comunidades, a saber: Pontal no município de Indiaroba, Capão em Barra dos Coqueiros e Porteirinhas no município de Japaratuba.

Associação das catadoras e catadores de mangaba de Barra dos Coqueiros, foi a segunda a ser formalizada, e hoje após busca a inserção em algumas esferas de participação da sociedade civil, a exemplo do conselho de assistência social, bem como através da participação neste possuem hoje o título de utilidade pública municipal, a organização contribuiu ainda para a participação no Programa de Aquisição de Alimentos para a Merenda Escolar-PAA, de maneira que ainda busca formalizar a DAP(declaração de aptidão ao Pronaf de pessoa jurídica) fim de garantir maior inserção em chamadas públicas. Se soma ainda a ações de reconhecimento e estruturação das catadoras de mangaba de todo o estado, cujas catadoras da barra tem notada participação. O projeto Catadoras de Mangaba, Gerando Renda e Tecendo Vida em Sergipe entra em sua segunda edição atuando junto às comunidades sergipanas onde ocorre a cata da Mangaba. O trabalho teve início em 2011 e vem sendo realizado pela Associação das Catadoras de Mangaba e Indiaroba (Ascamai) sob patrocínio do edital público do Programa Petrobras Desenvolvimento & Cidadania, em parceria com a Universidade Federal de Sergipe e apoio do Movimento das Catadoras de Mangaba.

Ao abordarmos as conquistas deve ser mencionada a Lei Estadual 7.082 de dezembro de 2010 que reconhece as catadoras de mangaba como grupo culturalmente diferenciado, assim está disposto em seu artigo 1º, parágrafo único:

Art. 1º. O Estado de Sergipe reconhece as catadoras de mangaba como grupo culturalmente diferenciado, que devem ser protegidas segundo as suas formas próprias de organização social, seus territórios e recursos naturais, indispensáveis para a garantia de sua reprodução física, cultural, social, religiosa e econômica. Parágrafo único. O auto-reconhecimento como catadoras de mangaba é o critério fundamental para a efetivação do estabelecido pelo caput. (SERGIPE,2010).

Diante do apanhado das trajetórias de invisibilidade x reconhecimento das mulheres extrativistas, em que as catadoras de mangaba da associação tem estreita ligação com a organização dos grupos em todo o estado, é possível perceber que existem avanços de importância relevante, contudo o território ainda não é uma garantia, tão pouco está em processos consolidados de acesso a consolidação do reconhecimento dessas mulheres da mangaba da pesca, mulheres da restinga.



Figura 1: Catadoras de mangaba povoado jatobá comercializando frutas da estação e tecendo rede de pesca. Fonte: trabalho de campo 2015.

2.3-Ecossistema de restinga- quem são os donos dessas terra?

Ao abordar o ecossistema de restinga, ou a caatinga como chamado pelas catadoras e catadores da Barra dos Coqueiros, se faz necessário abordar os ecossistemas e unidades de paisagem relacionados como os manguezais, baixadas litorâneas em que são desenvolvidas as atividades extrativistas das populações tradicionais do município de Barra dos Coqueiros, de modo que cabe abordar as nuances no que se refere a biodiversidade de fauna e flora , condições edafoclimaticas dentre outros aspectos que caracterizam tais ambientes como significativos para as atividades da coleta de frutos da pesca e da agricultura. Assim sobre a espécie em destaque na região de estudo, a mangabeira (*Hancornia speciosa gomes*), Silva Junior et al(2011) constata que:

A ocupação tardia do litoral sergipano com atividades turísticas, provavelmente fez com que seus remanescentes permanecessem mais

conservados. O cultivo do coqueiro na baixada litorânea, do qual o estado sempre foi um dos maiores produtores nacionais (IBGE, 2008), contribuiu significativamente para a destruição das áreas naturais de mangabeira, embora, em alguns casos, muitas mangabeiras tenham sido poupadas devido ao amplo uso e valor dos seus frutos, a exemplo de algumas áreas de barra dos coqueiros. (SILVA JUNIOR et al, 2011, p.34)

As áreas em que resistem as mangabeiras, que nos reportemos ambigualmente as espécie arbóreas e as mulheres extrativistas, no município de Barra dos Coqueiros estão marcadas pela presença da vegetação de restinga, determinada assim:

Pela definição da Resolução do N° CONAMA 07/1996, as restingas compreendem “o conjunto das comunidades vegetais, fisionomicamente distintas sob influência marinha e fluvio-marinha”. Estes são ambientes que possuem influência marcante de outros ecossistemas, como a Caatinga, Tabuleiro e principalmente a Mata Atlântica. O aumento da distância com o mar provoca na vegetação um acréscimo na riqueza de espécies e na estrutura da vegetação. Próximo à praia encontramos uma vegetação caracterizada por campos ralos, com predominância de espécies herbáceas halófilas e psamófilas-reptantes. Partindo em direção ao continente, podemos encontrar brejos com vegetação hidrófita e a formação de matas fechadas, compostas por espécies lenhosas arbustivas e arbóreas. (OLIVEIRA, 2014, p.3).

As retorcidas e medianas florestas de restinga que se desenvolvem sobre os espodossolos e neosolo quartzarenicos englobam uma diversidade de flora refletida no abrigo que confere a diversas espécies comuns existentes como relata Leite et al. (1976) e Franco (1983) apud Araujo (2007) detectaram a predominância de angelim (*Anidira humilis*), pindaíba (*Xylopi brasiliense*), cajueiro (*Anacardium occidentale*), murici (*Byrsonima sp.*), maçaranduba (*Manilkara solzmanni*), piava (*Atallia sp.*), mangabeira (*Hancornia speciosa*), jenipapo (*Genipa americana*), mangueira (*Mangifera indica*), bananeira (*Musa sp.*), goiabeira (*Psidium gnofava*), cabeça de frade (*Melacactus bahiensis*), faxeiro (*Cereus fernambrecensis*), louro babosa (*Ocotea gardneri*) oitizeiro da praia (*Moquileia tomentosa*), aroeira da praia (*Schinus terebinthifolius*), biribeira (*Eschweilera ovata*), pitombeira (*Talisia esculenta*), palmeira oroba (*Cocos schyzophilla*), ouricurizeiro (*Syagros coronata*), araçazeiro (*Psidium spp.*) e amescla (*Protium heptaphyllum*). As árvores apresentam altura em torno de 15 metros e geralmente possuem troncos finos com copas largas e irregulares. Uma floresta clara. E a medida que esse porte vegetacional se distancia da praia, a intensidade da brisa marinha diminui, permitindo, assim, o desenvolvimento de árvores. No entanto não é apenas a espécie no cerne do conflito debatido, a mangabeira e sua atividade extrativista

relacionada que se encontra sobre forte pressão, vemos que a fragilidade é elevada a um nível de ecossistema o que põe em risco toda uma biodiversidade.

As restingas, por estarem muito próximas do litoral, encontram-se sob intenso processo de degradação, sendo consideradas pelo Ministério do Meio Ambiente como ecossistemas de grande fragilidade. Poucos são os remanescentes que possuem suas características originais conservadas e se encontram protegidos em Unidades de Conservação. Os estudos sobre sua biodiversidade têm demonstrado que a composição florística de dunas e restingas é influenciada pela Mata Atlântica ao longo da costa leste e das caatingas. O Litoral de Sergipe com 163 km abrange onze municípios, comporta densa rede hidrográfica, limitada pelos rios Real (ao sul) e São Francisco (ao norte), e abriga seis Unidades de Conservação. Entretanto, encontra-se sob pressão de ocupação territorial, para instalação de empreendimentos turísticos e residências de veraneio. (FARIAS, 2013, p.1).

O município de Barra dos Coqueiros, que não possui unidades de conservação, apresenta ainda uma vegetação de mata ciliar que é condicionada a problemática similar ao ocorrido com a vegetação de restinga. Assim o município que estende-se em direção SE-NO, ao longo do litoral atlântico e como atestam os dados do IBGE(2014) vários rios descrevem-lhe a fronteira com os Municípios vizinhos: o Sergipe, com o de Aracaju, a leste; o Pomonga e o canal do mesmo nome, na direção SE-NO, com o de Santo Amaro das Brotas; e o Japarutuba, ao norte, com o rio do mesmo nome. E em meio a hidrologia do município que se dá o importante ecossistema constituinte das matas ciliares dos rios citados, o ecossistema de manguezal, assim exemplifica Santos (2014) ao abordar que a formação florística que margeia o rio Pomonga. Delimita que os mangues estão presentes na região estuarina e margeando o curso fluvial. As características morfofisiológicas de fauna e flora dos manguezais expressam adaptações convergentes, as quais permitem a sobrevivência de seres em um ambiente singular (Vannucci, 2002 apud Santos e Melo de Souza, 2013), as espécies endêmicas de manguezais em Sergipe são: *Rhizophoramangle*L.; *Avicenia germinans* L.; *Conocarpus Erectus* L.; *Laguncularia racemosa*(L.)Gaerrtn e *Avicennia schaueriana* Stapf. & Leech. (Santos e Melo de Souza, 2013). Quanto a Barra dos coqueiros Santos(2014) destaca que a *Rhyzophora mangle* é a espécie dominante no curso do rio Pomonga, devido a fácil adaptação a condições desfavoráveis a outras espécies, como o solo com sedimentos inconsolidados, principalmente nas desembocaduras de rios, e pela oscilação das marés.

No tocante a fauna dos manguezais que conferem ainda mais riqueza, fonte de vida e trabalho de pescadores e marisqueiras do município é possível destacar:

Caranguejo, *Ucides cordatus*; guaiamuns, *Cardisoma guanhumi*; aratus, *goniopsis cruentata*; mariscos, *Anomalocardia brasiliana*, *Iphigenia brasiliana*, *Iphigenia brasiliana*, *Lucina pectinata*, *Macomaconstricta*, *Tivela mactroides*, ostras, *Crassostrea rhizophorae*, além de diversas espécies de peixes e aves que utilizam esses ecossistemas para alimentação, reprodução e abrigo. (CARNEIRO et al., 2008, p.3).

Com isso é possível citar outras funções ecológicas e econômicas relevantes dos manguezais, bem como a proteção da linha costeira; barreira mecânica contra a ação erosiva das ondas e marés; retenção de sedimentos carregados pelos rios; ação depuradora, ação depuradora atuando como filtro biológico natural da matéria orgânica e área de retenção de metais pesados; ambiente de concentração de nutrientes; área de renovação de biomassa costeira e estabilizador climático(VANNUCCI,2002 apud Santos e Melo de Souza, 2013,p.135).Um valor que é reconhecido em pelos pescadores, marisqueiras e catadoras de mangaba, comunidades que desconhecem os termos técnicos, nomes científicos abordados anteriormente, mas que compreendem muito bem a importância das fazes de andata dos caranguejos nas noites de lua cheia, relatos presentes nas rodas de conversas ente as catadoras de mangaba, bem como das denúncias feitas pelos pescadores e pescadoras da colônia Z13 de Barra dos Coqueiros na assembleia realizada no dia 24 de março do presente ano em espaço cedido a pesquisa, houveram relatos diversos no sentido da demasiada proximidade das construções dos manguezais, do progressivo aumento de lixo e material plástico emaranhados nos manguezais, bem como da deposição de um esgoto nos rios em que desempenha as atividades, assim o pescador G, 52 anos de idade, afirma pescar de rede, linha, tarrafa, que já pesca em mar e mangue, seus principais pescados são o camarão e o dourado, afirma que tem essa profissão de vida a mais de 20 anos e que nunca viu tempos tão ruins pra essa atividade, afirma ele com certa desesperança, “pra um terra que já foi tão rica nos pescados”afirma.

Assim sobre o caso “loteamento do mar” que se trata das restrições de áreas de pesca impostas pelas plataformas da Petrobras no Rio de Janeiro Moreira (2004) evidencia a queda no estoque de pescado relatada pelos pescadores bem como alterações comportamentais das espécies em meio ao impactos das plataformas de modo a afirmar que os pescadores acreditam que esses fenômeno também provoca mudança

no roteiro de passagem dos cardumes, confundindo-os e mais uma vez, abalando uma das bases de sua atividade que é o conhecimento sobre a movimentação das espécies (Acseirad,2004,p.40). De tal modo que mesmo em localidades distintas, Barra dos Coqueiros e Rio de Janeiro, com motivadores de impactos a priori também distintos, é possível considerar também que o município de Barra dos Coqueiros também faz parte das zonas de interferência de plataformas da Petrobras, podemos estabelecer um similaridade entre o sentimento de pertença e legitimidade dos saberes que ligam as comunidades tradicionais ao manejo de seus ecossistemas, sendo essas comunidades protagonistas na detecção do impactos gerados por fatores do “desenvolvimento” exógeno a seus meios de vida e sociabilidades.

Assim retomando também a perspectiva de pertencimento das catadoras de mangaba em meio a relevância da biodiversidade dos tabuleiros costeiros e baixadas litorâneas, cujo caracterizamos de forma mais abrangente como parte da formação geológica Barreiras e são constituídas por florestas, denominadas matas de tabuleiros. Áreas em que foram realizados estudos descritos por Silva Junior e Ledo (2006) sobre o incidência dos genótipos nativos da mangabeira, concluindo que a região nordeste do Brasil é a mais significativa quanto a ocorrência de remanescentes de mangabeira do país, assim dentre as 20 unidades de paisagens estudadas Sergipe se encontra classificado no centro 9B de diversidade genética (de forma abrangente denominado por mata atlântica) , que abrange Bahia, Espírito Santo, Vale do Rio Doce (do litoral de Sergipe até o espírito Santo) de tal maneira que a EMBAPA tabuleiros costeiros identificou ainda populações naturais de mangabeira em no povoado Capoã e a mesma linha de pesquisa .Estudo em 2005, classifica as áreas como: 1-em boa conservação dos recursos genéticos, 2-áreas e conservação regular dos recursos genéticos,3- áreas de pouca conservação dos recursos genéticos,4-áreas devastada, e dentre estas áreas na época do estudos Sergipe figurava como área de boa preservação em meio a situação ainda maias aterradora que se encontram os recurso ao longo do nordeste .

A EMBRAPA junto a outras instituições concluiu em 2009 um mapeamento das áreas de mangabeiras nativas, de modo a atender uma solicitação do Ministério Público Federal, o mapa do extrativismo da mangaba em Sergipe quantificou e localizou em meio ao geo-referenciamento 222 áreas de mangabeira naturais, 64 comunidades em 12 municípios. O resultados obtidos para a Barra dos Coqueiros apontaram foram basicamente a ocorrência de apenas duas áreas privados em que é permitido o acesso ao

frutos através da compra, ambas as áreas no povoado Capoã, a primeira com uma área de 465,5 ha e a segunda com 63,3 ha, e de duas áreas privadas de livre acesso, uma no povoado Capoã, com 38,5 ha e a outra no povoado jatobá com 240 ha, sendo que para está última área durante o trabalho de campo alguns moradores da região do Jatobá afirmaram no ato das visitas as casas a impossibilidade total de acesso a área na atualidade, a área conhecida popularmente como “buracão” a aproximadamente três anos foi cercada por seus suposto novo dono, um ex-vereador da região cujos entrevistados se negaram a falar o nome com temor de possíveis retaliações, de maneira que as demais áreas do município excetuando as quatro áreas citadas a época apresentaram-se como área de acesso impedido por restrição dos proprietários. Um quadro preocupante frente as perspectivas da etnoconservação e da proteção dos meios de vida das mulheres e do território.

Estudos de Silva Junior et al(2011) classificou a partir de uma tipologia desenvolvida junto as próprias catadoras o município de Barra dos Coqueiros como sendo uma área de conservação regular, tendo por base como critério para a conservação o acesso das extrativistas as áreas e seu conhecimentos sobre a atividade, descrevendo assim:

A mangabeira é conservada em conjunto com outras fruteiras. Apesar da população investir na sua conservação ela tem a mesma importância no sistema que outras fruteiras como cajueiro (*Anacardium occidentale* L.), mangueira (*Mangifera indica* L.) coqueiro (*Cocos nucifera* L.). Não existe mais gestão comum, e todas as propriedades possuem mangabeiras. Além disso a população tem acesso as fazendas que conservam as plantas nas entrelinhas do coqueiral, e ainda dominam todas as fazes e conhecimento sobre o extrativismo. (SILVA JUNIOR et al, 2011, p.90)

É portanto possível fazer uma analogia metafórica as mulheres, as catadoras, e as árvores, a mangabeira, árvores pioneiras que se estabelecem em terrenos até certa medida de baixa fertilidade, mulheres ancestrais, filhas dos índios, dos quilombos, mulheres pioneiras que chegaram antes da monocultura do coqueiro, que chegaram ocupam área muito anteriormente a qualquer condomínios; árvores fortes de sistema radicular profundo que a permite boa sustentação em meio ao solo arenoso e a exploração da água armazenada no subsolo, mulheres que lutam de maneira quase

intuitiva para manter sua cultura e seus modos de vida em meio um sistema de tão poucas oportunidades. A força simbiótica das extrativistas que não pelo sentido da posse que cerceia a sua entrada nas áreas, mas a “posse” dos ecossistemas diante da legitimidade de sua trajetória. Basta considerar que não há maiores donos dessa terra do que seus mantenedores, povos e comunidades tradicionais.

Alguns acreditam que cultura e saberes tradicionais podem contribuir pra a manutenção da biodiversidade dos ecossistemas. Em numerosas situações, na verdade, esses saberes são o resultado de uma co-evolução entre as sociedades e seus ambientes naturais, o que permitiu um equilíbrio entre ambos. (DIEGUES E ARRUDA, 2001, p.22)

Portanto se faz necessária a problematização apurada de um segundo ciclo de devastação em curso no município de Barra dos coqueiros se considerarmos o histórico geral da unidade ambiental em que se situa o município, pois:

Nos tabuleiros costeiros, assim como nas baixadas litorâneas estão localizadas algumas das áreas de maior antropização do nordeste, conseqüentemente as mais densamente povoadas, bem como as áreas de uso agrícola mais intensificado, exploradas desde a época do descobrimento, inicialmente por meio do extrativismo e, em seguida, pelas monoculturas da cana de açúcar do coco, cacau, e citros, pelos plantios de grãos, pastagem e essências florestais exóticas, entre outras atividades como a pecuária que transformaram drasticamente a região.(SILVA JUNIOR E LEDO,2006,p.78)

No município pesquisado está presente a monocultura do coqueiro, que apesar da atual decadência, a Barra dos coqueiros já foi um importante entreposto com a instalação de fabricas, portos e distribuição para toda a capitania ´nos idos da formação dos estados Brasileiros, promovendo com isso a apropriação de áreas por parte de proprietário bem relacionados, terras que atualmente iniciam o segundo ciclo de devastação que se dá com a chegada de grandes projetos de infraestrutura.A dar vazão a ocupação residencial e turística da região, um processo que exclui e propositalmente e marginaliza os entes que de constituíram primordialmente o território, além da clara ameaça a biodiversidade do território.

2.4-Legislação e a justiça para os povos extrativistas

Para uma avaliação de quais os mecanismos judiciais estão contrários e a quais podem ser usado a favor da luta das catadoras de mangaba e demais povos extrativistas da Barra dos Coqueiros é pertinente uma análise estatuto das cidades, plano diretor, o

novo código florestal , da Lei no 9.985, de 18 de julho de 2000, que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza, da Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981 que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, além de aspectos pertinentes da constituição federal e de considerar os meandros licenciamento ambiental.

A saber que como dispositivo de direitos basal para os povos extrativistas se apresenta a Convenção 169 na organização internacional do trabalho (OIT) do ano de 1989 que dispõe sobre os direitos dos povos indígenas, tribais e populações tradicionais em geral, assim por se tratar de um conflito territorial, conflito existente no município de Barra dos Coqueiros, cabe observar com destaque a parte II da convenção que trata sobre a terra. Destacamos os artigos 13 e 14 abaixo transcritos:

ARTIGO 13

1. Na aplicação das disposições desta Parte da Convenção, os governos respeitarão a importância especial para as culturas e valores espirituais dos povos interessados, sua relação com as terras ou territórios, ou ambos, conforme o caso, que ocupam ou usam para outros fins e, particularmente, os aspectos coletivos dessa relação.
2. O uso do termo terras nos artigos 15 e 16 incluirá o conceito de territórios, que abrange todo o ambiente das áreas que esses povos ocupam ou usam para outros fins.

ARTIGO 14

1. Os direitos de propriedade e posse de terras tradicionalmente ocupadas pelos povos interessados deverão ser reconhecidos. Além disso, quando justificado, medidas deverão ser tomadas para salvaguardar o direito dos povos interessados de usar terras não exclusivamente ocupadas por eles às quais tenham tido acesso tradicionalmente para desenvolver atividades tradicionais e de subsistência. Nesse contexto, a situação de povos nômades e agricultores itinerantes deverá ser objeto de uma atenção particular.
2. Os governos tomarão as medidas necessárias para identificar terras tradicionalmente ocupadas pelos povos interessados e garantir a efetiva proteção de seus direitos de propriedade e posse.
3. Procedimentos adequados deverão ser estabelecidos no âmbito do sistema jurídico nacional para solucionar controvérsias decorrentes de reivindicações por terras apresentadas pelos povos interessados.

Acsehrad et al (2010) cita as fases de importância transitória das instâncias judiciais para a resolução de conflitos de maneira que pontua os tribunais internacionais como importante plano das conquistas dos países de terceiro mundo ao que passo no início da década noventa o documento técnico nº 319 intitulado O Setor Judiciário na América Latina e no Caribe propõe alterações a fim de acompanhar imperativos do crescimento econômico, trazendo para instância não judicializadas a resolução dos conflitos.

De maneira que a convenção da OIT é um dispositivo internacional que recomenda a formulação de dispositivos legais locais na defesa dos povos tratados no documento, assim figura o Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007 que institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, o decreto apresenta de forma clara a necessidade de defesa do território:

Art. 3º São objetivos específicos da PNPCT:

I - garantir aos povos e comunidades tradicionais seus territórios, e o acesso aos recursos naturais que tradicionalmente utilizam para sua reprodução física, cultural e econômica;

II - solucionar e/ou minimizar os conflitos gerados pela implantação de Unidades de Conservação de Proteção Integral em territórios tradicionais e estimular a criação de Unidades de Conservação de Uso Sustentável;

III - implantar infra-estrutura adequada às realidades sócio-culturais e demandas dos povos e comunidades tradicionais;

IV - garantir os direitos dos povos e das comunidades tradicionais afetados direta ou indiretamente por projetos, obras e empreendimentos;

Destacamos portanto, dois dispositivos legais que reconhecem a legitimidade de acesso e garantia ao território por parte das comunidades tradicionais, de tal forma que no caso específico da área de estudo foi abordado no capítulo 1 do presente trabalho a ausência de menção a esse direito das catadoras de mangaba pescadores e pequenos agricultores na legislação municipal, ao passo que tal mecanismo refere-se apenas a uma pífia proteção dos ecossistemas de restinga e manguezais em que se encontram as comunidades extrativistas.

Assim cabe avaliar como é tratada essa questão por legislações de âmbito federal no que tange a proteção dos territórios e seu ordenamento. Com isso o estatuto

das cidades, lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001 formulada com objetivo de disciplinar o uso de espaço urbano, a considerar que a contraditória a alteração da zona urbana do município de Barra dos Coqueiros, como explanado anteriormente acabou por englobar povoações de características rurais como o povoado Capoã a zona urbana, fato que apesar dos entraves, não retira as possibilidades legais de conservação do território extrativista, se tomarmos por passe o Art. 26 do dispositivo jurídico em questão:

Art. 26. O direito de preempção será exercido sempre que o Poder Público necessitar de áreas para:

I – regularização fundiária;

II – execução de programas e projetos habitacionais de interesse social;

III – constituição de reserva fundiária;

IV – ordenamento e direcionamento da expansão urbana;

V – implantação de equipamentos urbanos e comunitários;

VI – criação de espaços públicos de lazer e áreas verdes;

VII – criação de unidades de conservação ou proteção de outras áreas de interesse ambiental;

VIII – proteção de áreas de interesse histórico, cultural ou paisagístico;(grifo próprio)

Dando continuidade a breve análise dos dispositivos legais que subsidiam a proteção do território recorremos também ao código florestal, Lei 12.625 de 25 de maio de 2012, que expõe em seus Art 4º e 6 º a caracterização das áreas de preservação permanente:

Art. 4º Considera-se Área de Preservação Permanente, em zonas rurais ou urbanas, para os efeitos desta Lei:

(...)VI - as restingas, como fixadoras de dunas ou estabilizadoras de mangues;

VII - os manguezais, em toda a sua extensão;(....)

Art. 6º Consideram-se, ainda, de preservação permanente, quando declaradas de interesse social por ato do Chefe do Poder Executivo, as áreas cobertas com florestas ou outras formas de vegetação destinadas a uma ou mais das seguintes finalidades:

I - conter a erosão do solo e mitigar riscos de enchentes e deslizamentos de terra e de rocha;

II - proteger as restingas ou veredas;

III - proteger várzeas;

IV - abrigar exemplares da fauna ou da flora ameaçados de extinção;

V - proteger sítios de excepcional beleza ou de valor científico, cultural ou histórico;

VI - formar faixas de proteção ao longo de rodovias e ferrovias;

VII - assegurar condições de bem-estar público;

VIII - auxiliar a defesa do território nacional, a critério das autoridades militares.

De modo que em seus Art.7º define que tais áreas devem ser mantidas pelo proprietário da área, possuidor ou ocupante a qualquer título, pessoa física ou jurídica, de direito público ou privado, com isso mais adiante o Art.9º define como permitida a entrada de pessoas e animais nas áreas de preservação permanente desde que compreendam atividades de baixo impacto ambiental, tendo em vista assim que o Art.3º considera atividades de baixo impacto as atividades inciso X , alíneas h e j assim descritas respectivamente, h) coleta de produtos não madeireiros para fins de subsistência e produção de mudas, como sementes, castanhas e frutos, respeitada a legislação específica de acesso a recursos genéticos; j) exploração agroflorestal e manejo florestal sustentável, comunitário e familiar, incluindo a extração de produtos florestais não madeireiros, desde que não descaracterizem a cobertura vegetal nativa existente nem prejudiquem a função ambiental da área; portanto mesmo não havendo a clara citação a palavra extrativismo ela está caracterizada nas descrições mencionadas, no entanto mesmo o referido arcabouço legal ainda carecemos de dispositivos que direcionem para encaminhamentos e ações mais concretas.

Assim em meio a essa busca podemos abordar o da Lei no 9.985, de 18 de julho de 2000 que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza, em que estabelece compatibilidade teórica com a necessidade das comunidades extrativistas ao definir dentro do grupo de unidades de conservação de uso sustentável as Reservas extrativistas, descrita no Art.18 :

Art. 18. A RESERVA Extrativista é uma área utilizada por populações extrativistas tradicionais, cuja subsistência baseia-se no extrativismo e, complementarmente, na agricultura de subsistência e na criação de animais de pequeno porte, e tem como objetivos básicos proteger os meios de vida e a cultura dessas populações, e assegurar o uso sustentável dos recursos naturais da unidade.

§ 1o A RESERVA Extrativista é de domínio público, com uso concedido às populações extrativistas tradicionais conforme o disposto no art. 23 desta Lei e em regulamentação específica, sendo que as áreas particulares incluídas em seus limites devem ser desapropriadas, de acordo com o que dispõe a lei.

§ 2o A Reserva Extrativista será gerida por um Conselho Deliberativo, presidido pelo órgão responsável por sua administração e constituído por representantes de órgãos públicos, de organizações da sociedade civil e das populações tradicionais residentes na área, conforme se dispuser em regulamento e no ato de criação da unidade.

§ 3o A visitação pública é permitida, desde que compatível com os interesses locais e de acordo com o disposto no Plano de Manejo da área.

§ 4o A pesquisa científica é permitida e incentivada, sujeitando-se à prévia autorização do órgão responsável pela administração da unidade, às condições e restrições por este estabelecidas e às normas previstas em regulamento.

§ 5o O Plano de Manejo da unidade será aprovado pelo seu Conselho Deliberativo.

§ 6o São proibidas a exploração de recursos minerais e a caça amadorística ou profissional.

§ 7o A exploração comercial de recursos madeireiros só será admitida em bases sustentáveis e em situações especiais e complementares às demais atividades desenvolvidas na Reserva Extrativista, conforme o disposto em regulamento e no Plano de Manejo da unidade.

Integram também o grupo de unidades de conservação de uso sustentável, que possuem determinada correspondência com os anseios das comunidades extrativistas, as reservas de desenvolvimento sustentável, avistadas no Art. 20 desta lei:

Art. 20. A Reserva de Desenvolvimento Sustentável é uma área natural que abriga populações tradicionais, cuja existência baseia-se em sistemas sustentáveis de exploração dos recursos naturais, desenvolvidos ao longo de gerações e adaptados às condições ecológicas locais e que desempenham um papel fundamental na proteção da natureza e na manutenção da diversidade biológica. (Regulamento)

§ 1o A RESERVA de Desenvolvimento Sustentável tem como objetivo básico preservar a natureza e, ao mesmo tempo, assegurar as condições e os meios necessários para a reprodução e a melhoria dos modos e da qualidade de vida e exploração dos recursos naturais das populações tradicionais, bem como valorizar, conservar e aperfeiçoar o conhecimento e as técnicas de manejo do ambiente, desenvolvido por estas populações.

§ 2º A RESERVA de Desenvolvimento Sustentável é de domínio público, sendo que as áreas particulares incluídas em seus limites devem ser, quando necessário, desapropriadas, de acordo com o que dispõe a lei.

§ 3º O uso das áreas ocupadas pelas populações tradicionais será regulado de acordo com o disposto no art. 23 desta Lei e em regulamentação específica.

§ 4º A Reserva de Desenvolvimento Sustentável será gerida por um Conselho Deliberativo, presidido pelo órgão responsável por sua administração e constituído por representantes de órgãos públicos, de organizações da sociedade civil e das populações tradicionais residentes na área, conforme se dispuser em regulamento e no ato de criação da unidade.

§ 5º As atividades desenvolvidas na Reserva de Desenvolvimento Sustentável obedecerão às seguintes condições:

I - é permitida e incentivada a visitação pública, desde que compatível com os interesses locais e de acordo com o disposto no Plano de Manejo da área;

II - é permitida e incentivada a pesquisa científica voltada à conservação da natureza, à melhor relação das populações residentes com seu meio e à educação ambiental, sujeitando-se à prévia autorização do órgão responsável pela administração da unidade, às condições e restrições por este estabelecidas e às normas previstas em regulamento;

III - deve ser sempre considerado o equilíbrio dinâmico entre o tamanho da população e a conservação; e

IV - é admitida a exploração de componentes dos ecossistemas naturais em regime de manejo sustentável e a substituição da cobertura vegetal por espécies cultiváveis, desde que sujeitas ao zoneamento, às limitações legais e ao Plano de Manejo da área.

§ 6º O Plano de Manejo da Reserva de Desenvolvimento Sustentável definirá as zonas de proteção integral, de uso sustentável e de amortecimento e corredores ecológicos, e será aprovado pelo Conselho Deliberativo da unidade.

Considerando o apanhado das legislações citamos em livre associação organismos jurídicos de três naturezas: 1-os que se colocam na **defesa direta das comunidades tradicionais**: Convenção 169 na organização internacional do trabalho(OIT), Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais e a Lei Estadual 7.082 de dezembro de 2010 que reconhece as catadoras de mangaba como grupo culturalmente diferenciado (citada anteriormente neste trabalho); 2-os mecanismos jurídicos de **defesa do território em que habitam as comunidades tradicionais**, aqui citados por meio do: código florestal e do estatuto das cidades e 3-legislações que incidem de forma prática nos mecanismos de **defesa**

orgânica do território e dos meios de reprodução social das comunidades tradicionais, em que se apresenta o sistema nacional de unidades de conservação.

Em uma última analogia aos instrumentos legais a serem utilizados pelas comunidades tradicionais, citemos os mecanismos jurídicos reguladores dos impactos ambientais, em que podemos nos referir ao art. 9º da Lei 6.938/81 relacionou os instrumentos da Política Nacional de Meio Ambiente-PNMA, entre os quais se destacam o licenciamento ambiental e a avaliação de impacto ambiental (AIA). Por AIA entendesse um conjunto de procedimentos capaz de assegurar, desde o início do processo, que se faça um exame sistêmico dos impactos ambientais de uma ação proposta e de suas alternativas, e que os resultados sejam apresentados de forma adequada ao público e aos responsáveis pela tomada de decisão, e por eles considerados (TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO, 2007, p.32), junto a isso está a resolução 01/86 do Conselho Nacional de Meio Ambiente-Conama que consagrou o Estudo de Impacto Ambiental (EIA) como o principal documento de avaliação de impactos de empreendimentos sujeitos ao licenciamento, determinando que o EIA deve trazer a “definição das medidas mitigadoras dos impactos negativos, entre elas os equipamentos de controle e os sistemas de tratamento de despejos, avaliando a eficiência de cada uma delas.

Observamos em relação ao histórico do município de Barra dos Coqueiros e seus três povoados estudados que há um hiato entre a existência dos dispositivos, a sua aplicação e conhecimento por parte dos extrativistas, que de certa forma mantém em seu imaginário uma exacerbada esperança pelos possíveis executores da lei, como observado no relato da catadora M em meio a roda de conversa no povoado Capoã. A mesma colocou como solução para as problemáticas de restrição no território a seguinte alternativa: “Nós não estamos lidando com pessoinha estamos lidando com gigantes, então tem que fazer com que nessas passeatas tenham gente assim como um promotor, que veja nossa luta e nossa situação”(Catadora M), de tal maneira que fala da catadora M motivou um reflexão sobre a necessidade das mulheres se munirem de conhecimentos acerca de seus direitos como os relatados nas legislações acima apontando assim para um seminário sobre o direito à terra, afirmando o caráter de construção coletiva e caráter pedagógico do método adotado (pesquisa ação a ser abordada com mais detalhes no capítulo 3). Portanto cabe ainda deixar claro o mosaico de fragilidades que a legislação trás, e que a autonomia dos povos e sua apropriação de

ferramentas deve ir para além da burocracia instituída, de modo a conferir ferramentas jurídicas ou não jurídicas que representem seus anseios e modos de vida.

E por isso é importante entender que lei é diferente de direito. Os direitos são construídos na prática, na lida na terra e com a natureza, para atender as necessidades e as preferências das pessoas e da comunidade ou do povo. Esses direitos, por sua vez, podem ser conquistados nas leis, ou seja, determinadas leis podem identificar e afirmar direitos que existem antes mesmo deles serem editados pelos legisladores (vereadores nos municípios, deputados estaduais e federais e os senadores).(ABROSANO,2012,p.14)

De forma claramente intrínseca as questões judiciais e a mediação se apresentam os mecanismos de compensação e os seus agentes de poder. De modo que ao recorrermos novamente a Alier(2011) podemos inferir que a governabilidade política e ambiental trata dos inúmeros acordos internacionais e tratados ambientais nos quais em alguns momentos é possível a intervenção popular, no entanto a suposta atividade estritamente econômica das empresas excede esses limites com uma profunda interferência política que influencia geralmente nos países distantes de sua sede, lugares onde a falta de controle político abrem ainda mais precedentes. O autor relata ainda que nos estados que dispõem de vastos territórios, como o Brasil, a Índia e a China, os principais choques ambientais mais do que com as transnacionais ocorrem contra os próprios governos (MARTÍNEZ ALIER, 2011, p.264).

Cabe para além dos embates com os governos as possíveis distorções nos organismo já existentes como o que classificamos como reguladores de impactos ambientais, que se valem de normativos puramente técnicos para a provação de grandes empreendimentos com a anuência do poder público que os recobre com o manto da legalidade instituída, assim algumas organizações buscam não somente utilizar os mecanismos existentes como questiona-los a partir de reformulação de instrumentos que representem de forma equânime a organização territorial o respeito as comunidades tradicionais.

Por isso, a rede Brasileira de Justiça Ambiental estabeleceu como um de seus objetivos principais o desenvolvimento de metodologias de “avaliação de equidade ambiental” como alternativa aos métodos tradicionais, como EIAS/RIMAS (Estudos de impacto Ambiental/Relatório de Impacto Ambiental).Considerou-se que estes últimos tem sido incapazes de retratar a injustiça ambiental contida em determinados projetos, servindo implicitamente a legitimação de ações e impactos inaceitáveis, se consideradas apropriadamente as

dimensões socioculturais. Consequentemente, eles têm sido mais apropriados pelos interesses econômicos envolvidos nos projetos e na própria elaboração repetida dos estudos de impacto, formalmente padronizados e socialmente vazios, produtos do que se configura como uma espécie de “indústria de EIAS-RIMAS” (Acsehrad,2009, p.35)

Vale ressaltar sobre essas questões a centralidade e autonomia das comunidades tradicionais na formulação de novas estratégias de fortalecimento das instancias e mecanismos para a garantia de direitos que o Brasil traz um exemplo de triunfo dos comunitários no êxito de pautar uma política pública preponderante para suas vidas e que hoje é referência em todo o mundo, a criação da RESEX:

No Brasil, a concepção de reservas extrativistas foi inspirado na prática dos seringueiros. Com base nessa proposta, o movimento social impôs ao estado uma nova forma de propriedade comunitária nos anos de transição rumo a demarcação, momento em que o aporte estatal tornou-se maior e permeável que antes. (MARTÍNEZ ALIER, 2011, p.276).

Diante do expostos se lançam desafios diários a vida das catadoras de mangaba, pescadores e pequenos agricultores de Barra dos Coqueiros, estudar em meio reflexos de um passado que os conduz a suas conjunturas atuais de vida meios que inspirados na vitória dos seringueiros por exemplo, possam garantir suas vidas, fazendo coro a lutas de tantos povos.

É por meio de estratégias argumentativas e formas de lutas inovadoras que atores sociais cujas práticas aqui analisamos têm procurado, no Brasil e no mundo, fazer do ambiente um espaço de construção de justiça e não apenas de realização da razão utilitária do mercado. (ACSELRAD, 2009, p.148)

CAPÍTULO 3-METODOLOGIA

3.1- Área da pesquisa

O campo de pesquisa compreendeu zonas de cultivo e ocorrência natural da mangabeira, situadas nos povoados Olhos D'água, Capão e Jatobá, no município de Barra dos Coqueiros. Áreas que tem dentre suas bases geradoras de renda, o extrativismo da mangaba, vale destacar também o potencial produtivo da mangaba na região, quando associados aos fatores sociais, ambientais e geográficos das localidades que mantêm um forte traço da presença das comunidades extrativistas catadoras de mangaba, que acumulam também a atividade de pescadoras e marisqueiras no que concerne a suas atividades nas restingas e manguezais do município.

O início da ocupação territorial da Ilha dos Coqueiros atual município de Barra dos Coqueiros data da época da conquista do território da capitania Sergipe D'el Rey (SANTOS, 2008). O pequeno povoado formado por índios, negros, holandeses, franceses e portugueses, era território de comercialização dos índios Capão e Seriema com exploradores franceses e revisitado frequentemente por colonizadores portugueses, tornou-se no século XIX sede de uma mesa de rendas, em função do seu potencial portuário as margens do rio Sergipe, no entanto por determinação do então presidente da província Inácio Joaquim Barbosa, a mesa de rendas foi transferida para a margem oposta do rio a província de Santo Antônio do Aracaju, em 1855. Experimentando uma desaceleração em seu crescimento, até ser elevada à categoria de freguesia em 10 maio de 1875, contudo esta localidade tinha seu desenvolvimento atrelado a nova capital, até obter a perspectiva da comercialização do coco-da-baía atraindo para a região duas fabricas de beneficiamento do produto.

Quando em 25 de novembro de 1953 por força da lei estadual Nº 525-a, foi criado o município de Barra dos Coqueiros, que passou por marcos importantes no seu desenvolvimento como a criação da ponte construtor João Alves, inaugurada em 24 de setembro de 2006, que faz uma ligação direta da cidade com a região metropolitana de Aracaju, introduzindo novas perspectivas de crescimento regional, porém Santos (2008) enfatizava que a implantação por parte do poder público de grandes aparatos industriais e de infra-estrutura, como o porto de Sergipe e o pólo cloro químico, que não desempenharam um papel significativo para a contribuição ao desenvolvimento

qualitativo do município, que ainda se configura enquanto cidade dormitório, com as referidas transições discutidas neste trabalho.

A população estimada pelo IBGE (2011) para o município de Barra dos Coqueiros foi de 25.527 habitantes. Dados do Censo 2010, do instituto, apontam que a área do município é de 90, 322 km², com uma densidade demográfica de 276,52 hab/km², e 16,4% da sua população reside na zona rural, enquanto que em 2007 habitavam a zona rural 25% da população, cujas principais atividades era a agricultura, o extrativismo (com destaque para a mangaba), a pesca, o turismo e o artesanato (SANTOS,2007).

O município Barra dos Coqueiros está localizado a 10°50'41''S latitudinal e 36°55'07''W longitudinal, compreendendo a costa do estado de Sergipe, desde a extremidade N da foz do Rio Sergipe até a divisa com o município de Pirambu através do rio Japarutuba, apresenta limites a oeste com Santo Amaro das Brotas e Sudoeste com a capital Aracaju.

Assim o município de Barra dos Coqueiros que segundo levantamento da EMBRAPA Tabuleiros Costeiros sobre os números do extrativismo da mangaba no estado (2007) apresentou um índice de 200 toneladas de mangaba, equivalente a 8% da produção estadual, bem como apresentou nos últimos dados divulgados do ministério da pesca e aquicultura(2005) uma produção pesqueira de 81,6 toneladas, equivalente a 1,3% da produção estadual, dados que mesmo carecendo de atualização demonstram uma debilidade das atividades extrativistas e de maneira consoante as populações tradicionais, mesmo diante das condições ambientais propícias, a fauna e a flora local, as comunidades não se encontram incluídas nas políticas regionais de desenvolvimento, que apontam para uma valorizam turística e habitacional.

3.2-O embasamento na pesquisa ação

A matriz metodológica utilizada lançou mão dos princípios e técnicas da pesquisa ação, e de uma análise em suma qualitativa das faces do conflito que envolvem as comunidades tradicionais de Barra dos Coqueiros a partir da perspectiva das catadoras de mangaba.

De maneira que o objetivo das metodologia qualitativas a partir das avaliações de Haguette (1999) é de que os métodos qualitativos surgem historicamente diante do

entendimento das dificuldades e impossibilidades de mensurar certas variáveis, visto a necessidade de se conferir profundidade na avaliação dos aspectos subjetivos, portanto a incapacidade da estatística de dar conta de fenômenos complexos e dos fenômenos únicos (HAGUETTE,1999, p.59).

De tal forma que Haguette ao fazer referência a Lagarsfeild identifica três aspectos particulares do uso dos métodos qualitativos:1-Situações históricas onde o método qualitativo substitui as estatísticas relacionadas a uma época passada, 2-É usado para captar aspectos psicológicos,3-Como indicadores para o funcionamento complexo de estruturas e organizações dificilmente submetidas a observação direta. Se apresentam algumas técnicas como, história oral, história da vida entrevista e observação participante.

De modo a congregar a técnicas da pesquisa qualitativa em uma matriz metodológica que está centrada na ação transformadora e compartilhada da investigação, um compartilhamento entre pesquisador e sujeito que constrói a cumplicidade desde o que se quer pesquisar até caminhos traçados chegando a apresentação das respostas de forma acessível à comunidade, é que esta pesquisa teve como opção a pesquisa-ação.

O que remete a necessidade não só de uma inserção do pesquisador no meio, como de uma participação efetiva da população pesquisada no processo de geração do conhecimento, concebido fundamentalmente como processo de educação coletiva. (HAGUETT,1999, p.103)

A participação não envolve uma atitude para conhecer a cultura que se pesquisa. Ela determina um compromisso que subordina próprio projeto científico de pesquisa ao projeto político dos grupos populares cuja situação de classe, cultura ou história se quer conhecer porque se quer agir. (BRANDÃO,2006, p.12).

A pesquisa-ação, como método de abordagem do real, tem sido informada pelos mais variados matizes teóricos. Sua principal característica, a intervenção se presta tanto a ações integradoras que levam a auto regulação do objeto de estudo (grupos, instituição, movimento social, indivíduo) e as mudanças radicais, como a contestação das estruturas, e a luta por transformações revolucionárias. (HAGUETTE,1999, p.111).

Assim Haguette pontua sobre a distinção de pesquisa ação e pesquisa participante que apesar da proposta engajada eticamente na correção das desigualdades (de poder, de conhecimento), na américa latina muitos governos autoritários utilizaram

a pesquisa participante para a manutenção do status quo, assim a pesquisa participante seguiu um trajeto de consolidação em que nem sempre se apresentou sobre a mesma forma, sendo chamada de várias formas inclusive de pesquisa ação, cabendo com isso diferenciar esses métodos, com isso Haguette ao fazer inferência a Barbie expõe sua visão de que a pesquisa ação vai aos fundamentos da ciência, pois não existe pesquisa sem ação, de modo que este mesmo autor difere, três tipos de pesquisa ação: P.A diagnostico, P.A participante e P.A experimental. Barbie(2007) esclarece como importante o histórico da pesquisa ação:

Costuma-se geralmente sustentar que a pesquisa-ação teve origem com kurt Lewin, psicólogo de origem alemã, naturalizado americano, durante a provação da segunda guerra mundial. Alguns pensam, entretanto que John Dewey e o movimento da Escola Nova, após a primeira guerra mundial, construíram um primeiro tipo de pesquisa-ação pelo ideal democrático, pelo pragmatismo e pela insistência do habito do conhecimento científico tanto nos educadores como nos educados(THIRION,1980 apud Barbie,2007).Georges Lapassade atribuiu a criação do termo pesquisa-ação ao antropólogo Jonh Collier que propôs que as descobertas de tipo etnológico, feitas nos EUA sobre indígenas das reservas, fossem utilizadas em uma política favorável a estes(Lapassade,1991,p.143 apud Barbie,2007,p.28)

Barbie (2007) afirma que a pesquisa ação deve ser considerada a partir da clareza dos riscos pessoais, pois na sua intersubjetividade, ela leva inevitavelmente o pesquisador para regiões de si mesmo que ele sem dúvida não tinha vontade de explorar, colocando desta maneira a impossibilidade da neutralidade, com isso Brandão (2006) situa a metodologia participante frente ao paradigma emblemático da ciência: a neutralidade. Desconstruindo tal conceito ao afirmar que nenhum conhecimento é neutro e nenhuma pesquisa serve teoricamente a todos dentro de mundo com condições sociais concretamente desiguais (BRANDÃO,2006,p.10).

Com isso fica clara a proposta do método de optar por um lado de análise, de modo que esta opção da análise é direcionada a uma classe alijada historicamente do poder do diálogo científico, trabalhadores, estudantes pequenos agricultares, são estes os que a pesquisa ação visa construir a perspectiva de análise.

Ter no agente que pesquisa uma espécie de gente que serve, uma gente ainda, armada dos conhecimentos científicos que foram sempre negados a povo, aqueles para quem a pesquisa participante-onde afinal pesquisadores e pesquisados são sujeitos de um mesmo trabalho comum, ainda que mesmo com

tarefas diferentes-pretende ser um instrumento a mais de reconhecimento popular. (BRANDÃO,2006, p.11).

Um ponto totalmente novo: a emergência inelutável do sujeito envolvido pela pesquisa no universo restrito dos pesquisadores (laboratórios, colóquios). Os sujeitos não são mais ratos de laboratório, mas pessoas que decidiram compreender ou lutar e não aceitam ser privadas de análises ligadas as informações transmitidas aos pesquisadores cotidianamente saídas de suas tragédias cotidianas. (Barbie,2007, p.65)

Diante disso fica demonstrada a grande pertinência do método para com a proposta de pesquisa deste trabalho que abordou os conflitos no município de Barra dos Coqueiros a partir da perspectiva das catadoras de mangaba que vem sendo excluídas de um processo de desenvolvimento regional, de modo que método abordado surgiu para dar voz as comunidades e apropriá-las da conjuntura.É importante citar com isso que as primeiras experiências da pesquisa ação no Brasil se deram nas comunidades eclesiais de base, com pesquisas para a melhoria do sistema de saúde periferias e do sistema de transporte também na zona periférica.

No processo de subsidiar as comunidades com instrumental da verdade sobre cotidiano o pesquisador entra em contato com o processo educacional como esclarece Brandão:

E é aqui intervém a metodologia da pesquisa ação como uma proposta político pedagógico que busca realizar uma síntese entre estudo dos processos de mudança social e o envolvimento do pesquisador na dinâmica mesma destes processos adotando uma dupla postura de observador crítico e de participante ativo, o objetivo do pesquisador será colocar as ferramentas científicas de que dispõe a serviço do movimento social que está comprometido. (BRANDÃO,2006, p.26).

Em correspondência a afirmação, o presente trabalho mantém uma relação direta com a Associação das Catadoras e Catadores de Mangaba de Barra dos Coqueiros e com o Movimento das Catadoras de Mangaba-MCM o que é pertinente para a metodologia adotada, mas requer precauções enunciadas por Brandão sobre a postura do pesquisador, este deve preservar uma distância crítica em relação à realidade quotidiana do grupo. Atribuindo ao pesquisador /educador criar as condições para este recuo bem como a tarefa de organizar a temática geradora para discursão.

Chegando a sistemática do método podemos descrever que tal qual a citada pesquisa sobre a necessidade de melhoria do transporte público na baixada fluminense,

por exemplo, se estruturou a partir da apresentação da sua proposta a um grupo orgânico, assim esta pesquisa por sua vez buscou a explanação da proposta de análise para a Associação das Catadoras e Catadores de Mangaba de Barra dos Coqueiros, e a partir dessa etapa dar início ao processo de pesquisa. Um processo que em se tratando de pesquisa ação deve ser analisado na perspectiva de quatro técnicas: 1-Identificação do problema e a contratualização, 2- o planejamento e a realização do espiral, 3-tecnicas de pesquisa ação,4- A teorização, a avaliação e a publicação dos resultados.

Cabe ainda salientar que entremeado ao processo de pesquisa está a restituição sistemática do conhecimento como uma técnica desalienadora para formação de um novo conhecimento popular, que consiste em quatro etapas segundo Brandão (2006):

1-Comunicação diferencial: consiste em debater e levantar as questões em três níveis atuação, nível um a população em sua totalidade, nível dois as lideranças locais, nível três intelectuais envolvidos.

2-Simplicidade na comunicação: o máximo de clareza na apresentação das questões a apresentação dos resultados.

3-Auto-investigação e controle: consiste no acordo sobre a decisão do que pesquisar e como, localidades perguntas grupos cronograma, fatores a serem submetidos aos sujeitos da pesquisa.

4-Popularização da técnica: proceder um curso de metodologia para as lideranças.

A técnica elencada mantém correspondência com o que Barbier (2007) define como resultados esperados para a pesquisa ação:

Por meio dos processos de ação, visando resolver questões existenciais, ao mesmo tempo pessoais e comunitárias, a pesquisa ação deveria resultar no aumento do discernimento de cada participante. Não se trata, pois, de produzir "saber" mas de melhor "conhecer" a realidade do mundo tal qual nós a percebemos nas nossas inteirações (BARBIER, 2007, p.115).

Portanto segundo Haguette(1999) aborda que métodos não estruturados, como a opção desta pesquisa, possuem vantagens que são também fraquezas, pois não estabilizarão variáveis, pois não existe uma compatibilização com os dados, mais sim com a investigação de novos fatores que acabam muitas vezes sendo redirecionados com o andar da investigação.

Assim a pesquisa ação propõe três desafio de subverter o curso estabelecido: o desafio colocado ao operador burocrático, **a pesquisadora advinda da instituição de ensino**, se colocando na reformulação constante de um método que dá as ciências mão de povo, **do povo que em seu curso histórico**, de tomar posse de seu espaços na construção de conhecimento para transformar suas realidades, e **das teorias acadêmicas e científicas** que estão em um processo de construção de uma ponte com as realidades que analisam e procuram intervir. De tal modo que a linha teórica para a análise e interpretação dos dados aqui tratados se dá por meio do pensamento marxistas através e seus interpretes, partilhando a compreensão de Haguette, que afirma:

De nossa parte, também acreditamos na possibilidade de uma análise marxista, dentro da ótica de resgate dos micro processos desencadeados pelas ações, sociais individuais e dos pequenos grupos, nos quais o significado, a subjetividade, as definições de situações são valorizados como fonte relevante e passíveis de influir de certa forma na modificação da estrutura. (HAGUETTE, 1999, p.215)

A saber que os caminhos e descaminhos da pesquisa, como na descrição subsequente, e na limitação cronológica para um fechamento , demonstram ainda mais o quanto a temática de conflitos a ser analisada, e mais do que isso levada as vias de ação em consonância com as comunidades, ainda não cabe nas normas e esquemáticas da “produção acadêmica” em sua completude, assim o presente trabalho é um elemento fundamental para análise das conjunturas, dados e apontamentos dos passos subsequentes da ação em forma de pesquisa, considerando assim os dizeres de Barbier(2007):

Por meio da sua ação de mudança, a pesquisa ação remexe no “lodo” do social. Não se trata para ela de fazer agitação sob pretextos de análise, como em certas socioanálises institucionais (um tanto desusadas hoje). Mas ela não poderia ser concluída sem levar um certo número de questões incomodas para a ordem estabelecida, inclusive no seio do seu próprio processo. (Barbier,2007, p.107)

3.3-O processo de pesquisa e suas ferramentas

3.3.1-Descrição dos caminhos e descaminhos da pesquisa-O processo.

Tendo por base a metodologia da pesquisa ação, em que o elemento a ser pesquisado deve ser: ou provocado pela comunidade a partir de uma demanda real, ou

ainda se o elemento da pesquisa vier de uma proposta da pesquisadora, essa deve ser respaldada pela comunidade e reformulada de maneira conjunta com seus entes, pois todos são considerados sujeitos da pesquisa, neste sentido se faz imprescindível para correspondência com a verdade e andamento da pesquisa um contato e vivência anterior a proposta de pesquisa.

O presente trabalho foi motivado das experiências e contatos diretos com a realidade município de Barra dos Coqueiros, e do trabalho militante realizado junto as catadoras de mangaba através da Associação de Catadores e Catadoras de Mangaba de Barra dos Coqueiros desde início de 2012, ao presenciar a imensas dificuldades da realização do trabalho de base da associação, as restrições constates ao modo de vida das catadoras de mangaba, que se queixavam frequentemente da redução dos frutos e das áreas que vinham sendo vendidas. A cada dia era mais constate à cata da mangaba em sistema de meia, observando ainda as diversas audiências públicas para a aprovação de empreendimentos no município e tendo vivido muito próximo a realidade através do cargo público municipal ocupado durante oito meses na Secretaria de Agricultura, Meio Ambiente, Abastecimento e Pesca do município, pude observar a realidade conflitante em que viviam essas comunidades, levando assim como ente integrante de seu cotidiano a proposta de pesquisar o conflito que limitava o cotidiano das mulheres extrativista a fim proceder ações que pudessem rumar no sentido das melhorias de suas condições de vida e trabalho.

Inicialmente a proposta de pesquisar os conflito que envolviam as catadoras de mangaba de Barra dos Coqueiros foi apresentado em reunião ordinária da associação das catadoras de mangaba, no mês de abril de 2014, em que foi feita uma breve síntese das mudanças socioeconômicas que enfrentava o município após a construção que liga a cidade a capital do estado em 2006 , bem como os possíveis reflexos em suas atividades através de um modelo de desenvolvimento excludente, apresentando com isso a necessidade de ouvi-las e passar-lhes a palavra para mais do que contar suas histórias, construir o seus rumos de forma organizada e com os contributos teóricos e práticos da pesquisa, de tal maneira que para garantir tal percurso foi apresentado as significações do método pesquisa- ação a ser efetivado, assim a proposta findou com sugestão de formação de um grupo de pesquisa misto que contivesse catadoras dos três povoados localizados a fim de formular os processos seguintes(reuniões, questionários e análises de dados de forma conjunta), a fim de construir assim um núcleo de pesquisa.

Inicialmente a proposta do núcleo de pesquisa contou com o voluntarismo de duas catadoras uma do povoado Capoã e outra do povoado Jatobá, não contado assim com representação do povoado Olhos D'Água, ainda houve o questionamento que levou a reformulação do tema de pesquisa de forma mais clara a firmando a necessidade de abordar não só as catadoras, pois elas compreenderam que pescadores e agricultores também sofriam os efeitos da especulação imobiliária e dos grandes projetos, "sofre todos que vive da terra, que pesca, quem vai pro mangue, quem cata mangaba" (Catadora A).

Assim ficou acordada a necessidade de algumas entrevistas como com a presidente da associação a catadora Silvana Santos, a presidente da Colônia de pesca Wilma Santos, e algum representante do sindicato dos trabalhadores rurais, bem como a busca de dados do município (dados que tratassem das anuências das construções e empreendimentos aprovados como compilação de todos os condomínios aprovados e os relatórios de impacto de vizinhança dos que se encontravam situados na zona rural), bem como pesquisa sobre a legislação que protege as comunidades tradicionais, assim seriam realizadas reuniões a priori em cada localidade para apresentação da temática de pesquisa a ser ou não recebida como válida pelas catadoras dos três povoados, definindo por fim um cronograma base para execução das etapas.

As implicações práticas das tarefas individuais, das catadoras que compunham o núcleo de pesquisa bem como a incompatibilidade com agenda da pesquisadora, induziram a necessidade de alterações, optando assim em não mais construir um núcleo de pesquisa advindo da associação, mas trabalhar com as lideranças locais através de mobilização porta a porta para reuniões e conversas coletivas (método em que esteve centrado a parte nuclear do trabalho). De tal maneira que foram realizados contatos com lideranças das três localidades: Olhos água : Dona Cleide, catadora de mangaba; Capoã: Silvana dos Santos, catadora de mangaba e presidente da associação de catadoras e catadores de mangaba de Barra dos Coqueiros, Jatobá: Daniel, mobilizador contra resíduo poluente depositado no povoado Jatobá, e Vera, catadora de mangaba.

Posterior aos contatos e entrevistas se seguiram as mobilizações porta a porta nos povoados, visto na maioria delas estive acompanhada por uma liderança da localidade, de modo que as mobilizações tiveram o objetivo de chamar os moradores e moradoras, com ênfase para os que realizavam as atividades extrativistas, a fim de

discutir necessidade e tema da pesquisa sobre conflito ambiental no acesso as áreas extrativistas. Com isso foram realizadas em uma primeira fase duas mobilizações porta a porta em cada povoado, método que se deu em conversa com as catadoras, que acreditavam ser mais efetivo o convite um dia antes da reunião para que todos lembrassem, assim para garantir também a possibilidade de planejamento com antecedência da comunidade foram feitas mobilizações com uma semana de antecedência e posteriormente com um dia antes das reuniões, nas fazes de legitimação do tema e delineamento dos próximos passos, primeira fase da pesquisa, ocorreram duas rodas de conversa, povoado Olhos D'água participação de 9 catadoras de mangaba, e no povoado Capoã, participação 11 catadoras e um catador, no povoado Jatobá compareceram apenas duas catadoras havendo portanto a necessidade de rever o método de mobilização e remarcar o encontro. Posterior a isso a pesquisa adentrava uma segunda fase, em que ao menos nas duas comunidades em que foi realizada a roda de conversas o tema e o método de pesquisa haviam sido explicados e respaldado, bem como as discussões sobre a temática apontaram para a necessidade de conhecimento sobre os direitos de acesso à terra e produção, pois o norte dos questionamentos e as possíveis soluções apontava a necessidade de posse e garantia do território, assim foram marcados seminários sobre o direito da terra cujo objetivo seria uma formação do interessados a respeito do processo histórico que os conduziu ao momento atual, legislação e possibilidades de mobilização.

A segunda etapa da pesquisa direcionada a realização dos seminário de formação política e os encaminhamentos para ações por meio da comunidade, etapa que lançou mão da ferramenta do teatro do oprimido a ser discutida no item ferramentas da pesquisa, objetivou ainda retomar mobilizações no povoado Jatobá. Nas mobilizações no povoado Capoã, foram realizadas entrega de mini panfletos como lembretes da reunião/seminário. Os resultados obtidos nessa incursão foram variados nas três localidades, no povoado Capoã devido ao comparecimento de apenas 4 pessoas da comunidade foi realizado formação e debate sobre processo histórico de exclusão do direito à terra bem como uma experimentação de teatro do oprimido, ficando acordado com os presentes uma novo encontro visando mobilizar mais extrativistas do povoado a fim de repetir a oficina e debater os encaminhamentos, já no povoado Olhos D'água não foi possível realização da etapa devido incompatibilidades de agendas para mobilizações e oficinas, no povoado Jatobá foram realizadas ainda mais duas

mobilizações porta a porta que não conseguiram reunir número satisfatório de extrativista para discussão. Nas incursões a campo houveram ainda a roda de conversam com jovens homens catadores de mangaba, cerca de sete catadores do povoado Capoã, com uma faixa etária de 17 a 35 anos; Houve ainda a interação por meio de rodada de questionamentos aos pescadores e extrativistas do município em meio a assemblei a de pescadores e pescadoras da colônia Z-13 de Barra dos Coqueiros, atividade acorda posterior a entrevista com a presidente da colônia Wilma Santos.

Com isso o prazo dado a conclusão do trabalho de campo conduziu a pesquisa a uma avaliação da perspectiva inicial dos conflitos tomando como base as ações de formação e debates ocorridos consoante a comunidade, vale assim enfatizar que cada mobilização porta a porta serviu como uma rica fonte questionamentos e impressões, fatos inseridos em caderno de campo.

Portanto seguiram-se ainda observações participantes ocorridas nas atividades e demandas da associação, como missa de ação de graça das catadoras, reuniões ordinárias da associação, reuniões com assistente social do município para avaliação da inserção da associação das catadoras no conselho municipal de assistência social, oficinas para definição dos preços mínimos da Conab, acompanhamento regularização das declarações de aptidão ao Pronaf das catadoras, confecção de mudas de projeto paralelo da associação concernente a produção do fruto e incentivo aos quintais produtivos, busca de dados sobre as área da união no município de Barra dos Coqueiros via Superintendência da União, acompanhamento das catadoras em mobilizações de junho de 2013, dentre outras atividades, que não possuíam ligação direta com a pesquisa no entanto constituíram o ofício da observação participante, funcionado como fonte de análises e fornecedoras de elementos das realidades em curso.

Com isso fica evidente que as fases que chegariam a consolidar o método de pesquisa ação não foram todas completas, fases que se dariam a partir dos encaminhamentos posteriores aos seminários: ação, pratica, avaliação dos resultados e socialização- devolução dos resultados a comunidade, no entanto a construção coletiva e apropriação pelos comunitários dos rumos da pesquisa foram o norte deste trabalho, que lançou mão dos princípios e técnicas da pesquisa ação, do teatro do oprimido, da história da vida, pesquisa em dados primários secundários e revisão bibliográfica .

Assim se entende que a pesquisa ação em meio aos caminhos e descaminhos do processo, se apresenta como um método que incorre em diversas imprevisibilidades e interdependências dos sujeitos, coautores da pesquisa, de maneira que estes não acompanham a cronologia dos meios acadêmicos, mantendo uma coerência com o método escolhido que se pretende caminhar com os pés do sujeito de maneira que os pesquisador seja um dos construtores a organizar o mapa que deve ser caminhado, assim aqui é dado uma análise dos conflitos com a participação da comunidade, que no entanto deve ter a sua continuidade nas próximas ações pedagógicas e efetivação dos conhecimentos em defesa do território.

Tendo este processo servido como tracejado de um mapa construído a várias mãos, o mapa em que se deve avaliar e reavaliar o norte no enfrentamento dos conflitos que afligem as catadoras de mangaba e as demais comunidades tradicionais.

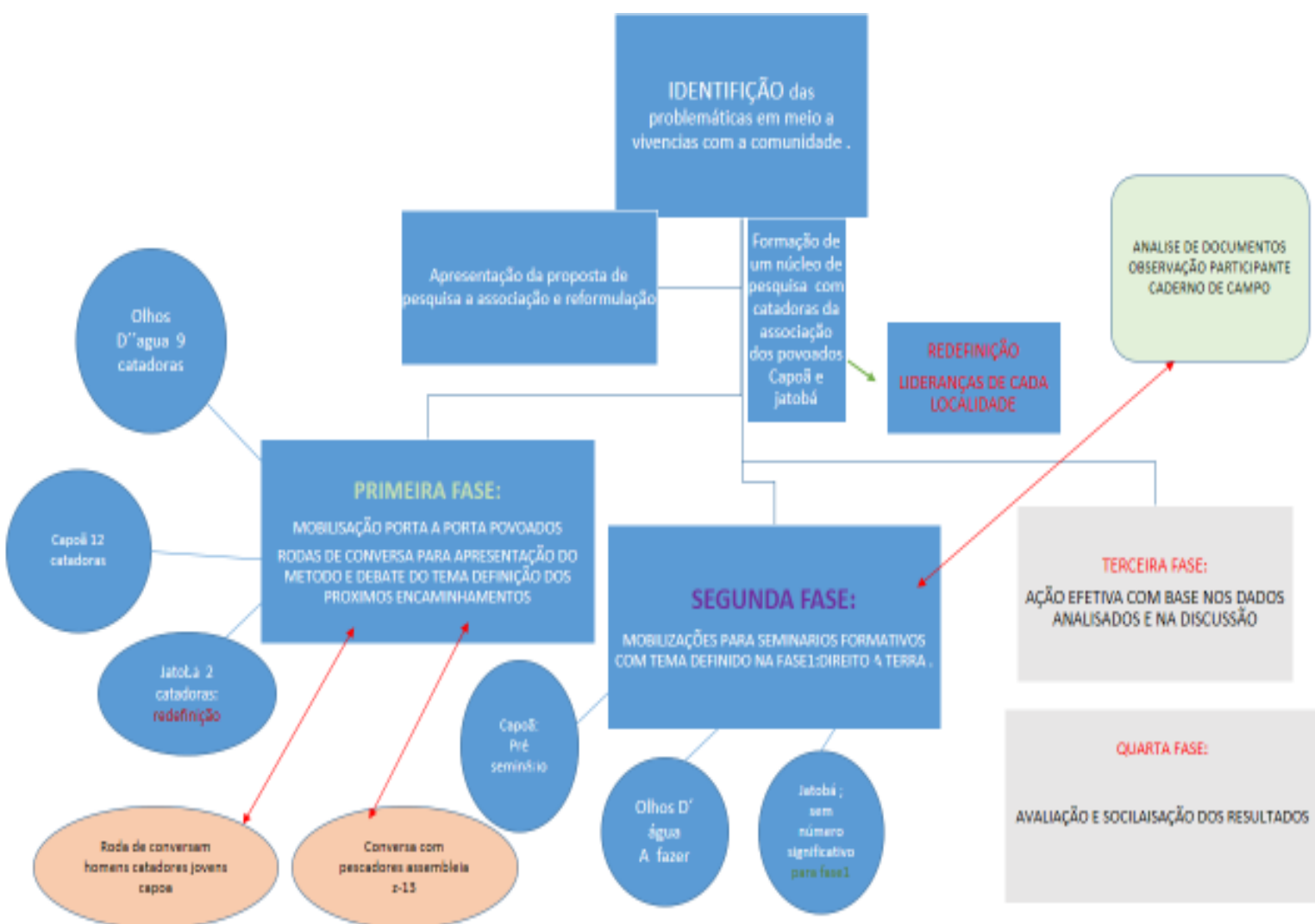


Figura 2: Descrição do processo de pesquisa.

3.3.2-A pluralidade das ferramentas

As ferramentas utilizadas foram basicamente: a entrevista, as rodas de conversa ou de debate, a história da vida e o teatro do oprimido, além da trivial pesquisa bibliográfica associada aos cadernos de campo e a observação participante.

Com isso as entrevistas como aborda Haguette(1999) não podem ser feitas ao acaso prescindem de uma escolha intencional dos entrevistados que sejam figuras relevantes diante da temática escolhida, de tal forma que a presente pesquisa ao abordar os conflitos ambientais que envolvem as comunidades tradicionais de Barra dos Coqueiros, a dinâmica das catadoras de mangaba, os entrevistados individualmente foram duas catadoras que desempenham a atividade a muito tempo, a presidente da associação das catadoras de mangaba, a presidente da colônia de pesca e um ativista contra poluição ambiental em uma das localidades.

A entrevista possui elementos indissociáveis e particulares ao entrevistador e ao entrevistado, sendo assim deve ser observada a situação da entrevista, a necessidade de roteiro elaboração de roteiro a fim de não ocasionar a perda de objetividade científica, que apesar de reconhecer a impossibilidade total da neutralidade, é fato que não se deve abandonar a busca da objetividade, sendo esta a busca do fato real reconhecido embora como uma leitura do fato real, reconhecido embora como uma leitura do fato e não como um espelho.

O mesmo ocorre para as rodas de conversa que proporcionam uma diversidade maior de interações questionamentos, porém prescinde mediação estimativa bem como o respaldo e um roteiro e estudo prévio para sua condução e separação em etapas.

Quanto a história da vida, é um documento uma captação de dados como respalda Haguette, fornece insights sobre o lado subjetivo dos estudos de maneira ainda a fornecer novas variáveis a questões para área de estudo já esgotado, visto sua riqueza de detalhes, assim foi utilizada no presente trabalho para averiguar as nuances da divisão sexual do trabalho ao analisar a rotina de uma catadora em seus detalhes cronológicos e práticos.

Partindo princípio das várias debilidades no processo de formação educacional das comunidades extrativista e de modo a somar métodos efetivos, e lúdicos de apropriação da temática tomo as palavras de Boal:

Sempre lamentamos que nos países pobres, e entre os pobres países ricos, seja tão elevado o número de pé-cidadãos fragilizados por não saberem ler nem escrever; o analfabetismo é usado pelas classes, clãs e castas dominantes, como severa arma de isolamento, repressão, opressão e exploração. Mas lamentável é o fato de quem também não saibam falar, ver, nem, ouvir. Esta é igual, ou pior, forma de analfabetismo: a cega e muda surdez estética. Se aquela proíbe a leitura e a escritura, está aliena o indivíduo da produção de sua arte e da sua cultura, e do exercício criativo de todas as pensamento. Reduz o indivíduos, potencialmente criadores à condição de espectadores. (Boal, ,2009, p.15)

Augusto Boal ator, escritor diretor desenvolveu a estética do oprimido que embasou várias técnicas de teatro, este se propôs a fazer um teatro que não se encerrassem, em si que não é um momento de repouso, mas um ensaio para a ação concreta, pois evidencia ainda mais seu compromisso social ao evidenciar os dizeres de Marx de que não basta interpretar a sociedade é preciso transformá-la. Assim criou o teatro jornal, teatro imagem, o teatro do invisível, teatro legislativo e por fim com o acúmulo de todas as experiências e técnicas criou o teatro fórum como última das técnicas centrais do teatro do oprimido.

Teatro fórum nesse caso funciona como uma ferramenta onde os atores/espectadores podem expressar suas opiniões e estratégia do fato através da intervenção direta nas cenas criadas, sendo assim a encenação um ensaio para alternativas de reação na vida cotidiana, com isso tem por princípio básico e compatível com a pesquisa ação tornar o espectador ator, interventor, e necessariamente deve relatar uma situação de opressão geralmente com um insucesso em seu desfecho a ser alterado através das proposições dos “espectadores” .

Na presente pesquisa o método não foi posto em prática na sua excelência apenas experimentado teoricamente como um número reduzido de presentes, que esclareceram dúvidas e propuseram inserções. No caso das comunidades tradicionais a proposta se estruturou não em um texto fechado construído e encenado por atores como o modo padrão, mas na experimentação dos extrativistas para compor o núcleo de atuação como base na construção de exercícios de resignificação corporal, voz, interação, etc. Para posteriormente construir a história de vida de três personagens, por meio de três elementos cênicos. O chapéu representando o proprietário de terra: a especulação imobiliária, o paletó representando o prefeito: os estados e os agentes da

governança e a trouxinha: representando as comunidades extrativista. Assim a proposta se estrutura na construção das falas e uma breve história de um proprietário de uma área com mangabeiras, que após a construção da ponte e a divulgação de uma notícia no jornal sobre o movimento das catadoras de mangaba, passou a cobrar da catadora por balde coletado, está por sua vez diante das dificuldades dos custos recorre ao prefeito, que não fala absolutamente nada com clareza, até que em seu momento de desfecho o proprietário impede a entrada da extrativista na área devido ao lançamento de um empreendimento imobiliário no local, restando a catadora mudar-se com sua família para um bairro afastado e fazer faxinas na capital. Assim diante do desfecho a pesquisadora acumula a função de coringa (um mediador que organiza e sugere a troca de papéis entre personagens e espectadores) incentivando em uma nova apresentação a intervenção do público no papel da oprimida a fim de propor um desfecho diferente. Cabe destacar que anterior a experimentação de teatro fórum deve ser feito novamente



oficina com os elementos de mobilização: legislação direito a terra, etc.

Figura 3: Elementos que ajudam na demarcação simbólica e construção da identidade dos personagens do conflito, bem como marcam a caracterização dos espectadores no ato de intervenção.

A pesquisa bibliográfica se deu em documentos oficiais, e do acervo de autores como Diegues, Dalva Motta entre outros que tem longo repertório de estudos sobre comunidades tradicionais.

CAPÍTULO 4-ALGUMAS RESPOSTA E NOVAS PERGUNTAS :RESULTADOS DIANTE DE UM CONFLITO QUE NÃO SE ENCERRA

4.1-Desvendando o assentamento sem assentamento

A portaria do INCRA/P/Nº 268 de 23 de outubro de 1996 institui o Projeto de Assentamento Agroextrativista, de tal modo que essa modalidade de Assentamento é destinado à exploração de áreas dotadas de riquezas extrativas, através de atividades economicamente viáveis, socialmente justas e ecologicamente sustentáveis, a serem executadas pelas populações oriundos de comunidades extrativistas. As etapas que envolvem o processo são obtenção da terra, criação do projeto, a seleção dos beneficiários, aporte de recursos de crédito, apoio a instalação e de crédito de produção (PRONAF A), infraestrutura básica (estradas de acesso, água e energia elétrica) e a Titulação (Concessão de Uso/Título de Propriedade), de maneira que tais atividades são de responsabilidade do INCRA.

Foi portanto um projeto de assentamento agroextrativista, como explicitado anteriormente que no ano de 2007 avivou esperanças de novos tempos para as catadoras e catadores de mangaba de Barra dos Coqueiros, mais especificamente do povoado Capoã, localidade em que está situado a fazenda São José do Arrebancado, área que se encontrava em processo de desapropriação como expresso na fala do engenheiro agrônomo do INCRA, Luís Carlos Fontenelle durante o I Encontro das Catadoras de Mangaba em 2007:

Já gostaria de dar a notícia aqui hoje da assinatura do decreto, mas ainda temos que aguardar um pouco e o processo já está Brasília tramitando. Vai ser preciso o apoio de órgãos como o IBAMA e a Embrapa e outros para o plano de desenvolvimento dessa área no centro de uma zona de especulação imobiliária e a seis minutos de Aracaju. O plano também tem que prever atividades que permitam renda na entressafra (EMBRAPA, 2007).

No entanto o que se dá hoje entre os extrativistas é um sentimento de fracasso com muitas faces, de tal modo que a fim de compreender melhor o processo que se deu desde a propositura da criação do assentamento até o silêncio e falência do projeto se fez necessário colher depoimentos ainda muito temeroso ao abordar o assunto bem como tomar por base o relatório da Diretoria de Obtenção de Terras do INCRA-DF(anexo II) e os ofícios encaminhados ao órgão pela prefeitura de Barra dos

Coqueiros por ocasião da gestão da Secretaria de Meio Ambiente manter proximidade as catadoras e uma ligação com o tema que inclusive não era acompanhada pela totalidade da gestão municipal.

Assim o relatório cita como solicitante do processo de desapropriação da área a prefeitura de Barra dos Coqueiros através do ofício nº 94/2007 fundamentando-se para tanto no intuito de beneficiar populações tradicional de quilombolas que residem no entorno dessa área e que a muitos anos fazem uso dos recursos extrativistas da mangaba, ainda completa que estes se encontram ameaçados e vulneráveis às novidades advindas da especulação imobiliária, fatores que acertadamente confirmam o relato dos extrativista e continuam latentes na vida das comunidades com o inevitável agravamento da situação, assim a versão apresentada pelo relatório confirmam os dizeres do catador D perguntado sobre do que se recorda do caso “sítio filizola”, nomenclatura usada pelas catadoras e catadores ao fazer referência a área, ele cita nomes de técnicos da prefeitura a época diz que não lembra de outros mas afirma “vieram dizendo que as terras ia ser nossa ,que tinha que ir pra reunião, e preencher cadastro”, assim sobre os cadastros das famílias a fim de subsidiar os relatórios preliminares as catadoras de mangaba que compõe a associação , na época representavam o recém criado MCM, afirmam que em seus termos “correram atrás do povo todo da Capoã preenchendo todas as fichas para o pessoal do INCRA pra não ver nada hoje”.

A referida área após vistoria para a fiscalização referente ao cumprimento da função social da terra a área foi classificada como grande propriedade improdutivo, com 31,2850 módulos fiscais, considerando o modulo fiscal no município de 5hectares, afirma ainda que o laudo de classificação passou por tentativas infecundas de impugnação, chegando com isso ao decreto da área em 07/05/2007.

E a partir deste momento em que podemos notar dois fatores centrais que construíram o insucesso de uma propositura que já se encontrava em fase de consolidação ou como dizem as catadoras “quase ganho”, sendo eles: A descrença do técnico no modelo adotado, desta maneira ramificam-se várias lacunas na abordagem técnicas e socioambientais no processo e levantamentos, e o outro fator se dá na negligencia do órgão quanto transgressões do proprietário em meio ao processo de avaliações para criação do assentamento agroextrativista.

Assim para a análise do primeiro fator que concerne as investigações de laudos e vistorias da área para a desapropriação, extraímos um excerto do relatório DOT:

Desde a primeira vistoria, evidencia-se a dificuldade do técnico em definir a capacidade de assentamento, pois alega às fls.62, que “por se tratar de área com restrições ambientais, requer muito maior atenção para viabilizar a sustentabilidade socioeconômica e ambiental de qualquer empreendimento”. O técnico chama a atenção inclusive para “a decisão sobre o prosseguimento da proposta de desapropriação do imóvel deve ser refletida levando-se em conta os seguintes aspectos:

- Importância ambiental e fragilidade ecológica da área;
- Papel socioeconômico do extrativismo de mangaba praticado no imóvel, para o contexto municipal;
- Elevado custo da terra no município de Barra dos Coqueiros, em virtude da especulação imobiliária
- Avaliação do custo-benefício da aquisição da terra e implantação do assentamento, e
- Capacidade institucional para dar conta da tarefa de imprimir qualidade socioeconômica e ambiental as ações desenvolvidas pelo INCRA/SE.

Cabe considerar que a análise é feita a partir do entendimento fornecido pela síntese que faz o relatório do INCRA-DF, de maneira que o discurso utilizado no apontamento suscita dúvida e conduz para a inviabilidade do projeto de assentamento quando destrincha os fatores, sem a devida contextualização e embasamento dos aspectos citados como parâmetros para a decisão do prosseguimento da desapropriação, de modo que parte deles aponta para a inviabilidade como o argumento do alto custo das terras em virtude da especulação imobiliária, a capacidade institucional de imprimir qualidade ao processo e avaliação do custo benefício, estes dois últimos fatores que no contexto carregam implícito o tom de negação, possuem no entanto uma ambiguidade que reforça ainda mais a necessidade da criação do assentamento bem como da responsabilidade do estado em não recuar no seu papel em salvaguardar os ecossistemas, e as condições de reprodução social das comunidades extrativistas, de tal maneira que fatores como a importância ambiental e fragilidade ecológica urgem ainda mais por uma forma de defesa, uma defesa/conservação não possui coerência se considerar a exclusão das comunidades, sendo elas parte integrante dos processos de manutenção e conservação dos territórios, de modo que Motta(2011) mostram que as áreas em melhor estado de conservação das mangabeiras por exemplo, são as de livre acesso das comunidades extrativistas, se enfatiza ainda que é inegável a importância do

Sítio felizona, para a cata da mangaba no município. A catadora E relata que em sua última cata de mangaba encontrou toda uma família de catando mangaba incessantemente um grande grupo pai, mãe, filhos, todos do município vizinho Santo Amaro das Brotas, a mesma catadora ainda alega existir a cada dia mais gente vindo catar inclusive de Pirambu, outra cidade fronteira, do centro da barra, fato consequente da numerosa quantidade de pés de mangabeira, afirma a catadora, fato que se comprova no mapa do extrativismo, que aponta área com 465,5 há como a maior área como mangabeiras nativas do município.

Assim existe uma questão central em debate nestas perspectivas de análise, que é construída pelo técnico do INCRA-SE a ser discutida ao longo deste trabalho, de maneira a visão apresentada nos relatórios, sobrepõe a análise econômica, análise feita perspectiva da valoração compatível aos jogos comerciais do mercado, relegando a segundo plano a relevância socioambiental e econômica inclusive, no que tange a reprodução das vidas dos povos. É pertinente retomar a postura contida nos documentos, que apesar de fazer considerações os passivos ambientais (reservas legal e áreas desmatadas) e indicações de apoiadores para o plano de manejo, mantém um discurso com tendências a contraposição simbólica e concreta dos moldes do projeto de assentamento extrativistas, que somadas as lacunas nas argumentações em defesa da biodiversidade e da cultura da comunidade tradicional da região, acaba por reforçar a mera análise quantitativa e financeira da área, para tanto se faz pertinente a alegação de Alier sobre as perspectivas de debate ambiental e econômico :

Tanto o ambientalismo da vida silvestre quanto o ambientalismo da sobrevivência e do sustento humano podem fazer uso do discurso do sagrado; ambos podem apelar para valores culturais antigos repudiando a proeminência do valor econômico. Assim sendo essas duas vertentes do ecologismo podem firmar uma aliança. (ALIER, 2007, p.338)

É certo que em projetos desse cunho devem ser problematizadas as variáveis econômicas e os aspectos complicadores de diversas naturezas contudo o que se problematiza na presente argumentação é que existe nessa linha de análise uma proeminência do financeiro aos demais valores (culturais, sociais e ambientais), impondo assim toda uma carga de limitações a conquista das catadoras e catadores, fato paradoxal a demasia de negligência do órgão quanto transgressões do proprietário em meio ao processo, tendo em vista que o relatório expõe um indicador da questão no excerto : *A alegação do técnico é que a área foi subdividida e que o proprietário não*

permitiu a entrada dos técnicos, portanto os cálculos referentes à benfeitoria foram apenas estimados conforme a observação do LVA. Portanto mesmo sem adentrar a esfera judicial de forma mais técnicas fica evidente a descaracterização da propriedade de maneira a alterar valores e burlar a classificação quanto a função social da terra e ao que tudo indica, atividade realizada durante o transcorrido de análises, é certo que o Incra não possui o poder de adentrar a área tão pouco o de julgar a descaracterização do imóvel nos vieses cartoriais, contudo deve repassar tais fatos aos órgãos competentes tendo em vista o cerceamento no curso das atividades do órgão, de maneira que não existe no relatório nem uma menção a algum acionamento judicial desta natureza, tão pouco alguma avaliação e ponderação do ocorrido.

Assim um conflito toma as faces **diretas**, com a descaracterização e o impedimento de acesso do técnico do Incra para formulação de relatórios com o objetivo subsidiar a criação de um assentamento agroextrativista, e **indireta** na omissão de denúncia por parte de instituição governamental responsável pela desapropriação quanto a redivisão cartorial do terreno. Materializando-se um conflito que extrapola os conflitos socioambientais a ser compreendido também na perspectiva da luta de classes, em que o estado tende a favorecer a classe dominante.

Seguindo nos pontos de argumentações que incapacitaram a proposta é pertinente o argumento limitante da incapacidade de definir o quantitativo de famílias assentadas, e nesse caso se faz necessária a avaliação da incompatibilidade do modelo de divisão de lotes para um assentamento agroextrativista baseado no extrativismo da manga; com isso para construir tal mensuração, capacidade de assentados, o relato das catadoras e confirmado através do relatado do DOT, foi realizado um cadastro por meio das catadoras, por solicitação dos técnicos, assim o cadastro foi o parâmetro para a quantidades de famílias a serem assentadas, assim o texto do INCRA-DF questiona a falta clara de parâmetros e métodos científicos que atingiram essa numeração. Com isso trazemos a ao impasse ainda o questionamento da ausência de métodos participativos que tornasse as catadoras e catadores de mangaba sujeitos ativos no processo, de modo que está evidente que não ocorreu esse compartilhamento e construção no tocante capacidade de atendimento do assentamento e nem em relação a gama de informações que envolveram a desapropriação,

Ao contestar a ausência de um método participativo na comprovação da capacidade de atendimento do assentamento, se questiona ainda o direcionamento do projeto para a divisão de lotes e sua alta quantificação do custo por família, nesse caso 51 famílias com custo de 186.544,74 reais por família em meio a um valor total do imóvel de 9.513781,70 reais, de tal maneira que esse molde de assentamento admite o uso comunal da terra, a exemplo de estratégias que merecem destaque enquanto parte componentes do planejamento macro, demonstrando ser possível o uso da terra comunal a exemplo dos Assentamentos Agroextrativistas de Várzea. Nesse modelo, todas as famílias exploram de forma sustentável a mesma área, sem a necessidade de divisão de lotes entre os ocupantes, fato que se dá no Projeto de assentamento Cristalino 2, município de Aveiro, oeste do Pará, o projeto é denominado "Assentamentos Sustentáveis na Amazônia".

Um outro argumento que chama atenção para atestar as limitações de viabilidade da desapropriação é a capacidade de sustentação do processo baseado na cata da mangaba como, consta no segui trecho extraído do relatório:

Não há nos Laudos, nada que nos permita vislumbrar como viabilizar um projeto de assentamento extrativista com esse custo da terra, essas famílias, pagarão a terra com a catação de mangaba duas vezes ao ano, pois nada, além disso nos foi apresentado com alternativa de exploração até o momento. Projetos extrativista jamais terá parcelas individualizadas e sim títulos coletivos.

Assim observamos um hiato técnico no que se refere a alternativas econômicas associadas a atividade extrativista, de modo poderia fazer menção a alternativas ancoradas ao desenvolvimento do neo extrativismo, com beneficiamento dos frutos e sua estocagem durante todo o ano, atividades de ecoturismo com base comunitária, desenvolvimento de viveiros de mudas de espécies da restinga, estudos das possibilidades de manejos agroflorestais e consorcio da mangabeira a espécies anuais e hortaliças em áreas destinadas a esse fim. Ainda se observa que o INCRA-DF reafirma os questionamentos desse trabalho quando demarca o caráter comunal de terras extrativistas, discordando da avaliação do técnico no que tange a divisão de lotes.

Por fim o relatório não aponta definitivamente a inviabilidade do projeto de assentamento extrativista mas pede esclarecimentos sobre os fatores impeditivos questões ambientais capacidade produtiva e de assentamento, bem como solicita a

apresentação de novas planilhas de custos da terra, de modo que o que torna o projeto sem viabilidade imediata são as falhas nos relatórios, no entanto o ofício de encaminhamento do relatório ao INCRA-SE se coloca de forma clara que a proposta não possui condições de prosseguir, sugerindo-se assim que seja feita a análise de todas as questões levantadas nos pareceres e que busque alternativas para resolver o problema social associado ao imóvel São José Arrebancado, sendo que por hora se mostra inviável a incorporação do mesmo ao programa nacional de reforma agrária. Tal correspondência se deu em maio de 2010, e foi ratificada em 2012 pela superintendência regional do INCRA em resposta a prefeitura de Barra dos Coqueiros referente a solicitação do processo completo, assim o INCRA-SE alega ser necessário justificativa de orientação do conteúdo bem como enfatiza que a nota nº142/2012/PFE/GDS-INCRA/SE/PGF/AGU, que não existe mais pretensão de desapropriação do referido imóvel.

Concluimos que além da omissão no tocante aos termos que apresentavam necessidade de correção o INCRA-SE também negligenciou a indicação posterior de apontamentos possíveis para a proteção da área. Mesmo levando em consideração um fragmento do relatório que o técnico aponta como mais viável formação de uma reserva extrativista devendo ser passado ao IBAMA o caso, contudo não nada feito a nível de esferas oficiais a não ser a expressão de inviabilidade.

Tomemos ainda como fonte comparativa a síntese do caso realizada por Mota (2011):

A área da fazenda São José do Arrebancado, já foi decretada área de interesse social para fins de reforma agrária no entanto o dono recorreu foi atendido. Sua estratégia foi a subdivisão da área entre os filhos, reforço da cerca, a instalação de placas como os novos nomes das áreas menores proibindo a entrada, a construção de casas nos quais tem a presença de caseiro com cachorro. Parece que no campo das catadoras e aliados, essa decisão foi acatada com certa passividade, assim se espalhou a sensação de derrota. (Mota et al, 281-282, 2011)

Para além das discussões das responsabilidades do órgão diante do fracasso da proposta, cabe um questionamento sobre a passividade de aceitação das catadoras e aliados, nesse caso volto o estranhamento ao curioso silêncio parte dos aliados, que nesse momento não se apresentam com clareza, mas que nos documentos estudados figuram a prefeitura de Barra dos Coqueiros está como proponente e EMBRAPA e

Ministério Público Federal aparecem em atas e relatos das catadoras, ainda que consideremos as restrições burocráticas dos referidos órgão não foi encontrado pronunciamento a respeito desfecho do caso, reuniões, relato oral, algum esclarecimento as comunidades ou algum dispositivo de contestação mesmo técnica dos fatos, até porque o desfecho desse fato foi e permanece ainda muito turvo perante as comunidades tradicionais de Barra dos Coqueiros quanto a passividade de seus apoiadores, passividade que para as comunidades tem um outro caráter e carga histórica para a conduzir a aparente aceitação do resultado, atitude que encontra lastro sobretudo na fragilidade política e a falta de informações e apropriação do processo, pois no ano de 2007 iniciava a organização do MCM, movimentos das catadoras de mangaba, que até hoje possui inúmeras dificuldade na formação política de seus membros e no enfrentamento para a defesa das catadoras a demais. A falta de pronunciamento claro da negativa da desapropriação e seus meandros também é um fator para a não reação, visto que até hoje as causas para o fracasso da desapropriação são desconhecidos pelos reais afetados com a questão, catadoras e catadores de mangaba.

E atualmente a área continua a ser área de maior destaque na cata da mangaba no município no entanto é cobrada uma taxa de 2,50 por balde coletado, e em meio ao fato de como se desenvolve a atividade na área atualmente podemos avaliar os reflexos dessa derrota que vai para além de uma sensação de derrota, mas se materializada na falta de horizontes para a continuidade da atividade no município, assim quando nas rodas de conversa perguntados sobre as formas de reação e os conflitos já existentes as catadoras de Olhos D'água não fazem nem menção ao caso do Arrebancado, no entanto quanto questionadas sobre a lembrança e participação no fato falaram pouco e alegaram ter participado, ter dado assinaturas, já as catadoras da Capoã mais próximas da questão diante da indagação sobre o que havia sido feito para luta por território citaram primeiramente o caso do Arrebancado, em meio a um debate entre a catadora A e a catadora G:

Catadora A: Já foi feito, nós fomos até pro ministério público, mas não adiantou

Catadora G: Mas adiantou e não adiantou, porque se viesse como tava, hum..., se não fosse aquela barreira, aquelas terra não tava mais ali, agora a gente tem de procurar mais recurso pra não acabar nossas terras.

Ao passo que o Catador B, residente no povoado jatobá, mas quem em suas próprias palavras catou por toda a vida na capoã, na área do Arrebancado, entende que a tentativa de desapropriação do sítio piorou a vida dos extrativista, pois segundo ele “o homem nem ligava tava lá, e era de todo mundo, daí foram querer tomar a terras dele hoje ele cobra”, catador afirmar ter participado de reuniões, mas que depois que o proprietário fez cercas “o povo não podia chegar nem perto se não era bala e depois nunca mais apareceu ninguém da prefeitura de nada”

Diante do caso abordado podemos compreender que a ideia do catador B sobre a falta de legitimidade no acesso ao território acaba sendo a compreensão da maioria dos extrativista como percebido nas mobilizações porta a porta e que casos ainda obscuros em seus meandros e motivações políticas como o fracasso da desapropriação da fazenda São José do Arrebancado, afastam ainda mais do horizonte dos extrativistas os processos de reivindicação e mobilização pelo território, de modo as mulheres da Capoã por viver de forma mais frequente a dinâmica organizativa, com debates recorrentes conseguem extrair da experiência um outro norte, porém mesmo elas mantêm de maneira muito temerosa a retomada da causa através da judicialização do processo, visto este tramitou apenas nas esferas administrativas do INCRA, tal procedimento feito por indicação de assessora jurídica voluntária da associação encontrou grande temor das catadoras da diretoria.

A questão se faz determinante para a continuidade do extrativismo na Barra dos Coqueiros, a desapropriação da fazenda São José do Arrebancado, seja através de um assentamento agroextrativista com seção de uso da terra que não utilize a lógica de lotes, mas o uso compartilhado da área ou nos moldes de uma reserva extrativista municipal a exemplo do que ocorre no caso da Reserva Extrativista (RESEX) Municipal Beija-Flor (Brilho-de-Fogo) é uma Unidade de Conservação (UC) de uso sustentável, criada com o objetivo de proporcionar maiores benefícios às populações extrativistas, proteger seu meio de vida, sua cultura e assegurar o uso sustentável dos recursos naturais existentes na área. Foi criada pelo Decreto municipal nº 139/2007- Prefeitura Municipal de Pedra Branca do Amapari (PMPBA), de 19 de novembro de 2007, com uma área de 68.524,20 hectares. Está localizada na parte sudeste, do município de Pedra Branca do Amapari, no centro do Estado do Amapá.



Figura 4:Fazenda São José do Arrebancado, povoado Capoã. Fonte :trabalho de campo,2011.

4.2-A noção de conflito existente?

O conflito abordado se trata de um conflito territorial construído durante todo processo de ocupação, colonização e distribuição fundiária do município de Barra dos Coqueiros, de maneira que neste momento o processo atinge um ponto de inflexão decisório para futuro das comunidades tradicionais, transformações que apontam para o viés destrutivo que vem sendo causadas na vida das catadoras de mangaba, pescadores e agricultores; as discrepâncias do desenvolvimento do município apoiado na monocultura do coco, na concentração fundiária, pois apesar de não existirem grande latifúndio a terra municipal é muito mal distribuída se comparada a pequena extensão territorial da ilha, situação que se desenvolve como “erva de passarinho” sufocando os pés de mangabeira até levar a morte da planta por incapacidade de trocas gasosas. Atinge seu limitante em que se colocam nas fronteiras: a necessidade de permanência das extrativistas, que habitam e se utilizam de terras das quais não possuem títulos de posse, cujos donos dos títulos de posse vivem geralmente em outras cidades, e possuem

as áreas como reserva de mercado, popunças vivas e agora a demanda de transformação territorial para atender os interesses do capital imobiliário valorizou as popunças que passam a ser um produto em jogo. Assim o gatilho do processo em dormência se deu com construção e inauguração da ponte, fato que traz consigo diversas contradições inclusive quanto ao contexto de vida dos extrativistas, atuando assim como fator determinante na noção de conflito, com isso uma das perguntas geradoras de debate das rodas de conversa foi: quais os pontos positivos e negativos observados após a construção da ponte?

Você quer que eu diga o bom e o ruim, eu não sei se tem bom, mas eu vou começar com o ruim que é o que eu mais vejo, a Barra vem crescendo e eu acho que se continuar assim nosso costume vai acabar, isso eu vejo pelo lado ruim, e mais tarde você vê, não vai ter mais mangabeira nem uma pra nós. Murici! murici, você ver que eu soube agora que do condomínio pra cá o homem já vendeu. Então eu soube agora, os pés de murici que nós panhava uma ruma alí vai acabar, acaba com tudo com os coqueiros, um coco na Barra tá um absurdo, a gente vai na mercearia a gente vê. Vem um condomínio abre um emprego, e quando acabar, qual é o emprego que chega pra alguém, no final vai ficar bom pra quem? pra ele, eu não vejo melhoria não, pelo contrário é uma pena mas é a minha opinião eu não vejo lado bom não. (Catadora A)

O visãõ da catadora A, de 63 anos do povoado Capoã, carrega a angustia de quem cresceu e criou seus filhos a partir dos recursos da restinga, atribuindo o significado de vida as plantas e territórios que não se pode mais utilizar, evidenciando a face dolorida conflito compartilhado por outras catadoras e catadores que a fala da Catadora H de Olhos D'água explicita que:” Cortam os coqueiros para construir os prédios, agente catava murici ,tinha passagem pra ir pra casa dos meus pais, agora teremos que ir pela pista “fala da catadora faz referência ao empreendimento habitacional a construído no povoado. Relata que estão cortando até as "moitas", denomina moita aglomerados de mata nativa; de forma similar é a percepção dos alguns jovens que inicialmente percebem “tão cortando tudo e pra quem vive da mangaba é ruim”.

Se observa que o conflitos advindos das mudanças não são a princípio pronunciados no debate direto com as construtoras mas aparecem sobretudo nas inúmeras mudanças que nem ao menos reserva espaço par os meios de vida das comunidades rurais, como no caso que aborda a Catadora S:

A tem essa que antes nois criava galinha, um porco um gado seja lá como fosse, livre e espontaneamente, mas um dia desses um cachorro de um desses turistas comeu as galinhas do vizinho, ele foi reclamar pra que eles pagassem e ele disse ele que prendesse as galinhas que aqui não poderia ter animais soltos. Quer dizer ele chega tomando conta da área toda né fazendo o quer, quando o pobre vai reclamar ele já tem o que dizer. Agora quem tinha suas galinhas pra criar não vai poder mais, gado de jeito nenhum, porco nunca mais, vai ter de prender tudo, antes você via a porquinha parida aí os bacorinho. Como a Catadora G disse que já virou zona urbana. Pra nois fica muito difícil, eles pode ter os cachorro deles ai solto, nois pobre morador daqui não. (Catadora S)

A catadora S é interpela pelo filho de uma catadora que aos seus 15 anos de idade acompanha a mãe nas atividades da associação e na cata da mangaba, e cita com ênfase: “Eu acho que melhorou também pros proprietários de terra que pega suas terras e vende melhorou pra eles bastante, que eles fica milionário e a gente aqui que vive disso tudo não tem nada não tem a mangaba, não tem, não pode criar nada”.

Ao mesmo tempo que se apresenta uma noção distinta de outras catadoras sobre o processo e conseguem citar benefícios da expansão urbana derivada da construção da ponte, nos campos como transporte, que influi nos processos básicos da vida como consultas medicas acessibilidade e locomoção, bem como apontam a questão da empregabilidade:

Eu achei melhor porque gerou muito emprego, e também a estrada que de primeiro quando a pessoa ficava doente tinha de espera de balsa de lancha agora a ambulância chega, mulher quando ia ter menino passava vergonha a bolça estourava na lancha, por um lado é ruim mo das Mangabeiras que tão cortando (Catadora N)

De tal forma que as catadoras que participam mais ativamente da associação concordam em determinada medida com as possíveis melhorias do processo de urbanização, mas não as citam como melhoria refutando inclusive a continuidade e acesso as vagas de emprego explicitando a necessidade de determinada capacitação para continuar nas empresas, atributos que poucas pessoas possuem na localidade.

Assim partindo da argumentação de Acselrad (2010) a carência histórica de serviços básicos, parece turvar a noção da população de conflito visto que a última fala da catadora costuma ser repetida por muitos ausentes nas rodas de conversa, fato percebidos nas mobilizações porta a porta de tal maneira que a promessa e o apelo de desenvolvimento acaba por condicionar o senso crítico dos comunitários, para além do senso crítico estão seus destinos que assam a ser mais profundamente incorporados pela

lógica do capital trazida com os empreendimento imobiliário, as chamadas “alternativas infernais” que cita Acsehrad:

O capitalismo mostra-se hoje como um sistema que paralisa e captura os atores sociais no interior de “alternativas infernais” -situações que não parecem deixar outra escolha além da resignação ou da denúncia impotente ante a guerra econômica incontrolável. O imperativo da aceitação substitui a política pela submissão- as “alternativas infernais” “impõem-se como norma, mecanismos de disciplinamento e controle, que faz com que os indivíduos se aprisionem nos imperativos da “competitividade”, nos requisitos de serem capazes de atrair sobre si e suas localidades os investimentos disponíveis no mercado. (Acsehrad, 2010, p.135)

Existe ainda a total marginalização as alternativas apresentadas pela fábula do desenvolvimento propalado pelo capitalismo, como é caso de um grupo específico que tem se tornado cada vez mais frequente que são os jovens catadores de mangaba, num faixa de 17 a 25 anos, esses jovens que não conseguem postos no mercado e trabalho formal, “roubam” mangaba como eles mesmo afirma, as chamadas terras de “tio carreira” a denominação usada pelas mulheres catadoras de mangaba ao fazer coleta nas áreas em que não há autorização do proprietário. Esses jovens a margem das margens do “desenvolvimento”, afirmam: “catar em tudo que é lugar, os dono de sítio sofre com nois”; em meio as suas estratégias está a cata nos horários mais quentes e de almoço em que os caseiros estão ausentes dos postos de trabalho. Ao serem questionados sobre riscos da atividade o Catador C afirmou: “Ontém mesmo peguei uma carreira do cara montado, lá pra lá do sítio dos homi, nois ta correndo risco de toma tiro, já foi parar em delegacia, e o cara atirou mas num acertou, também, quem quer ter suas coisas pro zoto ta robando”, enquanto um pescador que acompanhava o debate reforçou: “você suou pra ter suas coisa é pro zoto ta robando, tem de dar tiro”.

Expondo assim um face muito complexa e central sobre a noção do conflito pois, ocorre que os conflitos são percebidos em seu sintomas pelas catadores e catadores, que sentem a oposição que existe entre citantes/construtoras e comunidades tradicionais ao passo que não conseguem atribuir a si a legitimidade e o direito as áreas na grande maioria dos casos, muito por desconhecer os dispositivos legais e o próprio processo histórico que remete a concentração de terra as classes que historicamente concentraram poder. Com isso mantém certa similaridade com a noção de conflito que se deu no caso dos pescadores da Lagoa feia no rio de janeiro que sofreram cerceamento

de acesso e assoreamento que levou a lagoa a degradação e a queda do estoque pesqueiro:

O conflito, porém não se reveste de qualquer caráter extremista. Os pescadores reconhecem o direito de propriedade de pecuaristas no leito da lagoa, ressalvando-se que a invasão maior ocorre no território do Espírito Santo. Por lei, esta ocupação é ilegal. No entanto, os pescadores não levantam este questionamento. Eles desejam apenas uma solução que possa beneficiar as duas economias, com a instalação de um sistema que permita a adução controlada de água do Canal do Itabapoana para a Lagoa Feia. Os pecuaristas, por seu lado, parecem resistir à proposta, seja pelo seu silêncio, seja por seu discurso camuflado. (ACSELRAD,2004,p.87)

Portanto podemos concluir que existe por parte de maioria das comunidades tradicionais a noção da existência de um conflito, visto a existência de transformações insatisfatória impostas a seus modos de vida, contudo a resignação também é uma característica presente em grande parte da comunidade extrativista, principalmente das extrativistas que não integram associação das catadoras e catadores de mangaba de Barra dos Coqueiros, ao passo que mesmo os integrantes ativos carregam a desesperança refletida em frases:” aqui ta virando zona urbana”, “daqui a uns dias a gente vai ver isso aqui só prédio, nós vamos ser obrigada a largar o que é da gente pra viver em outra localidades”.Com isso ao retomar Bobbio citado na introdução deste trabalho possuímos um conflito cujas dimensões: envolvem de maneira direta 17% da população Barra coqueirence e que em sua maior parte é catadora de mangaba, pescador ou agricultor, e indiretamente toda a população do município, no entanto quanto a intensidade: no que se refere ao grau de envolvimento dos indivíduos, mensuração é mais complexa visto que apesar de estarem envolvidos totalmente pois suas vidas dependem das atividades extrativistas, por falta de informação e temor não há um envolvimento direto nas formas de contestação, e objetivo sem dúvida mescla as transformações no sistema ,distribuição fundiária e do sistema , lógica e conceito de desenvolvimento capitalista contestados. Assim cabe aos homens e mulheres extrativistas um despertar para a segunda etapa da percepção dos conflitos, e ocupar seus lugares para além das barraquinhas de venda as margens das rodovias, ocupar efetivamente os territórios que lhes cabem por direito de uso.



Figura 5: catadora de mangaba recolhendo os materiais da barracquinha para venda de produtos mantida em um terreno as margens da rodovia se 100, por ocorrência da venda do terreno. Fonte: trabalho de campo, 2015



Figura 6: Barracquinha com a venda de mangaba e outros frutos da época, ao fundo terreno com mangabeiras, fonte: trabalho de campo 2015.

4.3-Município: da omissão a má fé

O desenvolvimento é uma viagem com mais náufragos que navegantes, já disse Eduardo Galeano em as veias abertas da América Latina (1940), e parece essa ser a analogia correta para o “desenvolvimento” quantitativo em curso no município de Barra dos Coqueiros, assim que maré segue a atuação do estado, neste caso o município de Barra dos Coqueiros, quem são os náufragos e os navegantes diante da atuação das últimas gestões municipais?

Debates em meio as rodas de conversa, quando a indagação é o que vem sendo feito pelo governo as respostas dos extrativistas se apresentam da seguinte maneira: ”Governo só quer saber de dinheiro, se precisar de um pão de açúcar do governo você não tem “, assim o discurso que parece à primeira vista repetir a máxima do senso comum, se faz comprovar em meio a fatores já citados nos capítulos anteriores como a reclassificação dos povoados Olhos D’água e Capão para zona urbana no plano diretor, fato que viabiliza os tramites burocráticos e técnicos para a edificação de condomínios, bem como o silêncio e passividade com a negativa do projeto do assentamento agroextrativista, postura contraditória tendo em vista a solicitação ter partido da administração municipal.

Nesse espaço público onde as partes são social e juridicamente desiguais, o seus componentes estão inseridos hierarquicamente e desigualmente na estrutura social. Cada qual possui seu lugar determinado (é a lógica do “cada macaco no seu galho “, expresso em nosso famoso ditado). Sendo assim, grupos tradicionalmente marginalizados estão postos á margem das políticas públicas destinadas a inclusão dos mesmos no espaço público igualitário. Desse modo as políticas públicas destinadas aos indígenas, aos camponeses, aos quilombolas e aos pescadores- apenas para citar alguns-muitas vezes desconsideram as formas de organização e vida destes grupos. (Acserad et al,2004,p.124)

Um demonstrativo claro de como são desconsiderados esses modos de vida está no temor por parte da comunidade rural, de um projeto em curso nos meandros da legislação municipal que passará a cobrar IPTU-imposto territorial urbano das comunidades tradicionais, fato que após debatermos qual a função do IPTU, que dentre outras funcionalidades tem o objetivo de garantir serviços fundamentais da manutenção do espaço urbano como iluminação calçamento, transporte público, coleta regular de lixo, etc; com isso uma das catadoras que reside mais próximo à rodovia afirma que a

coleta tem uma vez na semana, enquanto que a outra refuta :”tem pra você, eu até já liguei o pra chefona lá mais nada” de modo que outra diz:” nos que tem muito material tudo tem de queimar”. Assim diante da recaracterização da área como zona urbana, apesar das estradas de barro, da iluminação pontual e da coleta de lixo espaçada e na maioria dos lugares ausente, a gestão municipal “prepara o terreno” par as arrecadações e desconsidera com o silêncio as comunidades.

Demonstrativo do fato é ausência das respostas dos ofícios da associação que solicita reunião com o prefeito desde o início de 2014, ofício reiterado.Com isso Acseirad(2010) sita que a omissão governamental pode deixar agir livremente a desigualdade de forças econômicas no mercado distribuindo os pobres nos solos menos valorizados e os ricos nos de maior valor, omissão essa materializada no silêncio e na omissão de informações para as organizações e distribuição desigual com o consequente aumento de tributos como o IPTU que irá recair sobre as residências das extrativistas. Assim o mesmo autor estabelece uma pertinente assimilação:

Concentra-se a renda e concentra-se também espaços e recursos ambientais nas mãos dos agentes poderosos. Nesse casos, não há, por certo, como chamar progresso e desenvolvimento esse processo de empobrecimento dos que já são pobres. Pois a exploração ambiental das populações mais desprotegidas faz da concentração dos males sobre os mais pobres um meio de extração de uma espécie de “mais-valia ambiental”(…). (Acseirad,2010,p.77)

Um demonstrativo da omissão se dá também através da anuência da união quanto a concessão de uso de suas terras via capital imobiliário, e a ausência de mapeamento conclusivo das áreas que esse órgão federal é responsável no território de Barra dos Coqueiros, tais informações foram obtidas por meio de solicitação da associação das catadoras de mangaba de Barra dos Coqueiros, que diante do silêncio e do aparente desinteresse do município busca alternativas para a continuidade do extrativismo, sendo uma delas a solicitação de terras da união, se respaldando com isso cessão de imóveis da união para preservação ambiental e na Carta Magna registrou-se, além da identificação dos bens da União (art. 20), a nova orientação sobre o uso da terra no País: a função social da propriedade como princípio da ordem econômica nacional (art. 170, III); reconhecimento do direito fundamental à moradia (art. 7º e 6º); e concessão de áreas públicas para reforma urbana e agrária (art. 183/189).De maneira que a superintendência da união afirma não possui o mapeamento das área de maior

interesse para a prática do extrativismo que são áreas que precedem a mata ciliar do rio Pomonga por exemplo, ao passo que estas têm sido alvo de aforamentos (concessões onerosas) para condomínio como expresso no mapeamento entregue às catadoras onde a única demarcação conclusiva se refere às áreas que margeiam a praia enquanto o outro extremo da ilha não possui demarcações, a SPU afirma no entanto que este mapeamento está em curso, no entanto o que se vê como expresso na foto da pesquisa de campo é ocupação de possíveis áreas da união por parte de empreendimentos.



Figura 7: Imagens de Condomínio na Capoa em área que margeia a mata ciliar do rio Pomogaba, áreas cuja a união não possui mapeamento. fonte: trabalho de campo 2015.

Portanto o que está colocado é até que ponto o silêncio e a permissividade do município e do estado como um todo em relação à situação das catadoras de mangaba se dá por omissão, visto que sua negligência apresenta benefícios em “cifras numéricas” ao capital imobiliário e prejuízos ainda incalculáveis às comunidades tradicionais. Apresenta assim a necessidade de formulação de estratégias de mobilização e gestão que problematizem as obrigações governamentais quanto ao ordenamento do território, e mais que isso há de se pensar em governos verdadeiramente populares em suas práticas, e não que funcionem como “gerentes” do capitalismo.

Paradójicamente, son essas mismas clases sociales las que ponen el grito en el cielo ante el reclamo indígena de reformar o refundar los estados para hacerlos funcionales a las realidades

multiculturales de sus habitantes,afirmando que de aceptarse los reclamos de los pueblos indígenas los estados terminariam hechos pedazos. Pero la realidade es outra,si se pactara um nuevo Estado en donde los pueblos indígenas fueran reconocidos como sujetos políticos autónomos,seguramente los Estados se fortalecerían y entonces las fuerzas económicas del libre mercado perderían hegemonia en el diseño de sus políticas antipopulares. (Barcenaz,2007,p.12)

4.4-A Mangabeiras, pescadores e uma reação

A percepção do conflito é inegável e latente por parte das catadoras de mangaba, pescadores e agricultores, contudo a reação das comunidades não se materializa de forma orgânica e concreta, está ainda é muito incipiente, assim a priori podemos definir a necessidade de inserção em dois vieses: ação contra os opositores e ação do trabalho de conscientização e mobilização, necessidades estas explicitas na fala de uma das lideranças das catadoras de mangaba:

Sobre as áreas de mangabeira as outras catadoras não se une para fazer o debate, inclusive nos tava ontem no debate em Aracaju, se falava que o movimento tem de se reerguer juntar as mulheres de outros lugares, porque os condomínios tão tomando conta de tudo fazer um grito na frente da prefeitura. Agente fica meio sem saber o que fazer. (Catadora S)

A catadora S, explicita assim dois fatores sobre a mobilização: a dificuldade do diálogo com as bases localmente e a desestruturação do MCM-Movimento das Catadoras de Mangaba que se vê ainda incapaz de atender as demandas a nível estadual, sendo assim Motta (2011) traz o fato de que o MCM tem uma força centrada nos meios de atuação midiáticos e como vítimas das políticas de exclusão, no entanto esse fator não se mostra satisfatório como trazido pela própria autora:

As catadoras do MCM não estão ainda capazes de desenvolver estratégias para enfrentar com êxito os oponentes ou organizar protestos que congreguem aliados. Não tem “assessores” coma noção política necessária para atuar, como o MST que dispõe de uma extrema habilidade política constatada até pelos adversários. (NAVARRO,2002, p.5 apud Mota, p.284,2011)

Além do MST uma referência mundial em luta pela terra, a de se citar ainda com grande similaridade nessa categorização o movimento das quebradeiras de coco babaçu

que acumulam anos de lutas e enfrentamentos como observado em breve histórico de seu percurso de lutas:

As quebradeiras de coco babaçu, no Médio Mearim, têm construído, assim, nas últimas duas décadas, fortes instrumentos de intervenção política nas estruturas de poder local e nacional. As características do processo de mobilização política dessas mulheres e suas famílias, faz com que as entidades que elas integram sejam identificadas como instituições de luta e resistência contra as ações de grandes proprietários de terra e mesmo de instância de Governos. Essas lutas e toda a resistência têm sido evidenciadas, principalmente, por meio de “bandeiras de luta” levantadas em favor de práticas ambientais e econômicas específicas, assim como do reconhecimento de uma identidade – quebradeira de coco. (CORDEIRO,2008,p.250)

Para articulações externas, no entanto existe a necessidade crucial de compreensão e participação local, talvez essa etapa figure como uma das mais complexas do processo de reação dos conflitos, tendo em vista o já abordado distanciamento histórico das pautas e a turva noção de diretos, atuam ainda como complicadores. O medo de ameaças dos proprietários, as dificuldades para sua sobrevivências que geram necessidades e ocupações que divergem dos tempos de reuniões e atividades em geral, bem como do lado dos mobilizadores, falta recursos financeiros, tempo disponível , até porque vivem a mesma situação da base que buscam mobilizar. De maneira que uma das catadoras associadas e liderança no povoado jatobá problematiza.

Não vem sendo feito nada o povo não quer, os pequenos tentando contra os grandes, porque quando a gente marca reunião o povo só vai quando ganha alguma coisa, “o comida na mesa quando volta” cita o exemplo (programa do município de distribuição de alimentos). Mas quando é pra lutar pelo futuro nosso dos nossos filhos, os marido o trabalho não vemos. (Catadora V)

As catadoras recordam ao longo dos debates sobre processos de mobilização ocorrido durante junho de 2013, um momento de protestos que aconteceram em todo o Brasil que inicialmente questionavam as tarifas e qualidade do transporte público e acabaram por fim abarcando diversas pautas concernentes as necessidades básicas e direitos usurpados da população. Na Barra dos Coqueiros estas mobilizações ganharam caráter específico referentes às demandas locais dos grupos organizadores, dentre eles a associação de catadora e catadores de mangaba, grêmios estudantis, coletivos de

juventude cooperativas de reciclagem e artesanato, movimentos de moradia, compondo assim o Acorda Barra que clamava por “terra para o povo e estrutura para educação”, uma mobilização com uma carta de pautas extensas entregues ao legislativo, dentre elas área para reserva extrativista, contudo não logrou grandes êxitos no atendimento das pautas, teve uma função muito mais pedagógica e agitativa. Com isso a Catadora M problematizou que no acontecimento haviam poucas catadoras apenas 7 “que temos que nos unir porque se não eles não ouve”

Cabendo portanto uma reflexão que vão para além dos fatores práticos enumerados mas nos norteadores psicológicos e sócias que deve compreender o trabalho de base, assim Honneth traz ao debate que sobre a ótica do diálogo de vários teóricos e problematiza que:

Os motivos para rebelião, o protesto e a resistência foram transformados categoricamente em “interesses”, que devem resultar da distribuição desigual objetiva de oportunidades materiais de vida, sem estar ligados, de alguma maneira, á rede cotidiana das atitudes morais emotivas. (HONNETH,2003, p.255)

Ao passo que o mesmo autor faz uma crítica a visão da motivação por interesses e comenta que a atualização dos estudos dos movimentos e lutas sócias toma um ponto de sentimentos morais de injustiça, portanto entendo que o referido caso deve partir dos dois pontos, de fato existe nas comunidades a concepção clara de que seus interesses vem sendo afetados de forma objetiva através da restrição áreas de mangabeiras, queda do estoque pesqueiro em função da poluição, sobretudo a resignação e o desconhecimento do histórico e fatores sociopolíticos intrínsecos ao processo de dominação não conduzem a compartilhamento do sentimento de injustiça. Avivando desta forma um direcionamento de motivação coletiva e trabalho de base no sentido de tornar claro todo o processo de injustiça a que estão sujeitas as comunidades tradicionais, assim uma luta pela verdade.

A verdade se apoia em suporte institucional, em que ela é ao mesmo tempo reforçada e reconduzida por todo um compacto conjunto de práticas e discursos tidos como oficiais e legais. Enfim, a busca da verdade não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou sistemas de denominação, mas aquilo por que e pelo

que se luta, o poder do qual queremos nos apoderar
(FOCAULT,1996,p.15)

A luta das comunidades tradicionais precisa sobretudo de uma articulação e inserção em escalas para além da cidade e do país, afim de combinar a diversas formas de ambientalismo e conseguir ainda mais visibilidade, contudo não antes sem diálogos entre pescadores e catadoras de mangaba. A presidente da colônia de pesca enfatiza a perda constante de direitos dos pescadores, suas dificuldades financeiras e falta de assistência cada vez maior, assim perguntada sobre a construção de algum espaço conjunto entre as comunidades tradicionais ela se mostrou a animada bem como reforçou a importância dessa construção já a perspectiva de futuro de ambos os grupo segue um curso incerto com tendências a um “genocídio cultural”. Não obstante a isso a assembleia da colônia z-13 mostrou o grande poder de mobilização que possui a colônia, pois lida diretamente com atividades categorias vinculadas a seção de benefícios como aposentadorias e defesos, um ponto positivo para o respaldo nos enfrentamentos e alianças , de tal maneira que em debate durante assembleia foram relatados vários casos das problemáticas agravantes, desde a poluição continua do rio Pomonga pela deposição de peças condominiais até bolças e garrafas que se multiplicam em mangues quebram motores, perpassando por espécies que se tornam cada vez mais raras, contudo não questionamentos referentes a s formas de ação e alianças com as catadoras opera um silencio, que parece estar ligado ao ineditismo das possibilidades de enfrentamento e organização política.

Por fim entendemos que o enfrentamento dos conflitos passa por autonomia política, por uma consciência de injustiça ambiental que abate esta cidade, lançando mão de métodos lúdicos e acessíveis, possuído objetivos claros como aluta por reserva extrativista que englobe as áreas que não atendem sua função social da terra e áreas da união no existentes no município, e para isso se forme uma frente dos povos e comunidades tradicionais do município que possa fazer a interface com os órgão e com a base doas comunidades tradicionais, proporcionando diálogo entre as pautas e dificuldades e conquistas. Assim gozando das devidas condições que define Acselrad:

Observa-se que, mesmo quando há a percepção do risco a que estão expostos, não necessariamente se segue a mobilização imediata dos atores. Em geral, a decisão de organizar-se politicamente nasce de uma conjugação propícia de acontecimentos, tais como a existência jurídica e a mecanismos

participativos, o acesso as informações e a um capital simbólico que permita sua compreensão e, principalmente, a formação de coalizões com organizações semelhantes. (Acselrad,2010,p.11)



Figura 8: Imagens de Catadoras de mangaba no primeiro acorda Barra. Fonte: trabalho de campo 2013



Figura 9: Assembleia da colônia z-13. Fonte: trabalho de campo 2013



Figura 10: Acorda Barra. Fonte: trabalho de campo 2013

5-CONCLUSÃO

Diante do processo de pesquisa é possível compreender a similar fragilidade em que se encontram comunidades e ecossistemas, talvez porque sejam estes a mesma matéria de uma só tragédia anunciada, portanto as catadoras de mangaba e a restinga, não estão efetivamente na conta do crescimento quantitativo, no que tange o cálculo da quantidade de prédios, da quantidade de impostos, da quantidade de dividendos do capital imobiliário. As potencialidades são aguçadas diante do conflito, mas que conflito? Ele existe a olhos nós? quem atingem e por que motivo? A resposta não está concluída mas os olhos, os caminhar, as falas e as situações que a necessidade de vida. A ausência de provas documentos satisfações e alternativas, demonstram que o conflito está visível em seus efeitos para catadoras ,agricultores pescadores, contudo não está materializado sobre o nome forma de conflito, fato que os faria ao menos pensar em alternativas de enfrentamento orgânico, contudo é perceptível na desesperança sobre o futuro e na perda de direitos vivida atualmente por eles, desesperança expressa nos caso do Arrebancado e em cada caso pontual onde já não haja mais o acesso ao território, um conflito que é territorial, e que não chegou as vias de causar incômodos e inconvenientes efetivos a parte hegemônica da questão, o capital especulativo imobiliário, que tem como interventor a seu favor o estado, no caso em questão a prefeitura, o INCRA e o estado. Cabendo assim compreender que há também conflito com o agente estatal, omissor e portanto opressor, quando consideramos a desvantagem material e histórica das catadoras de mangaba. Essas mulheres extrativistas se encontram politicamente mais organizadas que em 2007, nos idos do surgimento do MCM, se encontram mais organizadas do que os demais extrativistas, pescadores e agricultores que não possuem o debate político e ambiental no cerne de suas organizações da categoria, no entanto não estão suficientemente articuladas com a base e com entidades chave para fazer o enfrentamento, ponto chave para a resolução do conflito. De tal maneira que sua inserção e formação política depende de um modo de ação que fuja do corriqueiro método de pesquisa e mobilização, que está deveras desacreditados nas três comunidades pesquisadas, com isso a utilização das ferramenta de teatro do oprimido a devolução de dados quantitativos e o apontamento de soluções que concretassem como a estratégia mais plausível para as resoluções desse conflito territorial. De modo que estas resoluções apontam para a busca da retomada da

desapropriação da Fazenda São Jose do Arrebancado, por meio de uma revisão das incoerências da linha argumentativa do processo e da apuração judicial do fracionamento do terreno, ou ainda a busca das nomeações dos empreendimentos já implantados a serem revertidas em áreas de reserva extrativista municipal, a doação das áreas da união nas zonas de característica rural, a utilização das áreas do parque eólico para o cultivo da mangabeira e a formulação de um projeto de lei de iniciativa popular que proteja todas as áreas pertinentes ao extrativismo da mangaba e a pesca no município.

6-REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO

ACSELRAD, Henri,.O que é Justiça Ambiental.Rio de Janeiro:GRAMOND,2009.

ACSELRAD, Henri,organizador. Conflito Social e meio ambiente no estado do Rio de Janeiro:Relumé Dumará:FASE,2004.

ALTVATER, E.Existe um marxismo Ecologico?,In. BORON, A.A. AMADEO, J; GONZÁLEZ, S.**A Teoria Marxista Hoje: problema e perspectivas**. reimp.Buenos Aires:Consejo Latinoamericano de ciências sociales.CLACSO,2006.488P.;23 X 16cm.

ARAÚJO, Hélio Mário de. COBERTURA VEGETAL, USO DO SOLO E OCUPAÇÃO DA TERRA NA BACIA COSTEIRA DO RIO SERGIPE.2007.

BARBIER, René. A pesquisa-ação. Tradução Lucio Didio.Brasilia:Liber livro Editora,2007.

BÁRCENAS, Francisco Lopez .Autonomias indígenas em américa Latina.Selva ,ciudad de México .2007

BERNAL, Maria Cleide Carlos. Especulação Imobiliária e Turismo no Nordeste.2009.

BOAL, Augusto. A estética do oprimido. Rio de Janeiro:Gramond,2009,256p.:il

BOBBIO, N.; MATTEUCCI, N.; PASQUINO, G. Dicionário de política. 4. ed. Brasília: EDUNB, 1992. 530 p

BRANDÃO, Carlos Rodrigues(org.). Pesquisa Participante. São Paulo: Brasiliense,2006.

BUAINAIN, Antônio Márcio; PIRES, Daniela. Reflexões sobre reforma agrária e questão social no Brasil. Brasília: INCRA, 2003.

CAMPOS FILHO, Candido Malta. Cidades brasileiras: seu controle ou o caos. 4 ed. São Paulo: Studio Nobel, 2001.

CANEIRO,Eder Jurandir;LEITE,Dayse de Souza;TAVARES,Denis Pereira.Conflitos ambientais,contrução de territerios urbanos e estratégias de empresariamento urbano da Capital Brasileira da Cultura.In ZHOURI, Andréa. OLIVEIRA, Raquel.

Desenvolvimento, Conflitos Sociais e Violência no Brasil Rural: o caso das usinas hidrelétricas. Ambiente & Sociedade. Campinas. 2007

CONCEIÇÃO, Alexandrina Luz. A Insustentabilidade do Desenvolvimento Sustentável. In: Revista Esforia: Programa de Pós Graduação em Agroecossistemas/UFSC, ano 02, vol.02, 2004, pp.79 a 91.

CORDEIRO, Renata dos Reis. Velhos conflitos em novas causas: um estudo sobre processos de ambientalização nos discursos do Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu, no Maranhão. 2008.

DE MIRANDA, Livia Izabel Bezerra. PLANEJAMENTO EM ÁREAS DE TRANSIÇÃO RURAL-URBANA. Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, v. 11, n. 1, 2009.

DIEGUES, A.C. ARRUDA. R.S.V. (orgs.). **Saberes Tradicionais e Biodiversidade no Brasil.** Brasília: Ministerio do Meio Ambiente, São Paulo: USP, 2001.

DIEGUES, A.C. O mito moderno da natureza intocada. São Paulo: NUPAUB Universidade de São Paulo, 1994.

DIEGUES, A.C. S; Repensando e Recriando as Formas de Apropriação comum dos Espaços e Recursos Naturais. In. DIEGUES, A.C.S. MOREIRA A.C.C.; **Espaços e recursos naturais de uso comum.** São Paulo: Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas Brasileiras, USP, 2001

DO RÊGO, José Fernandes. Amazônia: do extrativismo ao neoextrativismo. Ciência hoje, v. 25, n. 146, p. 62-65, 1999.

ENGELS, Friedrich. A Origem da Família, Propriedade Privada e do Estado; 3ª Edição, tradução de Ciro Mioraza, Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1987, pp. 191.

FARIAS, Marta CV et al. FLORÍSTICA DAS RESTINGAS DE SERGIPE. 64º Congresso Nacional de Botânica, 2013.

FERDANDES, Marcionílio. Desenvolvimento sustentável antinômias de um conceito. Revista Raízes. Campina Grande. Vol.21, no 02, p 246-260, jul/dez, 2002.

- FOLADORI, Guillermo. Limites do desenvolvimento sustentável. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2001.
- FURTADO, Celso Pequena Introdução ao Desenvolvimento: enfoque interdisciplinar. São Paulo: Ed Nacional, 1981. p.15-22
- FURTADO, Celso. O mito do desenvolvimento econômico. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.
- GALEANO, Eduardo H. As veias abertas da América Latina, tradução Sergio Franco. Porto Alegre 2012.
- HAGUETTE, Teresa Maria Frota. Metodologias Qualitativas na Sociologia. 1999
- HONNETH, Axel. Luta por reconhecimento : gramática moral dos conflitos sociais Tradução de Luiz Repa, apresentação de Marcos Nobre. São Paulo: Ed. 34, 2003.
- <http://www.infonet.com.br/politica/ler.asp?id=146069>
- <http://www.sergipenoticias.com/2013/09/municipios-crescem-e-mercado.html>
- IBGE. **Produção extrativa vegetal – 2001**. Rio de Janeiro. Disponível via <http://www.sidra.ibge.gov.br>. Consultado em 4 de agosto de 2011.
- JESUS, Sonia Meire. A. de. **Relatório do Projeto Produção de saberes e práticas de trabalho das mulheres catadoras de mangaba de Sergipe**. Universidade Federal de Sergipe. Financiamento: CNPq. 43. p. São Cristóvão, 2010.
- MARTÍNEZ ALIER, Juan. **O Ecologismo dos Pobres: conflitos ambientais e linguagem da valoração**. Tradutor Mauricio Waldman. 1ed. 2ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2011.
- MARTINS, Maria Lucia Refinetti. São Paulo, centro e periferia: a retórica ambiental e os limites da política urbana. Estud. av., São Paulo, v. 25, n. 71, abr. 2011. Disponível <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142011000100005&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 22 jan. 2014.
- <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40142011000100005>.
- MATOS, Ralfo. Periferias de grandes cidades e movimentos populacionais. Cadernos Metrópole. ISSN (impresso) 1517-2422; (eletrônico) 2236-9996, n. 13, 2005.

Mészáros, István, 1930.O poder da Ideologia; São Paulo: Boitempo Editorial,2004.

MEZÁROS,István.Para Além do Capital:Rumo a uma teoria de transição.São Paulo:Boitempo,2002,p.94-132.(CapítuloII).

MONTÃO, Carlos e DURIGUETTO, Maria Lucia.O estado Moderno e a Sociedade Civil nos clássicos da teoria política,in Estado, Classe Social e Movimento Social. São Paulo :Editora Cortez,2011,p.31 a p55.

MOTA, D.M.; SCHMITZ, H.; SILVA JÚNIOR., J.F. **Gestão coletiva de bens comuns no extrativismo da mangaba no nordeste do Brasil**. In Ambiente & Sociedade, Campinas, v. XII, n. 2, p. 273-292, jul.-dez. 2009.

MOTA, Dalva Maria da et al. **A mangabeira as Catadoras o Extrativismo**. Belém. PA.EMBRAPA Amazonia Oriental, Aracaju EMBRAPA Tabuleiros costeiros.Aracaju,2011, 297p;23com.

MOTA,Dalva Maria da...(ET AL.)A mangabeira as catadoras o extrativismo .Belém, PA: Embrapa Amazônia Oriental ; Aracaju: Embrapa Tabuleiros Costeiros,2011.

OLIVEIRA, Eduardo Vinícius Silva; LANDIM, Myrna Friederichs. Caracterização fitofisionômica das restingas da Reserva Biológica de Santa Isabel, litoral norte de Sergipe. Scientia Plena, v. 10, n. 10, 2014.

Pereira, Emanuel Oliveira, and DALVA MOTA. "Extrativismo Em Sergipe: A Vulnerabilidade De Um Modo De Vida?." 44th Congress, July 23-27, 2006, Fortaleza, Ceará, Brazil. No. 148307. Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural (SOBER), 2006.

PEREIRA,João Marcio Mendes.Desenvolvimento como segurança,assalto a pobreza e início do ajustamento estrutural:os anos de MacNamara-1968-1981,in O Banco Mundial como ator político, intelectual e financeiro-1994-2008,Rio de Janeiro:Civilizações Brasileiras,2010,p.177-226.

RAMÍREZ-GÁLVEZ, Martha Celia. OS SENTIDOS E REPRESENTAÇÕES DO ECOFEMINISMO NA CONTEMPORANEIDADE Iriê Prado de Souza (Universidade Estadual de Londrina, Especialização em Ensino de Sociologia).2002.

REGO, Josoaldo Lima; DE PAULA ANDRADE, Maristela. História de mulheres: breve comentário sobre o território e a identidade das quebradeiras de coco babaçu no Maranhão. Agrária (São Paulo. Online), n. 3, p. 47-57, 2005.

RODRIGUES, Lea Carvalho; SANTOS, Potyguara Alencar dos. POPULAÇÕES TRADICIONAIS, TURISMO E CONFLITOS TERRITORIAIS. Estudo etnográfico em Tatajuba, Ceará. Cadernos do LEME, v. 4, n. 1, 2012.

RODRIGUEZ, Graciela. ECO-FEMINISMO – SUPERANDO A DICOTOMIA NATUREZA/CULTURA. In: <http://www.abong.org.br/final/download/ArtigoEcofeminismo.pdf>. 2015.

RUETHER, Rosemary Radford. Ecofeminismo: mulheres do primeiro e do terceiro mundo. Estudos Teológicos, v. 36, n. 2, p. 129-139, 2013.

SANTOS, Jane Velma dos. **O papel das mulheres na conservação das áreas remanescentes de mangabeiras (*Hancornia speciosa* Gomes) em Sergipe**. 2007. Dissertação (Mestrado em Agroecossistemas) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2007.

SANTOS, Sara Juliana
http://www.cbg2014.agb.org.br/resources/anais/1/1404306360_ARQUIVO_ImpactosAmbientaisNaCoberturaVegetacionaldaAreadeInfluenciadaSubBaciadoRioPomonga-SE.pdf.2014

SILVA JUNIOR, J.F.; LEDO, A.S. Botânica. In: SILVA JUNIOR, J.F.; LEDO, A.S. (ED) **A cultura da mangaba**. Aracaju: Embrapa Tabuleiros Costeiros, 2006, p. 25-33.

SILVA, Michelle Jaber da; SATO, Michèle Tomoko. Territórios em tensão: o mapeamento dos conflitos socioambientais do Estado de Mato Grosso - Brasil. Ambient. soc., São Paulo, v. 15, n. 1, abr. 2012. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-753X2012000100002&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 22 jan. 2014.
<http://dx.doi.org/10.1590/S1414-753X2012000100002>.

SMOLKA, M. O capital incorporador e seus movimentos de valorização. Cadernos IPPUR/UFRJ, Rio de Janeiro, v. 2, n. 1, p. 41-78, jan./abr. 1987.

ZHOURI, Andréa. OLIVEIRA, Raquel. **Desenvolvimento, Conflitos Sociais e Violência no Brasil Rural: o caso das usinas hidrelétricas.** Ambiente & Sociedade. Campinas. 2007.

ZHOURI, Andréa. LASCHEFSKI, Klemens. organizadores. **Desenvolvimento e Conflitos Ambientais.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

ANEXOS



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO
INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE SERGIPE (SR-23)



54371.037409/2012-89

Ofício/INCRA/SE/G/T/n.º 301/2012

Em 02 de março de 2012

Ilma. Senhora,

MARINA FRANCA LELIS BEZERRA

Secretária de Meio Ambiente, Agricultura, Abastecimento e Pesca
Praça Santa Luzia, nº 23 - Centro
49140-000-Barra dos Coqueiros/SE

Ilma. Senhora Secretária,

Cumprimentando-a cordialmente, e em atenção ao Ofício nº 23/2012, o qual solicita informações sobre a situação do imóvel rural "São José do Arrebancado", localizado no município de Barra dos Coqueiros, informamos que a referida gleba não fora desapropriada, para fins de reforma agrária, devido ao alto valor indenizatório apurado no Laudo de Vistoria e Avaliação - LVA, elaborado pelo INCRA.

Outrossim, encaminhamos em anexo, informação da Diretoria de Obtenção de Terras, concluindo pela inviabilidade da incorporação da propriedade supra, ao Programa Nacional de Reforma Agrária.

Colocamo-nos à disposição para maiores esclarecimentos.

Atenciosamente,

MANOEL MESSIAS DE MENEZES FREIRE

Superintendente Regional
INCRA-SE

RECIBO
Recebido em:
07/03/2012
13

fl. 311
MA

PROC./ INCRA/SR-23/SE/Nº 54370.000195/2007-93 – Vol. I e II.

Imóvel: Sítio São José do Arrebancado.

Município: Barra dos Coqueiros – SE.

Inf./ME/nº04/2010.

Senhor Chefe,

Trata-se do imóvel rural denominado Sítio São José do Arrebancado, com área registrada de 260,15 ha e área medida pelo INCRA de 156,4254 ha, localizado no município de Barra dos Coqueiros, na Microrregião de Aracaju, Estado de Sergipe.

Vieram os autos para lançamento dos títulos da dívida agrária – TDA, juntamente com o Kit TDA, embora a alçada seja de competência do Comitê de Decisão Regional – CDR, com solicitação de Vossa Senhoria às fls.310 e do Senhor Coordenador às fls.309, para que procedesse à análise em função dos valores extrapolarem em muito aqueles habitualmente utilizados para indenização de imóveis obtidos no Estado de Sergipe, considerando os seguintes pontos:

- a) as informações presentes nos autos que justifiquem valores tão elevados de VTN;
- b) informações presentes nos autos, que comprovem a viabilidade econômica do futuro projeto de assentamento;
- c) adequação do imóvel ao programa de reforma agrária;
- d) aspectos ambientais do imóvel.

Inicialmente, gostaríamos de contextualizar a situação em que ocorreram as vistorias do INCRA, depreendida da leitura do processo, cuja origem se deu na solicitação de ofício nº94/2007, da Prefeitura de Barra dos Coqueiros, às fls.16, para criação de assentamento extrativista para *beneficiar população tradicional de quilombola que residem no entorno dessa área e que há muitos anos fazem uso dos recursos extrativistas da mangaba*, *“ameaçados e vulneráveis às novidades advindas da especulação imobiliária”*. Encaminhou ainda, anexa ao ofício, lista com 109 nomes como de catadores de mangaba, às fls.17/19. Esta é uma atividade extrativista comum na região, efetuada como complementação de renda das famílias pobres de Sergipe, onde a mangabeira é a árvore símbolo.

O Laudo Agrônomo de Fiscalização às fls. 47/63 identificou evidências de conflito social em função da proibição da atividade extrativista pelo detentor do imóvel. O laudo afirma ainda que a estrutura fundiária da região é composta de pequenas e média propriedades numa área fortemente urbanizada com grande número de sítios, chácaras e condomínio de lazer e veraneio, tendência que se amplia fortemente para o Município de Barra dos Coqueiros depois da construção da Ponte que interliga este município a Aracaju. Relata a especulação imobiliária causando a supressão de áreas de produção agropecuária e impactos negativos para os recursos naturais e à população local que se dedica a essas atividades.

Importante salientar que a Promotoria de Justiça da Comarca de Barra dos Coqueiros, juntamente com a Promotoria de Meio Ambiente de Aracaju, celebrou Termo de Ajuste de Conduta com a Prefeitura de Barra dos Coqueiros para a implantação do Plano Diretor do Município, conforme relatado no Laudo Agrônomo de Fiscalização às fls. 55; entretanto, em que pese o transcorrer do tempo, não foi anexado aos autos qualquer documento sobre o resultado deste termo, nem relatado o prazo dado à Prefeitura para disciplinar a expansão urbana do município.

A vistoria para fiscalização do cumprimento da função social da propriedade deu subsídios à reclassificação fundiária do imóvel, com Grau de Utilização da Terra – GUT igual a 98,05% e Grau de Eficiência na Exploração – GEE igual a 71,87%, classificada como Grande Propriedade Improdutiva, com 31,2850 módulos fiscais, considerando a área medida e o módulo fiscal do município correspondente a 5,0 hectares. Houve tentativas de impugnação do Laudo, mas elas não prosperaram e, com aprovação do Comitê de Decisão Regional – CDR, conforme ata anexada às fls. 182/183, a área foi decretada em 07/05/2007, conforme cópia do decreto constante à fl.224, vol II, dos autos.

Desde a primeira vistoria, evidencia-se a dificuldade do técnico em definir a capacidade de assentamento, pois alega, às fls.62, que “por se tratar de área com restrições ambientais, requer muito maior atenção para viabilizar a sustentabilidade sócio-econômica e ambiental de qualquer empreendimento”. O técnico chama a atenção inclusive para *“a decisão sobre o prosseguimento da proposta de desapropriação do imóvel deve ser refletida levando-se em conta os seguintes aspectos (às fls.62):*

- importância ambiental e fragilidade ecológica da área;*
- papel sócio-econômico do extrativismo de mangaba praticado no imóvel, para contexto municipal;*
- Elevado custo da terra no Município de Barra dos Coqueiros, em virtude da especulação imobiliária;*
- avaliação do custo-benefício da aquisição da terra e implantação do assentamento; e*
- capacidade institucional para “dar conta” da tarefa de imprimir qualidade sócio-econômica e ambiental às ações desenvolvidas pelo INCRA/SE.”*

E embora o técnico faça digressões a respeito da proposta em si, relacionadas à importância da continuidade do acesso aos recursos extrativos, à importância de um bom plano de manejo, de assistência técnica permanente, e até a sugestão de acompanhamento da instalação do projeto por parte da Procuradoria da República em Sergipe, desde a seleção das famílias até a implementação do Plano de Exploração ou Plano de Manejo, não consegue concluir pela capacidade de assentamento e afirma que esta só deverá ser definida após estudo mais apurado da área, incluindo inventário da flora em geral e das espécies extrativas, sua capacidade de geração de renda, perfil sócio-econômico detalhado das famílias e elaboração do Plano Preliminar de Manejo”(fls. 63).

Na informação/AGU/PGF/PFE-INCRA/G/nº138/2007 à fl. 196, a procuradora cita capacidade de assentamento para 35 famílias, mas este número não aparece em nenhuma das peças técnicas. Depois, à fl. 270, instado a se manifestar, o colega cita como referência o que é preconizado no Manual de Obtenção de Terras e recomenda preliminarmente o assentamento de 28 famílias, que “resultará num custo por família de R\$339.777,92”. À fl. 282, seguida por folha não numerada e fl. 283, o mesmo

fl 312
MA

técnico apresenta levantamento das famílias cadastradas pelo Movimento das Catadoras de Mangaba – MCM, num total de 51 famílias e diz que esse número pode ser considerado como “**ponto de partida para a triagem daquelas que se enquadram no perfil exigido.**” (grifo nosso). A partir daí, esse número passou a ser considerado como a capacidade de assentamento, quando na verdade não o seria. E o técnico aquiesce ao deixá-lo constar na ata do grupo técnico de avaliação SR-23/SE/nº02/2010, à fl.287.

Há outros aspectos a serem considerados, como a questão da área líquida, que excluiu a faixa marginal da rodovia SE-100, mas não fez o mesmo em relação à faixa considerada como terreno de marinha, nem na classificação e nem na avaliação do imóvel, embora a GRPU tenha se manifestado expressamente sobre isto, às fls.188.

O Laudo Agrônomo de Fiscalização definiu o uso da terra assim:

Uso da Terra	Área(ha)	%
Cultura permanente (coco)	34,0883	21,79
Extrativismo	86,7294	55,44
Pastagem natural	2,4031	1,54
Inaproveitável (corpo d'água)	2,2367	1,43
Preservação Permanente	30,9679	19,80
-ao longo dos rios	0,4774	0,30
-ao redor reserv naturais	10,9609	7,00
-manguezais	9,2087	5,89
-c/ cultura de coco	10,3209	6,60
TOTAL	154,4254	100,00

As Classes de Capacidade de Uso foram assim classificadas, às fls.59:

Quadro 2 Classes de capacidade de uso

Classe	%	Área aproximada	Fator Limitante
III	20	31,2851	Fertilidade baixa
VI	70	109,4978	Fertilidade muito baixa
VIII	10	15,6425	Drenagem interna:Muito Mal Drenado e Risco de Inundação Muito freqüente

Ao observarmos os dois grupos de dados, verifica-se que, embora a área de preservação permanente perfaça um total de 30,9679 ha e equivalha a 19,80% da área total, e que o Manual de Obtenção de Terras e Perícias Judiciais à página 31, recomende que, na determinação das classes de capacidade de uso das terras, as áreas de preservação permanente deverão ser enquadradas como classe VIII, isto não se verificou nos Laudos apresentados nos autos, pois a classe VIII corresponde a apenas 10% da área.

MA

Quanto aos valores apresentados no Laudo de Vistoria e Avaliação- LVA e depois ratificados às fls.293, temos as seguintes considerações a fazer:

a) o técnico alega que predomina um ambiente fortemente especulativo por causa da construção da ponte que liga Aracaju a Barra dos Coqueiros e isto está evidenciado na pesquisa, onde há apenas um negócio realizado e o restante constituem-se de 07 ofertas e 04 opiniões. Isto demonstra que há mais expectativa de valorização do que preços realmente elevados.

b) Relata ainda, o Laudo Agrônômico de Fiscalização, não existir reserva legal no imóvel e que falta defini-la. (fls.61). Entretanto, no Laudo de Vistoria e Avaliação, às fls. 250/259, não são calculados como passivo ambiental a área de reserva legal a ser demarcada nem as áreas de regeneração de Mata Atlântica que foram suprimidas, cuja afirmação consta no Laudo às fls. 253, em negrito, caracterizando o crime ambiental, configurando a existência de passivo ambiental não calculado nem excluído do Valor da Terra Nua.

A alegação do técnico é que a área foi subdividida e que o proprietário não permitiu a entrada dos técnicos, portanto os cálculos referentes à benfeitoria foram apenas estimados conforme observação do LVA , às fls. 258.

Consta ainda ata do grupo técnico de avaliação aprovando os valores às fls. 287, cujo resumo transcrevo:

Resumo da Avaliação Analisada:

1.Valor Total do Imóvel	R\$ 9.513.781,70
2.Valor das Benfeitorias	R\$ 69.329,12
3.Valor da Terra Nua	R\$ 9.444.452,58
4.Valor Total do Imóvel/ha	R\$ 60.819,93
5.Valor da terra Nua/ha	R\$ 60.376,72
6.Custo/Família (51)	R\$ 186.544,74.

Na avaliação, os técnicos têm justificado os valores por se tratar de área fortemente urbanizada. Não sei se estaria dentro das nossas atribuições legais tal tipo de avaliação.

Agora, comparemos com os valores declarados pelo detentor do imóvel por ocasião da subdivisão da área realizada em 19/10/2007, conforme atestam as certidões às fls.237/241 frente e verso, o próprio detentor avaliou a sua área em:

a)**Sítio Pedra Cavalo**, doado a Sílvia Maria de Meirelles Freire Laporte. (fls. 238 e 238-v).

Área = 436.720 m².

Terreno de Marinha= 3.946,15 m².

Área líquida = 432.773,85 correspondente a 43,2774 ha.

Preço declarado = R\$177.918,86.

Valor Total do Imóvel/ha = R\$4.111,12.

b) **Sítio San Diego**, doado a Kátia de Meirelles Felizola Freire. (fls. 239 e 239-v).

Área = 436.910 m².

Terreno de Marinha = 3.884,75 m².

Área líquida = 433.025,25 m² correspondente a 43,3025 ha.

Preço declarado = R\$177.918,86.

Valor Total do Imóvel/ha = R\$4.108,74.

c) **Sítio Cafofo**, doado a Fernando Felizola Freire Júnior. (fls. 240 e 240-v).

Área = 437.536 m².

Terreno de Marinha = 3.381 m².

Área líquida = 434.155 correspondente a 43,4155 ha.

Preço declarado = R\$177.918,86.

Valor Total do Imóvel/ha = R\$4.098,04.

d) **Sítio Moranguinho**, doado a Mônica de Meirelles Freire (fls. 241 e 241-v).

Área = 175.847,82 m².

Terreno de Marinha = 30.249,71 m².

Área líquida = 145.598,11 m² correspondente a 14,5598 ha.

Preço declarado = R\$185.470,14.

Valor Total do Imóvel /ha = R\$12.738,51.

Não há nos laudos, nada que nos permita vislumbrar como viabilizar um projeto de assentamento extrativista com esse custo da terra. Essas famílias jamais pagarão a terra com catação de mangaba duas vezes ao ano, pois nada, além disso, nos foi apresentado como alternativa de exploração até o momento. Projeto extrativista jamais terá parcelas individualizadas e sim, títulos coletivos. Como avaliar esta proposta, de longo prazo, nesta localização? Que atividade agropecuária remunera a terra neste valor em Sergipe?

MA

Por se tratar de área fortemente urbanizada, conforme informa o técnico, não deveria o INCRA aguardar o PDOT, que deve ser aprovado por lei, pela Câmara de vereadores que, em tese, representa a população e deve votar um plano de desenvolvimento e ordenamento territorial do município, preservando a população que representa, considerando ainda as questões ambientais, lançando mão dos mecanismos de regulação? Caso a área esteja dentro do plano de expansão urbana do município já seria uma questão de reforma e planejamento urbanos.

Além disso, como é levantada a questão ambiental, seria mais simples o IBAMA criar uma RESEX, como chegou a sugerir o nosso técnico e depois o INCRA apenas reconhecer a população extrativista como assentados da reforma agrária.

Portanto, as respostas à Coordenação Geral de Obtenção de Terras, quanto aos itens a serem considerados é:

a) Informações nos autos que justifiquem VTN tão altos. Considerando tudo que já foi abordado, creio que o momento em que a avaliação foi realizada confundiu os técnicos entre preço e expectativa de preços. Os valores declarados na doação realizada pelo proprietário deveriam ser considerados como válidos para avaliação, pois não vejo motivo para que ele desvalorizasse suas próprias terras. Merece atenção a Planilha de Preços Reefrenciais -PPR apresentada pela SR-23/SE.

b) Informações presentes nos autos, que comprovem a viabilidade econômica do futuro projeto de assentamento. Este é o aspecto mais frágil do processo, pois considerando o tempo transcorrido, essas informações poderiam ter sido mais profundamente trabalhadas, viabilizando ou inviabilizando o PA, sem gerar expectativas que não possam ser atendidas, nos moldes desta Instituição. Vamos obter terra, que deverá ser paga pelos assentados, no preço apresentado, com a perspectiva única de extração de mangaba, no máximo duas vezes por ano? Isto é viável? A resposta simples é não.

c) Adequação do imóvel à reforma agrária. Até o momento, nada de objetivo foi dito a esse respeito a não ser afirmações permeadas de condicionamentos, como já transcrevemos anteriormente. Não consta também nenhum relato de experiência similar na regional de Sergipe. Não dá pra avaliar esse item separadamente do valor da terra.

d) Aspectos ambientais do imóvel. Conforme já relatado anteriormente, a área é cheia de limitações de cunho ambiental; foi relatada a ocorrência de crime ambiental e ausência de reserva legal no imóvel, mas em nenhum momento foi feito o cálculo do passivo ambiental a ser descontado do valor da terra nua.

Informamos ainda que, por ocasião da solicitação do diagnóstico regional, a SR-23/SE se manifestou desfavoravelmente ao procedimento, considerando toda a área do Estado como prioritária. Observamos neste caso, como este instrumento de planejamento seria importante, considerando o levantamento de populações atingidas por obras de infra-estrutura planejada (vide o caso dessa ponte), adequando nossas ações ao orçamento e aos valores de terra (neste caso, antecipando a ação).

Por se tratar de área fortemente urbanizada, conforme informa o técnico, não deveria o INCRA aguardar o PDOT, que deve ser aprovado por lei, pela Câmara de vereadores que, em tese, representa a população e deve votar um plano de desenvolvimento e ordenamento territorial do município, preservando a população que representa, considerando ainda as questões ambientais, lançando mão dos mecanismos de regulação? Caso a área esteja dentro do plano de expansão urbana do município já seria uma questão de reforma e planejamento urbanos.

Além disso, como é levantada a questão ambiental, seria mais simples o IBAMA criar uma RESEX, como chegou a sugerir o nosso técnico e depois o INCRA apenas reconhecer a população extrativista como assentados da reforma agrária.

Portanto, as respostas à Coordenação Geral de Obtenção de Terras, quanto aos itens a serem considerados é:

a) Informações nos autos que justifiquem VTN tão altos. Considerando tudo que já foi abordado, creio que o momento em que a avaliação foi realizada confundiu os técnicos entre preço e expectativa de preços. Os valores declarados na doação realizada pelo proprietário deveriam ser considerados como válidos para avaliação, pois não vejo motivo para que ele desvalorizasse suas próprias terras. Merece atenção a Planilha de Preços Reefrenciais -PPR apresentada pela SR-23/SE.

b) Informações presentes nos autos, que comprovem a viabilidade econômica do futuro projeto de assentamento. Este é o aspecto mais frágil do processo, pois considerando o tempo transcorrido, essas informações poderiam ter sido mais profundamente trabalhadas, viabilizando ou inviabilizando o PA, sem gerar expectativas que não possam ser atendidas, nos moldes desta Instituição. Vamos obter terra, que deverá ser paga pelos assentados, no preço apresentado, com a perspectiva única de extração de mangaba, no máximo duas vezes por ano? Isto é viável? A resposta simples é não.

c) Adequação do imóvel à reforma agrária. Até o momento, nada de objetivo foi dito a esse respeito a não ser afirmações permeadas de condicionamentos, como já transcrevemos anteriormente. Não consta também nenhum relato de experiência similar na regional de Sergipe. Não dá pra avaliar esse item separadamente do valor da terra.

d) Aspectos ambientais do imóvel. Conforme já relatado anteriormente, a área é cheia de limitações de cunho ambiental; foi relatada a ocorrência de crime ambiental e ausência de reserva legal no imóvel, mas em nenhum momento foi feito o cálculo do passivo ambiental a ser descontado do valor da terra nua.

Informamos ainda que, por ocasião da solicitação do diagnóstico regional, a SR-23/SE se manifestou desfavoravelmente ao procedimento, considerando toda a área do Estado como prioritária. Observamos neste caso, como este instrumento de planejamento seria importante, considerando o levantamento de populações atingidas por obras de infra-estrutura planejada (vide o caso dessa ponte), adequando nossas ações ao orçamento e aos valores de terra (neste caso, antecipando a ação).

fl. 314
MA

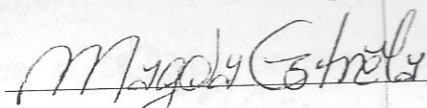
Outro instrumento que pedimos à regional foi o envio da metodologia/critério utilizados para cálculo da capacidade de assentamento, o que, na época, não foi atendido. Mais uma vez, fica demonstrada a necessidade que se estabeleçam critérios objetivos e técnicos de cálculo da capacidade de assentamento para não incorrer em alterações sem fundamento técnico, como aquelas que ocorreram nos autos.

Além dos aspectos acima, convém salientar que a nova planilha de preços referenciais - PPR de Sergipe merece análise. Para tal, solicitamos que a divisão competente se manifeste acerca dos critérios utilizados, da metodologia e banco de dados subsidiário da planilha, bem como se foi demonstrada a aprovação, em ata da Câmara Técnica e também se representa unanimidade/legitimidade do corpo técnico daquela superintendência, bem como se aprova aquele instrumento nos termos em que está.

Sendo o que tínhamos a informar.

À Consideração de vossa senhoria,

Brasília, 04 de maio de 2010.



Magda Filomena da Costa Estrela
Engº Agrônomo
CREA-GO/DF 4386/D
SIAPE 1220112

DESPACHO/INCRA/DTO/Nº 163 /10

Senhor Diretor INCRA/DT,

Manifestamos nossa concordância com parecer da DTO-1 e encaminhamos os autos para envio à Superintendência Regional do INCRA no Estado de Sergipe, SR-23/SE, tendo em vista que a proposta não apresenta condições de prosseguir.

Sugerimos que a SR-23/SE analise todas as questões levantadas nos pareceres de fls. 311/315 e busque alternativas para resolver o problema social associado ao imóvel São José Arrebancado, sendo que por hora se mostra inviável a incorporação do mesmo ao Programa Nacional de Reforma Agrária.

Brasília, 11 de maio de 2010.


Roberto Ramos

Coordenador Geral de Obtenção de Terras
INCRA/DF

RECEBIDO
EM 11/05/2010
AC 10 25
Buitrago

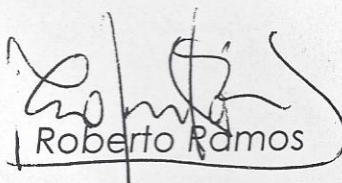
DESPACHO/INCRA/DTO/Nº 163 /10

Senhor Diretor INCRA/DT,

Manifestamos nossa concordância com parecer da DTO-1 e encaminhamos os autos para envio à Superintendência Regional do INCRA no Estado de Sergipe, SR-23/SE, tendo em vista que a proposta não apresenta condições de prosseguir.

Sugerimos que a SR-23/SE analise todas as questões levantadas nos pareceres de fls. 311/315 e busque alternativas para resolver o problema social associado ao imóvel São José Arrebancado, sendo que por hora se mostra inviável a incorporação do mesmo ao Programa Nacional de Reforma Agrária.

Brasília, 11 de maio de 2010.


Roberto Ramos

Coordenador Geral de Obtenção de Terras
INCRA/DF

RECEBIDO
DT
10 05 2010
25
Bertiz